

2016

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

3º Quadrimestre | nº 43 | Avulso €15

Diretor José Cadima Ribeiro



2016

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

3º Quadrimestre | nº 43 | Avulso €15

Diretor José Cadima Ribeiro



Revista Portuguesa de Estudos Regionais

Nº 43, 2016, 3º Quadrimestre

Direção Editorial

José Cadima Ribeiro, Universidade do Minho

Comité Editorial

Adriano Pimpão, Universidade do Algarve
Alejandro Cardenete, Universidad Loyola
Andalucía

Ana Lúcia Sargento, Instituto Polit. de Leiria
António Covas, Universidade do Algarve
António Figueiredo, Universidade do Porto
António Pais Antunes, Universidade de Coimbra
António Rochette Cordeiro, Univ. de Coimbra
Armando Carvalho, Universidade do Porto
Arnab Bhattacharjee, Universidade de Dundee
Artur Rosa Pires, Universidade de Aveiro
Carlos Azzoni, Universidade de São Paulo
Celeste Eusébio, Universidade de Aveiro
Conceição Rego, Universidade de Évora
Eduardo Anselmo de Castro, Univ. de Aveiro
Eduardo Haddad, Universidade de São Paulo
Elisabeth Kastenholz, Universidade de Aveiro
Fernando Perobelli, Universidade de Juiz de Fora
Francisco Carballo-Cruz, Universidade do Minho
Francisco Diniz, Univ. Trás-os-Montes e AD
Geoffrey D. Hewings, REAL e Univ. de Illinois
em Urbana-Champaign
Iva Miranda Pires, Universidade Nova de Lisboa
João Guerreiro, Universidade do Algarve
João Oliveira Soares, Universidade de Lisboa
Joaquim Antunes, Instituto Polit. de Viseu
José Freitas Santos, Instituto Polit. do Porto
José Pedro Pontes, Universidade de Lisboa
José Reis, Universidade de Coimbra
José Silva Costa, Universidade do Porto
José Silva Costa, Universidade do Porto

José Silva Costa, Universidade do Porto
Laurentina Vareiro, Inst. Polit. do Cávado e do
Ave

Lívia Madureira, Univ. Trás-os-Montes e AD
Manuel Brandão Alves, Univ. de Lisboa
Mário Fortuna, Universidade dos Açores
Mário Rui Silva, Universidade do Porto
Miguel Marquez Paniagua, Universidade da Ex-
tremadura

Natasa Urbancikova, Technical University of
Kosice

Nuno Ornelas Martins, Univ. Católica, Porto
Oto Hudec, Technical University of Kosice
Paula Cristina Remoaldo, Univ. do Minho
Paulo Pinho, Universidade do Porto
Paulo Dias Correia, Universidade de Lisboa
Paulo Guimarães, Univ. da Carolina do Sul
Pedro Costa, ISCTE-Inst. Univ. de Lisboa
Pedro Guedes de Carvalho, Univ. Beira Int.
Pedro Nogueira Ramos, Univ. de Coimbra
Peter Nijkamp, Univ. Livre de Amsterdão
Regina Salvador, Universidade Nova Lisboa
Rui Nuno Baleiras, Universidade do Minho
Rui Ramos, Universidade do Minho
Teresa Noronha Vaz, Univ. do Algarve
Tomaz Ponce Dentinho, Univ. dos Açores
Valdir Roque Dallabrida, Univ. do Contestado
(Canoinhas)

Xésus Pereira López, Universidade de Santia-
go de Compostela

Xulio Pardellas de Blas, Universidade de Vigo

Secretariado executivo Ana Luísa Ramos

Propriedade e Edição ©APDR

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
Universidade dos Açores, Rua Capitão João D'Ávila
9700-042 – Angra do Heroísmo
+351 295 333 329 (telef/fax) • rper.geral@gmail.com

<http://www.apdr.pt/siteRPER/index.html>

Periodicidade Quadrimestral • **Preço** Avulso 15€ • Assinatura 30€ (Portugal) e 45€ (estrangeiro)

Impressão Studioprint • **Tiragem** 30 exemplares

Depósito legal 190875/03 • **ISSN** 1645-586X

A Revista Portuguesa de Estudos Regionais está referenciada nas bases bibliográficas
EconLit, *Journal of Economic Literature*, *WebQualis* e *Scopus* (SJR, 2015 = 0,149 ;
SNIP, 2015 = 0,061 ; IPP, 2015 = 0,082)

ÍNDICE

- 5 Creative Minds and Commercial Spirits Innovation and Rents from Natural Resources in Remote Maritime Regions

*Tomaz Ponce Dentinho
Adriana Ressurreição
Ricardo Serrão Santos*

- 21 Perceived Impacts of the European Youth Capital 2012

*Paula Remoaldo
Eduardo Duque
J. Cadima Ribeiro*

- 35 Geographic and Demographic Determinants of Regional Growth and Convergence: a Network Approach

*João Carlos Lopes
Tanya Araújo*

- 51 Os Parques Industriais do Quadrilátero Urbano Segundo a Visão dos Empresários

*Fernando P. Fonseca
Rui A. R. Ramos
António Nelson R. da Silva*

- 69 Contributos Para a Assumpção Identitária do Património Judaico em Portugal - O caso de Belmonte

*Ana Paula Malheiros
Paulo Cravo Lourenço
António Sérgio Araújo de Almeida*

- 89 Desempenho Económico e Financeiro dos Hospitais Empresarializados – Uma Análise Regional no Período entre 2007 e 2011

*Vítor Batista
Vítor Raposo*

Creative Minds and Commercial Spirits Innovation and Rents from Natural Resources in Remote Maritime Regions

Mentes Criativas e Espírito Comercial Inovador e as Rendas dos Recursos Naturais nas Regiões Marítimas Remotas

Tomaz Ponce Dentinho

tomazdentinho@uac.pt

Universidade dos Açores, Portugal

Adriana Ressurreição

belugaressu@gmail.com

Universidade dos Açores, Portugal

Ricardo Serrão Santos

ricardo@uac.pt

Universidade dos Açores, Portugal

Abstract/Resumo

The aim of this paper is to understand the attitudes of “creative minds and commercial spirits” in remote maritime regions within the challenge of the European Marine Strategy. The main hypothesis to be exploited, focusing on the growing search of new maritime resources, is that innovation can be seen as a rent seeking phenomena not only through time – as is commonly understood in a Schumpeterian perspective – but also throughout space, where the allocation or appropriation of property rights play a crucial role. We look into the attitudes of key marine stakeholders in Horta related to changes in marine property rights implicit in the European Marine Strategy. We conclude that innovation and development in remote areas is strongly related to the influence that innovative entrepreneurs have on the redefinition of property rights and related allocation of rents from natural resources.

Keywords: Marine Strategy, Innovation, Rents, Natural Resources, Property Rights

JEL Codes: Q57; Q58; Q220; K11;

O objetivo do artigo é perceber as atitudes criativas e empreendedoras em regiões marítimas ultraperiféricas perante o desafio da Estratégia Marítima Europeia. A hipótese principal a ser testada é que, olhando para a procura crescente de recursos marinhos, a inovação pode ser vista como um fenómeno de procura de rendas não só ao longo do tempo, como é usualmente considerada numa perspetiva Schumpeteriana, mas também ao longo do espaço, onde a afetação ou apropriação de direitos de propriedade tem um efeito importante. Olhamos para as atitudes dos principais interessados pelos recursos marinhos na Horta face às mudanças de direitos de propriedade do mar implícitos na Estratégia Marítima Europeia. Concluimos que a inovação e o desenvolvimento em regiões ultraperiféricas estão fortemente relacionados com a influência que os empreendedores inovadores têm na redefinição dos direitos de propriedade e respetivas rendas dos recursos naturais.

Palavras Chave: Estratégia Marítima, Inovação, Rendas, Recursos Naturais, Direitos de Propriedade

Códigos JEL: Q57; Q58; Q220; K11;

1. INTRODUCTION

Most of the innovation and development literature emphasizes the relevance of agglomeration economies in big cities that continue to be the major engine for knowledge spillovers, technological innovation and economic growth, despite the wishful dream of the death of spatial attrition associated with the dramatic decreases in the costs of transportation and communication (de Groot et al, 2007). This justifies the major interest in explaining the nature of agglomeration externalities on knowledge spillovers, on technological innovation and, finally, on economic growth. The theoretical bases of these hypothetical causal connections comes from the endogenization of technological innovation of the growth theory developed by Solow (1956), coming from the seminal papers by Romer (1986) and Lucas (1988), and further explored with the work of Krugman (1991, 1995) that established the theoretical connection between spatial agglomeration economies and economic growth (de Groot et al, 2001); focusing on the knowledge flows between people, organizations appear more easily within the geographical proximity (McCann and Simonen, 2005) but can also be identified looking both at geographical and technological proximities (Oerlemand et al., 2001; LeSage et al, 2007).

The major point behind that explanation is that, from the two geographical attributes of regional development highlighted by Krugman (1991) - accessibility and scale - scale or production capacities, very much associated with agglomeration externalities (Krugman, 1995), seems to be more important for innovation and growth than accessibility or consumptive capabilities, denouncing therefore the enduring common sense of regional development policies that assumes that regional development is closely associated with the access to goods and services (Lopes, 1979) and, more recently, access to knowledge and technology (Barca, 2009).

There is no doubt that the World is spiky and increasingly spiky (Florida, 2005). The question is that if this is for the good reasons and with the best effects? What is, in the end, the viable solution to prevent the technological and development gap between core and periphery? Rodríguez-Pose and Ceh (2001) suggest that R&D investment in lagging regions may be the solution but probably there are new

assumptions to introduce in the accepted causalities between knowledge creation, innovation and development. On the one hand, the importance of natural, technological, human and cultural capabilities and constraints (Capello, 2002) in the process of innovation in remote areas and, therefore, the possibility of remove some of these barriers; on the other hand, the role of the spatial allocation of the rents of natural resources on the spatial patterns of development (Dentinho, 2012).

The aim of this paper is to know whether the pattern of interactions between human and the environment - namely in which concerns the location of environmental knowledge and the spatial allocation of the rents of natural resources - is important for the process of innovation and development in more remote regions. The main idea to be discussed is that, focusing the continuous search of new maritime resources, innovation can be seen as a rent seeking phenomena not only through time - as it is commonly understood in a creative destruction process (Shumpeter, 1934) - but also throughout space, where the allocation or appropriation of property rights plays a crucial role.

To achieve that we, first, review the literature on knowledge, innovation and regional development and propose two interconnected assumptions to the accepted causalities: on the one hand, the importance of natural, technological, human and cultural capabilities and constraints in the process of innovation in remote areas, on the other hand the role of the spatial allocation of the rents of natural resources and on the spatial patterns of development. We analyze the context of the marine area of Faial Island, in the Azores, and look into the values and the attitudes of the main stakeholders focusing on the creative and commercial spirits of recent marine activities (whale watching, aquaculture, traditional sailing, selective fishing, recollection of specimens for zoos at world scale, environmental education, [Oceanoscópio <http://www.oceanoscopio.com>] biotechnology, computing applications on fisheries assessment, <http://www.linkb2b.pt/em-presas/fishmetrics-512106100.php>). Finally we discuss the progress of these innovative activities in the local milieu of submerged competitive complementarities (or unrevealed agglomeration economies) between environment, technology, institutions and economy; their impact on regional competitiveness; and on

their unsuspected potential contribution for the Marine Strategy. We conclude by suggesting that there is a need, on the one hand, to look into the spatial, technological and also environmental agglomeration externalities, and, on the other hand, to address the issue of the spatial allocation of rents generated by those externalities.

In point 2 we conceptualize the assumption that the allocation and appropriation of property rights play an important role on the spatial pattern of innovation and development particularly in remote areas where natural resources play a crucial role. In point 3 we synthesize the European Marine Strategy and describe the context of the maritime city of Horta, where we would like to perceive the interactions between knowledge, innovation, creative attitudes and property rights. In point 4 we look into the effects of changes in property rights implicit in the European Marine Strategy in the attitudes of key marine stakeholders. We conclude in point 5 by discussing the possibilities of innovation and place-rooted creativity (Florida, 2003) in remote small regions.

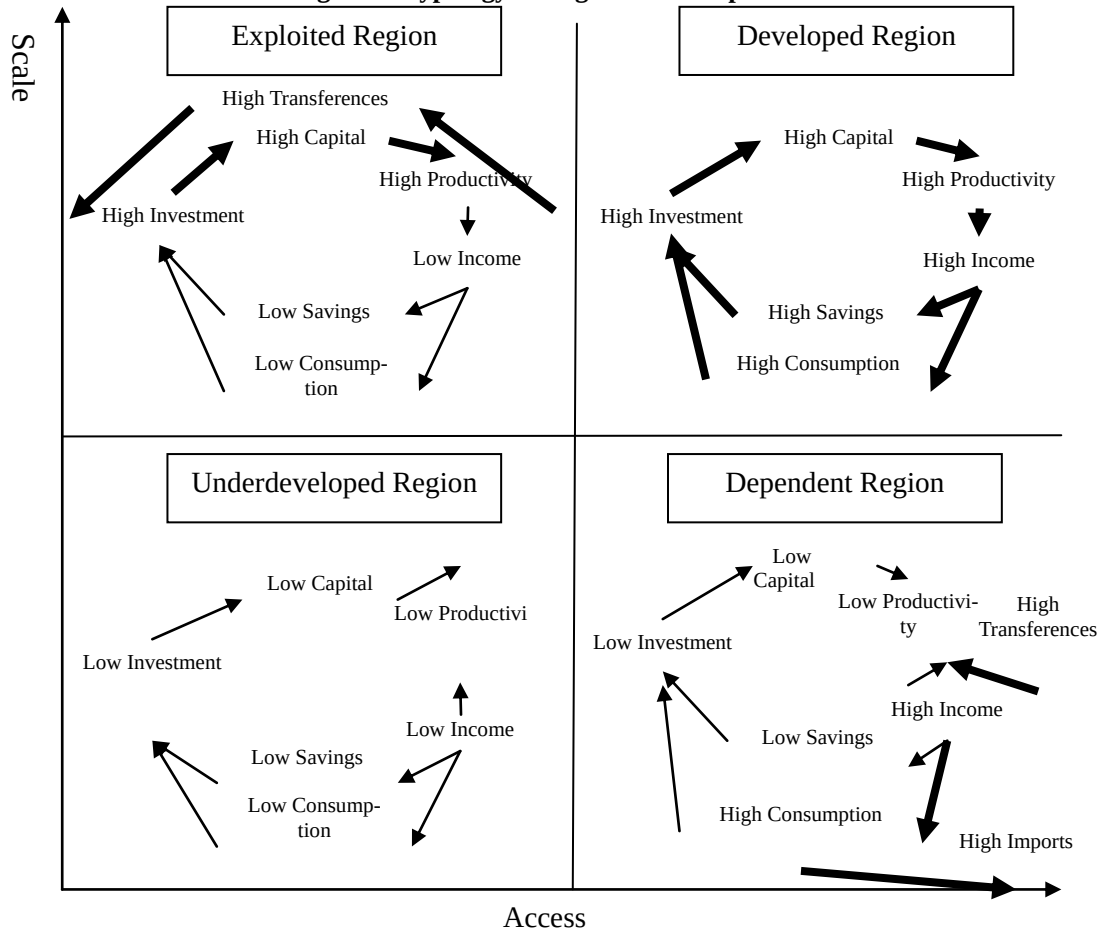
2. PROPERTY RIGHTS, RENTS, INNOVATION AND DEVELOPMENT IN REMOTE REGIONS

In the long term the payment of most production factors such as labor, capital and entrepreneurship must be made according to their marginal productivity to the places where those factors are based. Nevertheless, this is not always the case for rents of natural resources, where spatial allocation is influenced by the spatial distribution of property rights and not necessarily by the territorial distribution of the natural resource. And if the spatial distribution of property rights is different from the distribution of territorial resources it is quite likely the existence of two types of permanent unilateral transferences: i) on the one hand, from the places where resources are used to the locations where their owners are established, following the old Von Thünen (1826) divide between farmers – located in the country side – and landlords – that reside in the city; ii) on the other hand, from the owners, usually central places, to those that control property and collect the rents in the periphery. The point is that the exploited user of the territory is not necessarily located in the same place as the fiscal of the property rights; and neither of those must

coincide with the rent owner of the property rights, public or private.

Using the two geographical attributes proposed by Paul Krugman (1991): scale and accessibility, it is possible to define, not just two, but four types of development settings: developed, underdeveloped, dependent and exploited (Dentinho, 1995). Developed regions are the ones that have accessibility and scale where the virtuous circle of development work as expected, with increasing productivity sustaining growing consumption and investment, allowing innovation and snowballing productivity (Figure 1, NE). Underdeveloped places are those that suffer from vicious circles of poverty (Furtado, 1976), often because they lack scale and accessibility as can be testified in many poor regions where reduced productivity limits consumption, impedes investment, discourages innovation and keeps income at subsistence levels (Figure 1, SW). Nevertheless, there are two other types of regions. Exploited regions have scale but lack access because part of the income generated is drawn outside; in this case the virtuous circle of development runs outside the region that receives investment but not the related income (Figure 1, NW). Finally, dependent regions receive systematically unilateral transferences from outside which strengthen the access without reinforcing scale, innovation and investment, at least in terms of tradable goods and services (Figure 1, SE).

Will the innovation process be different in each one of the situations presented in Figure 1? Taking into account that innovation is mainly related to the production process it seems that both underdeveloped regions and dependent regions would have less aptitude to experience effective innovations than exploited or developed regions; furthermore, innovations in exploited regions would tend to favor central agents based in developed areas. Nevertheless, entrepreneurial capacity is a characteristic of mankind and not of places by themselves. And some “windows of opportunity” can appear in relatively less developed regions because there is trust and creative interactions (Camagni, 1991, Storper, 1992, 1993) that can promote flexible specialization (Geenhuizen e van der Knaap, 1994), suitable productive tissues to attract foreign investment (Amin, 1993), good places for ethnic entrepreneurs (Baycan Levent et al., 2008), or because there is some natural protection associated with remoteness (Nijkamp, 2009).

Figure 1: Typology of Regional Development

Still, natural protection and remoteness is a relative concept since modifications in accessibility – technological, economic and institutional - can alter remoteness and change the natural protection that allowed some degree of technological innovation and development in those remote places where men and environment interact with each other to get the rents from natural resources augmented by far away markets. In the process of accessibility changes, the establishment and enforcement of property rights over natural resources can be crucial for the creation or destruction of “windows of opportunity” for innovation and development in remote places.

Regarding property rights of natural resources, namely property rights over remote marine resources, it seems important to pick-up and expand the systematization proposed by Schlager & Ostrom (1992) and Ostrom & Schlager (1996). Their message is that, on the one hand, within the idea “common property resources”, very much used regarding marine resources, there are an all set of different situations including: a) property owned by a government; b) property owned by no one; and c)

property owned and defended by a community of resource users. On the other hand, the authors claim that, those property rights – both private and common (Ostrom and Hess, 2007) can be allocated to different degrees of ownership from entrants, users, claimants, proprietor and owners. Owners, private and common, have the incentive to long term investment in the resources but do not guarantee the sustainability of the resource for higher discount rates. Proprietors have similar incentives but they are against multiple or alternative uses of the resources. Claimants tend to invest in government intervention to secure their revenues since they do not have the capacity to exclude complementary or alternative uses of the resources. Users do not control the rules so they tend to overinvest in withdrawals. Data collectors have the incentive to invest in government intervention for alternatives uses of the resources. And, entrants try to secure their rights to visitation and passage. The inclusion of data collector seems to be very important when resources are new unknown because they can challenge the property rights of users, claimants and proprietors; and if there are no estab-

lished owners they can even claim ownership.

In the present paper we expand the analytical grid on property rights to include data collectors (Table 1) and use it to look into the regulation of natural resources in Faial trying to understand the way it interconnects with innovation and development. Schlager & Ostrom (1992) applied their scheme to Main

Lobster fisheries, (Yandle, 2003, 2007) used the same scheme to perform the analysis of marine resources in New Zealand. We pretend to look at a simple and yet European and Global Case such as the European Marine Strategy looking into the attitudes of creative and commercial spirits in the periphery and its interconnection with property rights.

Table 1: Bundles of Rights Associated with Positions; adapted from (Ostrom & Schlager, 1996)

	Owner	Proprietor	Claimant	User	Data Collector	Entrant
	Individuals who possess collective - choice rights to participate in management and exclusion and can lease or sell them	Individuals who possess collective - choice rights to participate in management and exclusion.	Individuals who possess the same rights as authorized users plus the collective-choice management.	Individuals holding operational rights of access and withdrawal that can transfer or sell those rights	Individuals holding rights of access to produce knowledge that influence management, exclusion and alienation	Individuals holding operational rights of access
Access: The right to enter a defined physical property.	X	X	X	X	X	X
Data collection: The right to obtain information of a resource	X	X	X	X	X	
Withdrawal: The right to obtain the "products" of a resource	X	X	X	X		
Management- The right to regulate use and improve resources	X	X	X			
Exclusion: The right to say who has rights and how to transfer them.	X	X				
Alienation: The right to sell or lease either or both of the above collective choice rights	X					

3. KNOWLEDGE, INNOVATIONS AND PROPERTY RIGHTS FOR THE MARINE STAKEHOLDERS OF HORTA

3.1 The European Marine Strategy

The European Marine Strategy (COM, 2007) seeks the sustainable use of the seas and the conservation of marine ecosystems. According to the European Commission (COM, 2010) this is done by promoting the integration of governance structures; building the knowledge base and enabling the implementation of integrated policies. In practice it is substantiated in ten work plans: i) Elimination of maritime barriers; ii) Promotion of a strategy for European research (COM, 2010a; COM, 2010c); iii) Coordination of national maritime policies; iv) Creation of a European network for Maritime Surveillance Systems focused on

the sharing of data related to fisheries, traffic, security and vessel reports (COM, 2009b); v) Implementation of maritime spatial plans and integrated management of coastal areas, to provide jobs, economic benefits, legal certainty, equal opportunities for all maritime sectors and environmental sustainability (COM, 2010b); vi) Development of policies to reduce the effects of climate change in coastal areas (COM, 2009a), looking into vulnerability, responsibility, national practices and expenditures; vii) Reduction of CO₂ emissions by the vessels; viii) Elimination of illegal fisheries; ix) Creation of a European network of maritime clusters; and x) Addressing issues related to labor legislation in fisheries and maritime transportation (COM, 2007). Most of these actions are derived into European Directives that once transferred to the national sets of rules that, if and when enforceable, represent clear changes in marine property rights. The

issue in this paper is whether and how those changes contribute to the process of innovation and development in the maritime city of Horta.

3.2 Knowledge, regulation, innovation and creativity in Horta

Horta, with 10000 inhabitants, is a small maritime city in the island of Faial that has 15000 persons. Faial is one of the nine islands of the Azores Archipelago, with 240000 residents. The economic base of the Azores is just 25.1% of the final demand and mainly constituted by dairy and beef exports (32.5%), unilateral transfers (28.1%), other exports – mainly from transport, financial services and other agricultural products (24.4%) - tourism (10.4%), and fishery (4.6%). Looking at Table 2 for columns “Faial”, it is clear that fisheries (5,3% as opposed to 4,6%) and tourism (14,5% compared with 10,4%), mostly associated with marine activities, play a larger role in the economic base of Faial and nearby islands of Pico and São Jorge than in the rest of the archipelago.

As pointed by (Santos et al. 2005a, 2009a) Marine research in the Azores is a recent phenomenon and almost inexistent until the end of the XIX century when Prince Albert of Monaco visited the islands in a series of research expeditions. Resident researchers began their work in the late seventies of the XX century and observed the collapse of the stocks of limpets that showed the importance of applied

marine research to support the management of the sea. In the late nineties it was possible to propose, based on scientific grounds, a few marine protected areas and, following that, a network of Natura 2000 sites, indicating the capacity of “Data Collectors” (Table 1) to produce knowledge that influence management and exclusion. Interestingly that same capacity is used subsequently to design policies on seamounts and hydrothermal fields in the Mid Atlantic Ridge outside the territorial waters of Portugal (Santos et al. 2009b, Ribeiro 2010). And because Horta, is also the place of Regional Parliament apart from headquarters of the Fisheries Department of the Regional Government and domicile of the Fisheries Department of the Azores University (Santos et al. 1995b), the process that goes from marine research to marine law is relatively straightforward (Calado et al. 2011), facilitating up the development of new property rights and new users, claimants, proprietors and owners of the marine resources. And with the whole sorts of economic activities are being developed, helping to define rules, generating rents, stimulating innovation and promoting development: whale watching, aquaculture in open sea and recollection of specimens for zoos at world scale.

Table 2. Structure of the Economic Base of the Islands (Haddad et al. 2012)

	<i>Santa Maria</i>	<i>São Miguel</i>	<i>Terceira</i>	<i>Graciosa</i>	<i>São Jorge</i>	<i>Pico</i>	<i>Faial</i>	<i>Flores</i>	<i>Corvo</i>	<i>Total</i>
Exports Agro Portugal	13.8%	31.4%	33.7%	51.1%	41.5%	33.9%	30.8%	29.6%	21.8%	32.0%
Exports Agro Other	0.2%	0.4%	0.5%	1.6%	0.4%	0.3%	1.1%	0.3%	0.1%	0.5%
Exports Fishery Portugal	1.8%	2.5%	1.8%	1.7%	3.9%	12.6%	3.4%	1.0%	3.1%	3.0%
Exports Fishery Other	1.0%	1.3%	0.9%	0.6%	2.3%	7.5%	1.9%	0.4%	1.2%	1.6%
Exports Other Portugal	44.6%	22.5%	9.6%	5.5%	12.8%	5.4%	17.1%	18.9%	4.9%	18.6%
Exports Other Other	14.5%	6.6%	3.6%	2.2%	2.5%	2.3%	5.7%	6.5%	2.6%	5.8%
Tourism Portugal	2.8%	3.9%	4.6%	4.7%	3.3%	5.2%	7.4%	6.0%	1.5%	4.4%
Tourism Other	2.8%	7.0%	3.9%	2.3%	3.2%	6.5%	7.1%	6.9%	1.0%	6.0%
Government (dependent)*	18.5%	24.3%	41.4%	30.4%	30.2%	26.0%	25.6%	30.4%	64.0%	28.1%
Economic Base	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

* Government expenditures financed by external transfers

Whale watching began a few years after the ban on whaling in the Azores in 1984/87 (Santos et al 1995a). Entrepreneurs were able to influence and, with direct connection with the authorities, endorse rules that controlled the access for whale watching companies. For instance, there are potential complementarities between whale sailing and whale watching that are not properly explored because the regulation assumes that whale watching must be

done preferably from small motor boats (Dentinho e Machado, 2007), also deterring large boats to access the business. Whale watching entrepreneurs were also wise to involve former whalers showing the interesting capacity to reinvent the use of the marine resources (Graça 2004, Oliveira et al. 2007a, b).

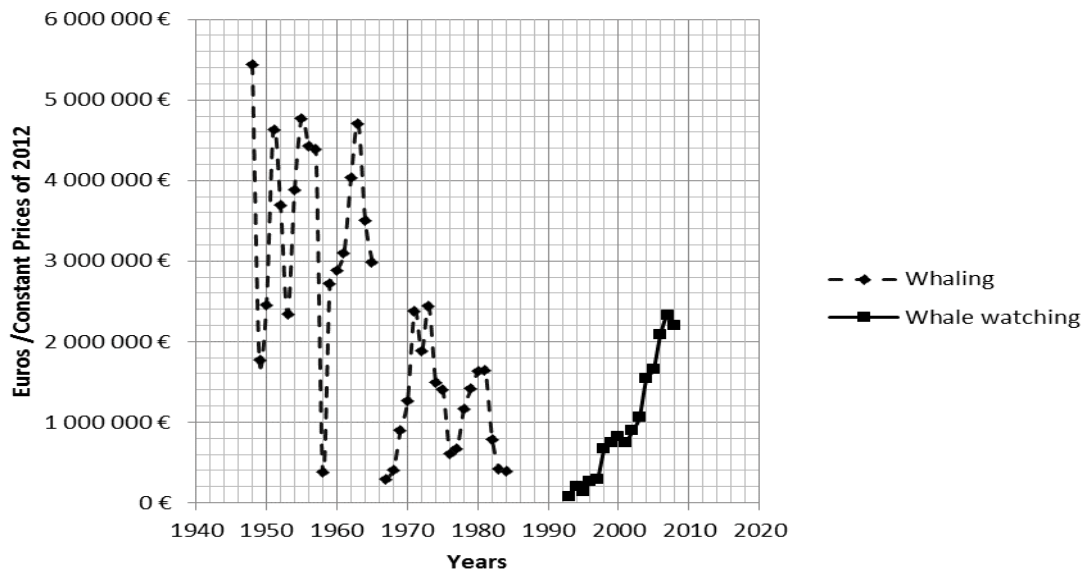
Aquaculture in open seas is another interesting initiative, just in the beginning, to produce barnacles, a crustacean much appreciated

throughout the archipelago and part of the traditional cuisine in the Azores. There have been close contacts with Regional Directorate of the Environment on the permit applications and the feasibility studies indicate that, with more durable structures the profitability of the project is promising (Lopez 2010).

The recollection of specimens for zoos at world scale is another interesting example of a good combination between knowledge, innovation, creative attitudes and definition of

property rights. The Flying Sharks, established in 2006 and owned by a marine researcher, catching fish to order, using the services of fishermen and divers, and with equipment suitable for maintaining the animals captured. Since its establishment, has exported animals to aquariums of Valencia (Spain), Georgia and Virginia (USA), Dubai (United Arab Emirates), Stralsund (Germany), Tokyo (Japan), Lisbon and Porto.

Figure 2: Revenues from Whaling and Whale Watching in Pico Faial Region



4. STAKEHOLDERS ATTITUDES

In this point we use a Q Method approach (Stephenson, 1953; Gil and Guimarães, 2011) to look into the effects of changes in property rights implicit in the European Marine Strategy, and related statements, in the attitudes of key marine stakeholders in Horta. A first set of 85 statements were taken from various sources (Annex 1a); many of them are from documents on the European Marine Strategy, others are from the Roundtable discussion during: “Exploring the wealth of coastal fisheries: Listening to community voices” 21 -24 October 2011 Angra do Heroísmo & Ponta Delgada; finally more specific statements are from some innovative people in Faial. A second step involved the selection and synthesis of 36 of the 85 statements with the criteria of avoiding redundancies and including different marine issues: - fisheries; - whale watching; - aquaculture; - pollution; - biodiversity; - research; - marine policy; EEZ expansion; ...In a third phase a

grupo of marine stakeholders – fishermen, sailors, local and regional politicians, maritime touristic operators, innovative entrepreneurs and marine researchers were asked to rank the selected phrases on bell shape form (Annex 2). Finally we perform discriminant analysis for significant Eigen Values with Varimax Rotation using the Kaiser Method, taking the stakeholders as variables and the phrases as observations. The seven significant components explain 76% of the total variation; result in a synthesis of the 21 stakeholder attitudes into seven profiles that we will try to associate with the Property Rights Situations proposed in Table 2: owners, proprietors, claimants, users, data collectors and entrants.

Looking at the results in Table 3 the first idea that comes up is that the first components do not explain much of the total variance indicating some lack of consensual positions on the selected phrases.

Table 4 presents the Correlation of the twenty-one Individual Attitudes with the Seven

composed attitudes.

The association of each one of these composed attitudes with the classification proposed

in Table 2 (owners, proprietors, claimants, users, data collectors and entrants) can be attempted in this stage of the analysis and then re-

Table 3: Total Variance Explained by Discriminant Analysis of the Statements Rankings

Comp	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Var	Cum. %	Total	% of Var	Cum %	Total	% of Var	Cum %
1	6,26	29,80	29,80	6,26	29,80	29,80	3,02	14,39	14,39
2	2,56	12,18	41,98	2,56	12,18	41,98	2,64	12,59	26,98
3	2,20	10,46	52,44	2,20	10,46	52,44	2,63	12,52	39,50
4	1,52	7,26	59,70	1,52	7,26	59,70	2,43	11,56	51,06
5	1,29	6,17	65,86	1,29	6,17	65,86	2,05	9,76	60,82
6	1,15	5,47	71,34	1,15	5,47	71,34	2,01	9,59	70,41
7	1,01	4,79	76,13	1,01	4,79	76,13	1,20	5,71	76,13
8	0,90	4,29	80,42						
9	0,74	3,54	83,96						
10	0,58	2,76	86,72						
11	0,48	2,28	89,00						
12	0,46	2,21	91,21						
13	0,42	2,02	93,23						
14	0,36	1,71	94,94						
15	0,35	1,65	96,58						
16	0,25	1,21	97,79						
17	0,16	0,77	98,56						
18	0,11	0,53	99,09						
19	0,10	0,48	99,57						
20	0,08	0,40	99,97						
21	0,01	0,03	100,00						

Table 4: Correlation of the Individual Attitudes with the Composed Attitudes

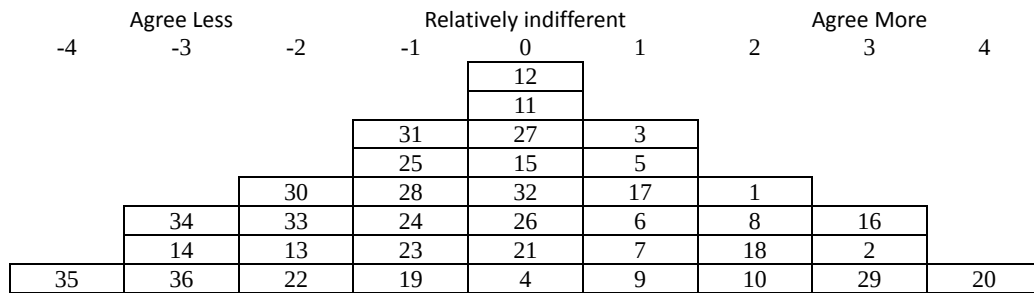
Occupation	Sector	Components						
		1	2	3	4	5	6	7
Entrepreneur	Fisheries	,930	,088	-,044	-,049	,091	,004	,002
Entrepreneur	Fisheries	,866	,251	,021	,026	,041	,106	,083
Employee	Journalism	,566	,446	,156	-,194	,328	,305	,006
Researcher	Fisheries	,548	,122	,238	,211	,407	-,177	-,034
Employee	Journalism	,475	-,272	,324	,281	-,098	,244	,252
Researcher	Fisheries	,414	,152	,129	-,030	,445	,325	-,112
Entrepreneur	Tourism	,397	,808	,020	-,010	-,050	,138	,028
Consultant	Environment	,032	,727	,333	-,029	,344	-,118	-,004
Consultant	Shipping	,168	,715	,356	,139	,103	,249	,058
Employee	Administration	,024	,419	,192	,026	,098	,421	-,622
Researcher	Marine	,255	,014	,811	-,008	,015	-,092	-,255
Researcher	Marine	,050	,226	,728	-,196	,033	,342	,013
Employee	Journalism	-,091	,311	,681	,130	,284	,073	,234
Researcher	Marine	-,054	,283	,627	,379	,039	,337	-,024
Politician	Assembly	,008	,032	-,003	,959	,122	,042	-,038
Politician	Assembly	,031	-,020	,049	,957	,109	,075	-,037
Politician	Assembly	,101	,177	,161	,076	,809	,172	-,073
Researcher	Social	,110	-,007	-,087	,274	,743	,153	,352
Politician	Local	,279	,052	,251	-,103	,226	,737	,031
Politician	Local	-,054	,116	,041	,315	,119	,710	,075
Employee	Marine	,133	,344	,039	-,134	,189	,298	,682

ssessed by the analysis (in Figures 3 to 9) of the implicit rankings of each one of these components. Component 1 is strongly linked to fishermen that are in fact “Users” of the marine resources since they are “Individuals holding operational rights of access, withdrawal marine resources and can transfer or sell those rights”. Component 2, that gather the attitudes of touristic and shipping operators, can be more related to “Entrants” as they are “Individuals holding operational rights of access the sea”. Following the same exercise Component 3, where the Principal Component Exercise located most marine researchers, is necessarily con-

nected with “Data Collectors” or those “Individuals holding rights of access to produce knowledge that influence management, exclusion and alienation”. Politicians are linked with Components 4, 5 and 6 and we will see whether to allocate them to “Owners”, “Proprietors” or “Claimants”. Finally, Component 7 can be an interesting outlier to highlight some revealing propriety rights still missing from the Property Rights Positions of Table 2.

We can now look at the ranking contained in each derived component (Figures 3 to 9) using the Property Rights nomenclature and comment the results.

Figure 3: Component 1 – Users – Fishermen



Interestingly the phrase that obtained most agreement for the “Users” perspective is clearly related with withdrawal property rights “The management system has limitations and the total tradable catch quota system is a big threat to the fishing communities especially the small ones of the Azores” (Statement 20); and the same happens with Statement 16 that refers to the control of withdrawal property rights “Pressure on the Azores EEZ is growing especially by boats from Spain, France and Mainland Portugal”. All this associated with the benign statements concerned with sustainability “With an ecosystem approach to management of human activities, priority should be given to maintaining good environmental status of the marine environment in Europe” (Statement 2) and with education (Statement 29) “The inclusion of themes of sea and fisheries on formal education would value fishing communities on each island”. The attitude of the “Users” becomes much more clear when we notice the reaction against newcomers, reacting negatively to conflicts management (Statement 34) “The value of the sea is associated with having a good adjustment between conflicting uses of marine resources”, innova-

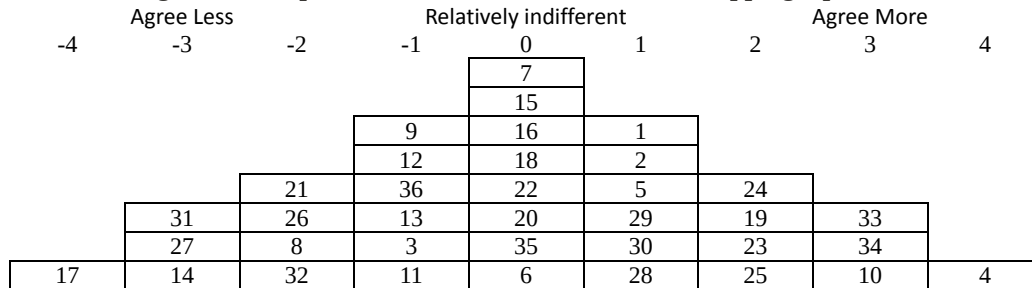
tion in the use of marine resources (Statement 35) “Innovation is the result of the availability of a resource. The whale watching resulted began rooted in a whaling culture” and to major changes on the regulated resources (Statement 36) “The expansion of the EEZ to 350 miles is fundamental to the sustainable development of communities Azorean”. Statement 14 “Beautiful things is when we go in mid-summer, in a motor boat, full of fish” is avoided by most of the perspective which is quite revealing because being a clear emotional statement, the general disagreement on it indicates the reasonability of the other rankings.

Perspective or component 2 is connected with – Entrants – Tourist and Shipping Operators (Figure 4). Comparing with the “Users” perspective it is clear that most of its extreme statements move to indifference except for (Statement 34), related to conflict management that “Entrants” favor greatly which is understandable since they are new and developing activities somehow conflicting with fisheries. Interestingly “Entrants” make an alliance the “Data Collectors” to influence regulation (Statement 33) “Marine Strategy should provide for innovative activities that promote the

sustainable use of marine resources”, want to impose regulation on fisheries (Statement 10) “Fisheries and other human activities affecting the populations of fish and seafood trade should not catch more than the maximum

sustainable catch”; and plan to get new propriety rights requesting that (Statement 4) “The Marine Strategy should be consistent with the Convention on Biological Diversity to protect marine biodiversity and creating marine

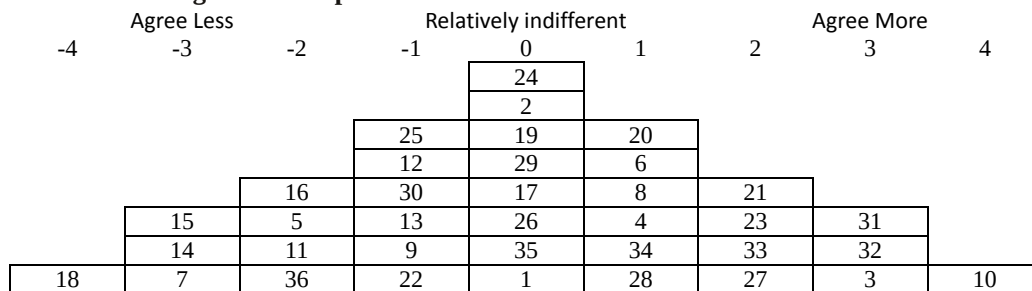
Figure 4: Component 2 – Entrants – Tourist and Shipping Operators



protected areas”. “Entrants” reinforce their disagreement with fishermen “Users” and other innovative stakeholders on statements latters agree (Statement 17) “When a fisherman sees a foreign boat fishing illegally and denounces it, it is too far away to do something”, (Statement

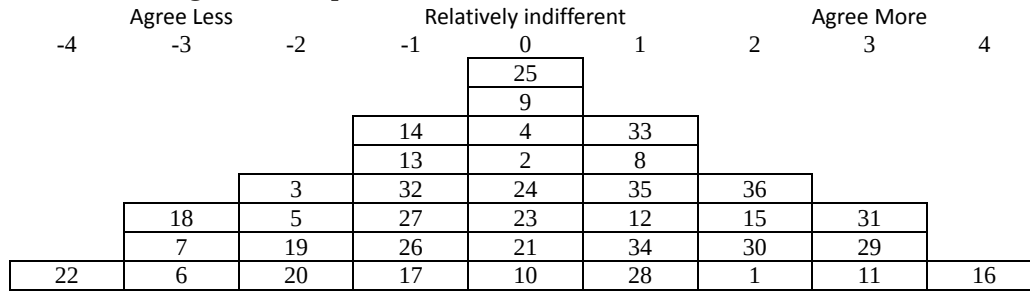
27) “Vessels large and sophisticated cause great havoc on marine resources”, (Statement 31) “Export of specimens to zoos and ocean parks increase the value of biodiversity and favors innovation and development”.

Figure 5: Component 3 – Data Collector – Marine Researchers



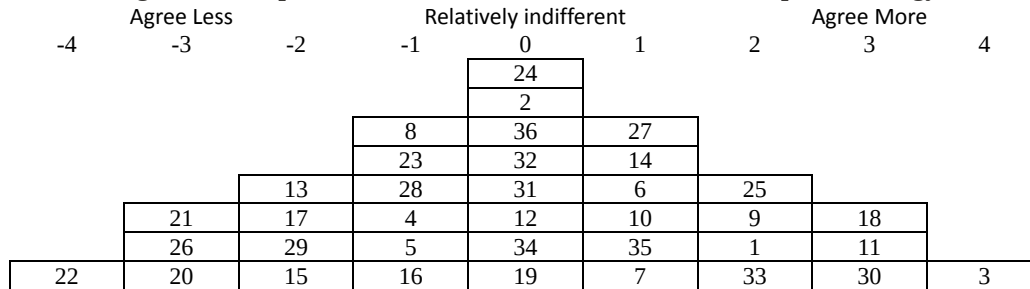
Component 3, linked with researchers of “Data Collectors” is represented in Figure 5. The major difference from the “Entrants” is that “Data Collectors” consider that (Statement 31)) “Export of specimens to zoos and ocean parks increase the value of biodiversity and favors innovation and development” but they strongly agree with “Entrants” with strong regulation on fisheries (Statement 10) “Fisheries and other human activities affecting the populations of fish and seafood trade should not catch more than the maximum sustainable catch”. What “Data Collectors” add to the former perspectives is a more global view on marine resources and in the respective regulation (Statement 3) “Coastal waters, the seabed and subsoil are an integral part of the marine environment and should be covered by the European Marine Strategy” including the cul-

tural heritage (Statement 32) “All whaling heritage deserves to be restored and preserved”. On the other hand “Data Collectors” strongly disagree with the dependence of human activity on marine resources (Statement 7) “Human activity at sea and in coastal areas is essential to economic stability”, the capacity to influence the government on particular issues (Statement 15) “If we were strong together with our government we would not be discussing the 200 miles but a lower area of 100 miles” indicating some experience on that influence. Finally, “Data Collectors”, confirming their experience in dealing with regulators, also deny that “The power of money, the electoral power and influence of large companies reduce the prospects of small fisheries leading Europe to defend roach fishing instead of sustainable fisheries”.

Figure 6: Component 4 – Claimants - Politicians for Innovation

Component 4, linked with Politicians for Innovation, or “Claimants” of new property rights, is represented in Figure 6. They defend the strong control of maritime property rights (Statement 16), and the innovative activities such as “Export of specimens to zoos and ocean parks increase the value of biodiversity and favors innovation and development” (Statement 31) or “The extensive and semi extensive aquaculture can help reduce the pressure on the marine environment and generate significant economic benefits” (Statement 11). Interestingly they are strongly against that “The stock management should be made on each island and not at regional level so that the fisherman of one island should not fish in the sea of another island” (Statement 22).

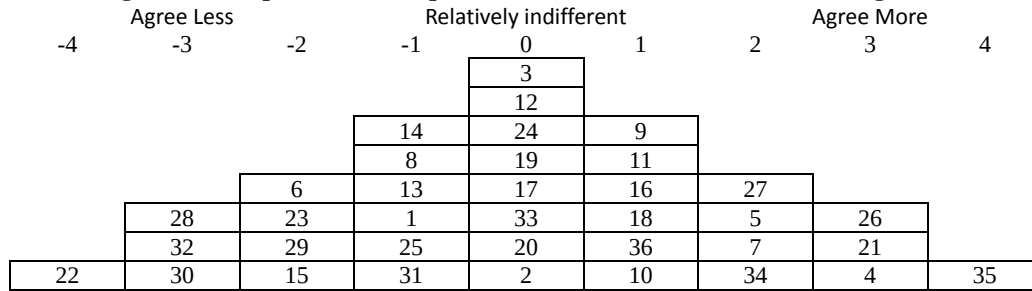
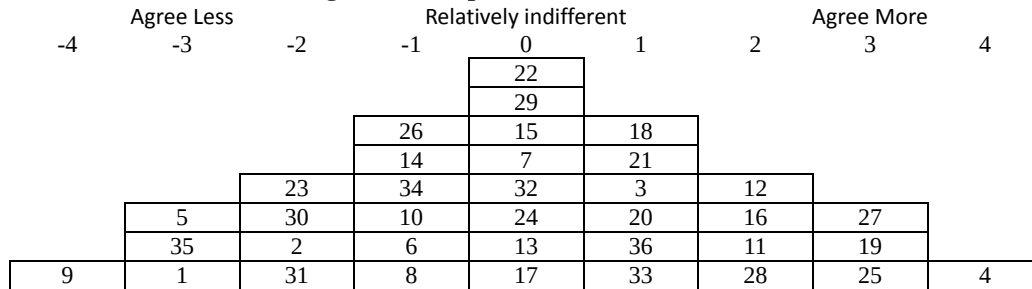
Component 5, associated with Politicians for the European Strategy, and can be identified with “Owners” of property rights since they are less worried about the control of the EEZ and more in tune with the European Marine Strategy (Figure 7). They allocate all the property rights to European Control (Statement 3) “Coastal waters, the seabed and subsoil are an integral part of the marine environment and should be covered by the European Marine Strategy” and, as Politicians for Innovation, they are also strongly against that “The stock management should be made on each island and not at regional level so that the fisherman of one island should not fish in the sea of another island” (Statement 22).

Figure 7: Component 5 – Owners - Politicians for the European Strategy

The last group of politicians, Component 6, is associated with Politicians worried with managing the conflicts between the various users; actually they can be identified with “Proprietors”. Innovation is the result of the availability of a resource. The whale watching resulted began rooted in a whaling culture and they recognize that there are market failures that is necessary to correct (Statements 21,26) and, the other politicians they are against the allocation of marine property rights per island (Statement 22).

Component 7 is an interesting one. On the

one hand it cannot be allocated to any of the property rights groups define a priori in Table 2. It defends consistency “The Marine Strategy should be consistent with the Convention on Biological Diversity to protect marine biodiversity and creating marine protected areas” (Statement 4), truth “Europe seems to advocate regional differences on paper but not in practice” (Statement 19), fairness “Vessels large and sophisticated cause great havoc on marine resources” (Statement 27) and ethics “It is important to establish ethical principles for negotiation between interests” (Statement 25).

Figure 8: Component 6 – Proprietors - Politicians for Conflict Management**Figure 9: Component 7 - Ethic Attitude**

5. CONCLUSION

Using the analytical framework based on the typology of property rights proposed by (Schlager and Ostrom, 1992) and the Q Methodology initiated by (Stephenson, 1953) we were able to interpret the attitudes Horta stakeholders on the property rights changes implicit in the European Marine Strategy. We conclude that there are windows of opportunity (Nijkamp, 2009) for innovation and development in remote areas if innovative entrepreneurs “Entrants”, associated with “Data Collectors” and politicians for innovation “Claim-

ants” can change the institutional status quo. Along the institutional and technological innovation processes, old “Users”, “Proprietors” and “Owners” are challenged to redefine property rights over natural resources, pressured by the uses allowed by new technologies. All these changes on the allocation of rents can influence the path out of regional underdevelopment; either to regional development, exploitation or dependency (see Figure 1). Creativity should be not only related to technological or cultural issues but mainly to institutional adaptations.

REFERENCES

- Barca (2009) - AN AGENDA FOR A REFORMED COHESION POLICY A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations Independent Report prepared at the request of Danuta Hübner, Commissioner for Regional Policy by Fabrizio Barca http://ec.europa.eu/regional_policy/policy/future/pdf/report_barca_v0306.pdf
- Capello, R. (2002): Entrepreneurship and Spatial Externalities: Theory and Measurement, *Annals of Regional Science* 36 (3), pp. 387-402
- Calado H, Ng K, Lopes C & Paramio L (2011) - Introducing a legal management instrument for offshore marine protected areas in the Azores-The Azores Marine Park. *Environmental Science & Policy*, 14 (8): 1175-1187.
- COM(2007) 575 final, 10 Oct 2007, “An Integrated Maritime Policy for the European Union”

COM(2009a) - The economics of climate change adaptation in EU coastal areas Summary report. ISBN 978-92-79-12065-7

COM(2009b)- Legal aspects of maritime monitoring & surveillance data Summary report. ISBN 978-92-79-12062-6.

COM(2010a) - Marine Knowledge 2020. Marine data and observation for smart and sustainable growth. ISBN 978-92-79-16449-1.

COM(2010b) - Maritime Spatial Planning for the EU's seas and oceans: what's it all about?. ISBN 978-92-79-14284-0.

COM(2010c) - Marine Data Infrastructure. Executive summary. ISBN 978-92-79-15210-8

COM(2011) - Study on the economic effects of Maritime Spatial Planning Final report. ISBN 978-92-79-19791-8.

De Groot HLF, Nijkamp P, Acts Z (2001) – Introduction. Knowledge spill-overs, innovation and R regional development. Papers in Regional Science 80, 249-253.

De Groot HLF, Poot J, Smit MJ (2007) Agglomeration, Innovation and Regional Development. TI 2007-079/3 Tinbergen Institute Discussion Paper.

Dentinho TP e Machado L (2007) - Sustentabilidade Rural e Desportos Tradicionais. O caso das regatas de botes baleeiros dos Açores. Actas do Congresso de Estudos Rurais. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

Dentinho TP (2012) - New Challenges for Sustainable Growth, Chapter 11. Evolving Networks, Spaces and Competitiveness Policies: Challenges for a Sustainable Growth. Edited by Roberta Capello and Tomaz Dentinho. Edgar Elgar (forthcoming).

Diamond J (2005) - Collapse, how societies choose to fail or succeed. Penguin Group, New York.

Florida, R (2003) – Cities and Creative Class. City & Community. Volume 2, Issue 1, pages 3–19, March 2003.

Florida, R (2005) –The World in Numbers, The World Is Spiky. Globalization has changed the economic playing field, but hasn't leveled it. The Atlantic Monthly, October, 2005.

Furtado, Celso (1983) – Accumulation and Development. The Logical of Industrial Civilization. Martin Robertson. Oxford.

Gil, F and Guimarães, H (2011) – Avaliação de atitudes e valores de agentes de desenvolvimento regional. Capítulo 20 de Compêndio de Economia Regional, Volume II: Métodos e Técnicas de Análise Regional. Editores

JS Costa, TP Dentinho and P Nijkamp, Principia. Portugal.

Eduardo Haddad , Vasco Silva , Alexandre Porsse and Tomaz Dentinho (2012) - Multipliers in an Island Economy: The Case of the Azores. NEREUS, 2012

LeSage JP, Fischer, MM, Scherngell, T (2007) – Knowledge spillovers across Europe: Evidence from a Poisson spatial interaction model with spatial effects. Papers in Regional Science 86: 393-422.

Lopez DA, Lopez BA, Pham CK, Isidro EJ & De Girolamo M (2010). Barnacle culture: background, potential and challenges. Aquaculture Research, 41 (10): e367-e375.

Lucas RE (1988) On the mechanics of economic development. Journal of Monetary Economics 22: 3-42.

McCann P, Simonen J (2005) – Innovation, knowledge spillovers and local labour markets. Papers in Regional Science 84, 466-485

Neves-Graça K (2004) - Revisiting the tragedy of the commons: Ecological dilemmas of whale watching in the Azores. Human Organization, 63 (3): 289-300.

Nijkamp, P (2009) - Empreendedorismo num contexto espacial: Retrospectiva e Perspectiva. Compêndio de Economia Regional, Capítulo 25. Edited by Costa JS, Dentinho, TP and Nijkamp, P. Principia, Lisboa.

Oliveira C, Gonçalves J, Magalhães S, Prieto R, Silva MA & Santos RS (2007a). Whale watching management in the Azores: An updated review of the regulations. International Whaling Commission. Anchorage, Alaska. SC/59/WW7: 4pp.

Oliveira C, Filla G, Gonçalves J, Silva MA, Prieto R, Magalhães S & Santos RS (2007b). A socio-economic perspective of the whale watching activity in the Azores. International Whaling Commission. Anchorage, Alaska. SC/59/WW8: 8pp

Ostrom, E., and E. Schlager. 1996. The formation of property rights. Pages 127-156 in S. Hanna, C. Folke, and K.-G. Mäler, editors. Rights to nature: ecological, economic, cultural, and political principles of institutions for the environment. Island. Press, Washington, D.C., USA.

Ostrom E, et al. – (1999) - Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges Science 284, 278 (1999).

Ostrom E Hess C (2007) - Private and Common Property Rights. Research Paper No. 2008-11-01 . Scholl of Public and Economic

Affairs. Indiana University.

Ribeiro MC (2010) - The 'Rainbow': The First National Marine Protected Area Proposed Under the High Seas. *International Journal of Marine and Coastal Law*, 25 (2): 183-207.

Romer PM (1986) - Increasing returns and long run growth. *Journal of Political Economy* 94: 1002-1037. -

Santos RS, Hawkins S, Monteiro LR, Alves M & Isidro EJ (1995a) – Marine research, resources and conservation in the Azores. *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*, 5 (4): 311-354.

Santos RS, Gonçalves J & Isidro E (1995b). *Marine Research: The role of the Department of Oceanography and Fisheries of the University of the Azores*. *Higher Education Policy*, 8 (2): 25-28.

Santos RS, Afonso P, Colaço A, Morato T, Silva M e Tempera F (2009a) – Scientific research and marine conservation in the Azores: From origins to present. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 18: 29-60 (in Portuguese, English abstract)

Santos RS, Christiansen S, Christiansen B & Gubbay S (2009b). - Towards the conservation and management of Sedlo seamount: A case study. *Deep Sea Research - Part II: Topical Studies in Oceanography*, 56 (25): 2720–2730.

Schlager E and Ostrom E (1992) - Property-Rights Regimes and Natural Resources: A Conceptual Analysis. *Land Economics*, Vol. 68, No. 3 (Aug., 1992), pp. 249-262

Schumpeter, J. (1934): *The Theory of Economic Development*, Harvard University Press, Cambridge MA

Stephenson, W. (1953) – *The Study of Behaviour: Q Technique and its methodology*. Chicago. University of Chicago Press.

Solow RM (1956) – A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economic* 70: 65-94.

VON THONEN, J .H. (1826) *Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft and Nationaleconomie*, pp. 11-12. Hamburg (1966 edition, Stuttgart : Gustav Fischer).

Yablon, M. (2004) - 'Property rights and sacred sites: Federal regulatory responses to American Indian religious claims on public land', *Yale Law Journal*, 113, 1623–1662.

Yandle, T (2003), 'The challenge of building successful stakeholder organizations: New Zealand's experience in developing a fisheries co-management regime', *Marine Policy*, 27 (2), 179–192.

Yandle, T. (2007) - Understanding the consequences of property rights mismatches: a case study of New Zealand's marine resources. *Ecology and Society* 12(2): 27. URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss2/art27/>

ANNEX : Q Sort on Marine Strategy.

1) The Q Sort Method aims to structure the discourse of development agents in a community on a specific topic.

2) From documents and interviews we identified 36 phrases

	Phrases
1	Marine protected areas are an important step towards fulfilling its commitments on Sustainable Development and the Convention on Biological Diversity.
2	With an ecosystem approach to management of human activities, priority should be given to maintaining good environmental status of the marine environment in Europe
3	Coastal waters, the seabed and subsoil are an integral part of the marine environment and should be covered by the European Marine Strategy.
4	The Marine Strategy should be consistent with the Convention on Biological Diversity to protect marine biodiversity and creating marine protected areas
5	There is a flaw in top governance that ignores the knowledge of fishing communities at local level
6	The activities that depend on the sea as fishing and tourism suffer the degradation of ecosystems caused by competition over resources.
7	Human activity at sea and in coastal areas is essential to economic stability
8	Increasing levels of maritime traffic have big impacts on the marine environment
9	The waste from land and boats generate increasing problems.
10	Fisheries and other human activities affecting the populations of fish and seafood trade should not catch more than the maximum sustainable catch.
11	The extensive and semi extensive aquaculture can help reduce the pressure on the marine environment and generate significant economic benefits
12	You need more and better communication so that the fish of good quality can be purchased
13	The costs of fishing tourism are rampant especially those associated with insurance and safety equipment
14	Beautiful things is when we go in midsummer, in a motor boat, full of fish
15	If we were strong together with our government we would not be discussing the 200 miles but a lower area of 100 miles
16	Pressure on the Azores EEZ is growing especially by boats from Spain, France and Mainland Portugal
17	When a fisherman sees a foreign boat fishing illegally and denounces it, it is too far away to do something.
18	The power of money, the electoral power and influence of large companies reduce the prospects of small fisheries leading Europe to defend roach fishing instead of sustainable fisheries.
19	Europe seems to advocate regional differences on paper but not in practice
20	The management system has limitations and the total tradable catch quota system is a big threat to the fishing communities especially the small ones of the Azores.
21	The fish parallels markets are relevant and may increase with the crisis
22	The stock management should be made on each island and not at regional level so that the fisherman of one island should not fish in the sea of another island.
23	Monitoring is typically associated with environmental indicators but it is also important to define economic and social indicators and the relationship of cause and effect between them
24	It is essential to strengthen communication between local management and management at the European level
25	It is important to establish ethical principles for negotiation between interests
26	There is a flaw in the evaluation of the impact of recreational fishing
27	Vessels large and sophisticated cause great havoc on marine resources
28	Without boats, quotas and property rights artisanal fishing will die together with their communities
29	The inclusion of themes of sea and fisheries on formal education would value fishing communities on each island.
30	Training should be tailored to the needs of every fisherman
31	Export of specimens to zoos and ocean parks increase the value of biodiversity and favors innovation and development
32	All whaling heritage deserves to be restored and preserved
33	Marine Strategy should provide for innovative activities that promote the sustainable use of marine resources
34	The value of the sea is associated with having a good adjustment between conflicting uses of marine resources
35	Innovation is the result of the availability of a resource. The whale watching resulted began rooted in a whaling culture
36	The expansion of the EEZ to 350 miles is fundamental to the sustainable development of communities Azorean

3) Using the numbers of the phrases, rank them from the right to the left in the pyramid below

Agree Less Relatively indifferent Agree More
 -4 -3 -2 -1 0 1 2 3 4

4) Identification

Gender		Age		Residence		Education		Occupation		Sector		Aim	
Masculine		-30		Faial		Other		Entrepreneur		Fisheries		Socio Economic	
Feminine		30-45		Azores		Lic		Public Service		Tourism		Socio Environ- mental	
		45-		Other		PhD		Employee		Other		Economic Envi- ronmental	

Perceived Impacts of the European Youth Capital 2012¹

Impactes Percebidos da Capital Europeia da Juventude 2012

Paula Remoaldo

premoaldo@geografia.uminho.pt

Landscape, Patrimony and Territory Laboratory (Lab2PT), Social Sciences Institute,
University of Minho, Portugal

Eduardo Duque

eduardoduque@braga.ucp.pt

CECS/University of Minho and Catholic University, Portugal

J. Cadima Ribeiro

jcadima@eeg.uminho.pt

NIPE, School of Economics and Management, University of Minho, Portugal

Abstract/Resumo

This paper examines the economic and sociocultural impacts perceived by participants and residents of the hosting of the European Youth Capital 2012 (EYC 2012) by Braga, Portugal. During the EYC 2012, a survey was applied to 512 individuals, complemented by the implementation of a focus group. Several statistical procedures, including principal components analysis, were carried out in order to identify the impacts of the event. From the results obtained, we could conclude that the hosting of the EYC did not attract a large amount of visitors to the city. The younger respondents, predominant in the sample, tended to keep a more positive assessment of the impacts of the EYC 2012, as well as women when compared to men.

O presente artigo analisa os impactes económicos e socioculturais percebidos pelos participantes e residentes em Braga da realização da Braga Capital Europeia da Juventude 2012 (EYC 2012). Durante a EYC 2012, um inquérito foi aplicado a 512 indivíduos, complementado pela realização de um grupo focal. Vários procedimentos estatísticos, incluindo a análise de componentes principais, foram realizados com o objetivo de identificar os impactes percebidos do evento. A partir dos resultados obtidos, podemos concluir que a realização da EYC 2012 não atraiu uma significativa quantidade de visitantes à cidade de Braga. Os inquiridos mais jovens, predominantes na amostra, revelaram uma avaliação mais positiva dos impactes da EYC 2012, bem como as mulheres, quando comparadas com os homens.

Keywords: European Youth Capital; Braga 2012; mega-events; perceptions; participants; residents

Palavras-chave: Capital Europeia da Juventude; Braga 2012; megaeventos; perceções; participantes; residentes

JEL Codes: O1, O2

Códigos JEL: O1, O2

¹ This work has the financial support of the Project Lab2PT - Landscapes, Heritage and Territory Laboratory - AUR/04509 and from FCTMEC through national funds and when applicable the FERDER co-financing, under the new partnership agreement.

1. INTRODUCTION

Every year since 2009, a European city hosts a European Youth Capital (EYC) event. In 2012, Braga, Portugal, received the fourth edition of this type of mega-event, which takes place for almost one year.

Given the fierce competition that is currently observed among cities to become more visible and attractive at national and international levels (Quinn, 2005; Van der Ark and Richards, 2006; Getz, 2012; Marujo, 2014), the title of European Youth Capital, assigned by the European Youth Forum, is an opportunity that certain medium-sized cities are trying to benefit from. Besides promoting their image, a goal envisaged by promoters of mega-events and special festivals (Deccio and Baloglu, 2002; Quinn, 2005; Getz, 2012; Marujo, 2014), hosting this particular event is an opportunity to reinforce their economic and sociocultural dynamism and promote youth involvement in the daily life of the city, at least during the year of the hosting of the EYC.

Taking into account the European Youth Forum goals (<http://www.youthforum.org/>, 2012), besides the above mentioned effects, cities expect that the hosting of this type of event may contribute to: i) the increase of the active participation of youth in society; ii) the implementation of public policy initiatives to value youth culture elites; iii) the adoption of new approaches to promote youth entrepreneurship; iv) the promotion of multiculturalism and the integration of ethnic minorities; v) the promotion of cooperation among international youth structures; and vi) the protection and promotion of the regional culture and heritage.

Either looking to the general impacts or to the specific ones, related to youth, the expected impacts from hosting an EYC can have either a positive or a negative nature (Dimmock and Tiyce, 2001; Humphreys and Prokopowicz, 2007; Ritchie and Hudson, 2009; Quinn, 2013; Remoaldo et al., 2014).

The present paper tries to assess a number of economic and sociocultural impacts related to the hosting of the European Youth Capital 2012 by Braga, Portugal, using the perception of participants regarding the shows and other organised events as well as the perception of the residents. Thereafter, we will try to check if the results perceived are in line with what is expected from the hosting of a common mega-event, and which level of maturity was attained

by this new European cultural initiative.

The novelty of this investigation results, at first, from the fact that no consistent studies were published to date on the impacts of a European Youth Capital. Having in mind that we are dealing with an event organised only for a few years, we will also try to check at what level it is following the path of other more consolidated mega-events, like the European Capitals of Culture, namely in what regards its ability to attract external visitors and to promote the image of the hosting destinations.

The present paper is organised as follows: Introduction (section 1), followed by section 2, which provides a literature review on European Youth Capitals as mega-events and addresses the impacts that the hosting of an European Youth Capital can cause; section 3 deals with the analytical methods used; in section 4, we present and discuss the results obtained from the surveys applied; finally, we will have the concluding remarks and a few policy recommendations.

2. THE EUROPEAN YOUTH CAPITAL AS A CULTURAL MEGA-EVENT AND ITS PERCEIVED IMPACTS

While there is extensive literature on the impacts of European Capitals of Culture (e.g., Palmer/Rae Associates, 2004; García et al., 2010; Richards, 2014), the European Youth Capitals have not attracted yet the attention of the researchers due to its recent implementation.

A European Youth Capital has characteristics of a mega-event, as it is a relatively large-scale planned event of about one year of duration (Ritchie, 1984; Roche 1994; 2000; Liu, 2012) and it contains a meaning and international importance (Jago and Shaw, 1998; Roche, 2000; Varrel and Kennedy, 2011; Liu, 2012) or, at least, intends to.

Mega-events can be viewed as being public goods, and one should bear in mind the massive investment that is normally made (Getz, 2012). Like other types of festivals and events, whose number has highly increased in urban spaces in the last two decades (Quinn, 2005), they must be viewed as a potentially homogenising effect of globalisation. Their hosting also indicates a change in the approaches to urban management as well as structural chan-

ges in economic production that have been taking place in alignment with the increasing use of culture as a means of creating wealth and jobs. The hosting of this type of events is increasingly seen as a useful strategy for the cities to reposition and differentiate themselves in today's competitive world (Quinn, 2005).

In the specific case of large-scale events, they can be instruments of public policy and country branding (Getz, 2012), but they can also serve political ambitions, that is, they can be used for the personal and political promotion of certain agents or political forces. As a consequence, those who oppose hosting them are, sometimes, considered as not being patriotic enough or even as being mean-spirited (Getz, 2012).

Having in mind all their common impacts, mega-events are generally seen as privileged ways of enhancing the development of the hosting cities, as well as means of encouraging social cohesion (Getz, 2012). Their many symbolic meanings also cannot be forgotten and they can be looked as "essential building blocks of civilization" (Getz, 2012: 171).

Hosting mega-events can also draw important tourism revenue and international media recognition for the hosting destination (Lee et al., 2013), as well as the opportunity for giving large external visibility and promoting the city (Deccio and Baloglu, 2002; Kim et al., 2006; Strauf and Schere, 2010). Taking all this into account, it is not surprising that, generally speaking, there is great enthusiasm around hosting certain large-scale events and, consequently, a fierce competition among cities to organise them (Getz, 2012).

Regardless of the concept used or the type of event we are considering (sports event, cultural event or economic large-scale exhibition), its impacts are of different types and not all of them have a positive nature (Humphreys and Prokopowicz, 2007; Quinn, 2013). Regarding the types of impacts, one can consider the economic (the most studied - Ritchie and Hudson, 2009), the sociocultural and the environmental (which have attracted less attention - Remoaldo et al., 2011; Raj et al., 2013), the urban (related to the restructuration of cities or the renewal of parts of them - Langen and Garcia, 2009) or the political ones (Getz, 2012), as mentioned.

In what regards mega-events of a cultural nature, only recently there have been attempts to assess the impacts they entail. Before, since

the 1980s, there was a predominance for studies dealing with sports, e.g., mega-sports events, namely the Olympic Games, the Football World Cup and the European Football Championship (Deccio and Baloglu, 2002; Ritchie et al., 2009; Lepp and Gibson, 2011).

Donald Getz is one of the authors that have been working on the field of events and festivals and tourism events since the beginning of the 1990s. Particularly important are his publications dated from 1991, 2000, 2007, 2008 and 2012. In answering the question "Why are planned events such important?", he emphasises the commonly felt need for economic and social exchanges (Getz, 2012).

The humanities and social sciences have led the study of such events, especially Sociology, Geography (Human), Anthropology (Moeran and Pedersen, 2009), Management, Philosophy, Psychology and Political Science (Getz, 2012).

With regard to the expected positive economic impacts of hosting a mega-event, the most mentioned used to be the increase of revenue, of employment opportunities and of investment in new equipment and infrastructures, as well as the promotion of the city and, this way, the attraction of tourists and of the related opportunity for driving revenue and employment (Deccio and Baloglu, 2002; Kim et al., 2006; Ritchie et al., 2009; Lee et al., 2013).

Sometimes, these schedules and the financial resources linked to the events are also used to proceed to the renewal or the restructuring of the urban tissue or of a few blocks of it located in the core of the event (Langen and Garcia, 2009; Ritchie, Shipway and Cleeve, 2009). The price increase of goods and services and the consequent higher cost of living are negative factors that stand out (Remoaldo et al., 2014).

Regarding the positive sociocultural impacts, those which used to acquire more relevance are the enhancement of social cohesion, and the raising of pride and self-esteem on the part of the receiving community, the improvement in the standards of living and the increasing levels of social and cultural interaction driven by the hosting of the events (Deccio and Baloglu, 2002; Waitt, 2003; Ritchie et al., 2009; Marujo, 2014). As highlighted by Quinn (2013), social impacts can contribute to understand the social benefits or social value of an event and can be seen as more important than

the economic ones.

On the opposite side, one cannot also forget the possibility of facing increased delinquency and crime levels, increased car traffic and parking congestion, higher levels of litter and noise, as well as the possible emergence of some sort of conflict between visitors and residents when the hosting population or part of it does not identify itself with the organised event or with the behaviour of the visitors (Deccio and Baloglu, 2002; Ritchie et al., 2009; Remoaldo et al., 2014).

Of course, the level and nature of the impacts has a lot to do with the mega-event addressed, its magnitude and, in relation to that, the resources involved. In this regard, the financial resources allocated to hosting a European Youth Capital have been quite scarce, even when compared with those assigned to the European Capitals of Culture, events that are also organised annually in the European Union.

Having in mind the novelty of the initiative and the lack of attention from research to the European Youth Capitals until now, we have decided to address its perceived impacts in the context of the hosting of this mega-event by the city of Braga, in Northern Portugal, which occurred in 2012 (Braga 2012).

3. ANALYTICAL METHODS

The opportunity for carrying out a study about Braga 2012, that is, the European Youth Capital 2012, came after the decision of the *Bracara Augusta* Foundation, the organising institution, commissioning a study of its impacts to a research team from the University of Minho (Portugal). The research was conducted in the last semester of 2012 and in the beginning of the first months of 2013, trying to shed light on the major achievements of the event. It was envisaged, namely, to capture the perceptions of various agents (stakeholders) and city residents towards its perceived impacts and the way they participate in this cultural mega-event.

Due to the need to obtain data from primary sources during the celebration of the EYC, the effort of the evaluation team was first focused on designing and implementing a survey to apply to participants in a few shows or youth forums and to city residents. That survey was applied between October and December 2012, from which we obtained 512 full filled in questionnaires.

The sample was collected using a non-probabilistic method, that is, we dealt with a convenience sample. As the participants were moving around the places where the events were taking place and were either city residents or visitors, there was no way of building a sample based on an inquiring universe. In such a situation, as claimed by Esu and Arrey (2009), namely, using this kind of sample seems to be well justified.

The questionnaire was structured into 23 questions, 16 of them being directed to the reasons for visiting Braga and to the participation in the EYC 2012 events and 7 other referring to the respondent's profile (e.g., gender, age, education level, employment status and total monthly net household income). Most of the questions were categorised and structured according to a five-point agree-disagree Likert scale, ranging from the 'completely disagree' option to the 'completely agree' one.

A preliminary test was performed on the 2nd of October 2012 to 10 university students of University of Minho (Braga), from where we could check that the response to the survey would not take more than 10 minutes and that the questions raised were easy to understand. A few minor adjustments were made following the results obtained from the preliminary test.

As the research team used as universe the residents and the participants in the events that were planned for the period from October to December 2012, it was decided to select five events occurring in different geographical areas of the city and forums or shows of different nature, with the objective of reaching different target audiences, even though more focused on young people than on other population age groups. In addition to the participants of the selected events, the common local population that could be found at that time in the places around the locations where the events were taking place was also questioned.

The chosen events were those with the greatest potential for community participation (e.g., the musical show *Semibreve* and the Closing Ceremony of the EYC 2012).

The five events chosen are featured in summary form in Table 1. They all took place at night time, except the Closing Ceremony, which started in the daytime and lasted throughout the night of the 22nd of December 2012.

Regarding the questionnaires filled in, we obtained a greater number on the Closing Ce-

Table 1. List of selected events and their main features

Name of the event	Place	Date	Summary	Number of participants
<i>Semibreve</i>	Theatro Circo	6 th of October	Festival putting together different types of electronic music and workshops; this festival was organised for the first time in 2011	2,000
<i>Halloween Circle Night</i>	Parque de São João da Ponte	31 st of October	Celebration of Halloween	300
12 th National Meeting of Youth Associations (ENAJ)	Parque de Exposições de Braga	24 th and 25 th of November	National Meeting of Youth Associations, aiming to contribute to the definition of the Portuguese Youth Public Policies	1,600
<i>World Drums</i>	Theatro Circo	24 th of November	Braga musical project aiming to establish bridges among different cultural and musical heritages, aiming to promote multiculturalism	896
European Youth Capital Closing Ceremony	Several places in the city	22 nd of December	Event that took place during the evening and the night, including several cultural and musical initiatives	60,000

Source: Authors' own elaboration based on data provided by the *Bracara Augusta* Foundation, collected from <http://bragacej2012.com/news/details.php?id=106&type=2> (retrieved on 26/02/2013) and from <http://www.theatrocirco.com/agenda/evento.php?id=940> (retrieved on 26/02/2013).

emony (22nd of December) and fewer on the Halloween event (31st of October). The lower participation in the latter had to do with the weather conditions of that day, and because of, at the same time, numerous parallel private initiatives (private parties) were taking place throughout the city.

Several statistical procedures were carried out using the Statistical Package for Social Sciences (IBM SPSS, version 20.0). The expected positive and negative ECOC impacts were first organised according to their sociocultural or economic nature, following the literature review. In a second step, a principal components analysis was employed in order to identify the underlying dimensions associated to both of these groups of impacts.

In the immediate post-event period, a focus group was also implemented to assess the success of hosting the EYC. This methodological approach was used to clarify and complement certain dimensions of the data collected through the survey. In this paper, we will invoke briefly the results obtained. Its participants were seven residents with different profiles, differing namely in the level of education and technical training, age and gender and, also, distinct involvement in the preparation and organisation of the EYC 2012.

The meeting of this group took place after the end of the event, in January 2013. As explained to the participants of the focus group, a qualitative and comprehensive assessment of the relative success of Braga 2012 and its impacts was expected to arise from the discussion kept among the participants in that forum. They were supposed to feel completely free to express their perception and feelings towards the mega-event.

It should be recalled that a focus group is a methodological tool framed in group interviews. It is a carefully designed and planned conversation created to obtain information in a relatively relaxed context (Stewart and Shamdasani, 2014). The present investigation took place in a room of the University of Minho. Unlike most of the interviews, the focus group does not seek to reach a consensus.

4. EMPIRICAL RESULTS AND DISCUSSION

Sample profile

The structure of the sample collected can be seen in Table 2. It enables us to characterise the audience of the selected events of the European Youth Capital and, by extension, the

largest of the initiatives performed in the scope of the mega-event.

The proportion of respondents showed to be balanced among genders (52.7% females versus 47.3% males). In 13 questionnaires, the sex of the respondent was not registered. The majority of respondents were residents of the municipality of Braga (63.5%) and only in the

12th National Meeting of the Youth Associations there was a predominance of visitors among the respondents, as expected. This result seems to indicate that the attractiveness or external visibility given to the events performed was not large, so they were able to capture, mainly, the participation of local residents.

Table 2. Profile of the respondents

	%
Gender	
Male	47.3
Female	52.7
Age	
15-29	60.8
30-49	27.9
50 and more	11.3
Education	
Up to four years	5.4
Up to nine years	14
Secondary	31.3
University	37.5
Postgraduate, Master or Doctorate	11.8
Income	
Less than €500	9.4
Between €500 and €1000	27.9
Between €1001 and €2500	33.4
More than €2500	9
No answer	20.3
Respondents (total)	512

Source: Authors' own survey data (collected from October to December 2012).

Not surprisingly, having in mind the nature of this mega-event, youth participants comprised the largest group of the sample respondents (60.8%). We can also verify that the individuals with a higher level of education (at least a university degree) were also more represented among the survey respondents (49.3%).

Among the features of the sample, it is worth underlining the occupational status of the respondents. Those employed accounted for 42.2%, against 39.3% of students and 13.3% of unemployed. That can be seen as showing that the organisation of the EYC 2012 was able of capturing participants with different personal and professional backgrounds to the events offered.

In fact, most of the events organised were free of charge. This circumstance may have

allowed the participation of a large amount of people that, otherwise, would be excluded.

The features presented in Table 2 seem to portray those of a population belonging to medium and medium-low social classes.

Survey results

Taking into account the set of indicators used to identify the sociocultural and economic impacts of hosting the European Youth Capital 2012 derived from the literature review, we decided to follow an exploratory factor analysis using principal components as the extraction method, with varimax rotation, to assess the number of underlying factors and to identify the items associated with each factor.

As a criteria for the extraction of factors, the Kaiser criteria has been adopted, as well as Horn (1965) analysis principle and the inter-

pretation of the extracted factors made by Garson (2015). In turn, we based ourselves in Matsunaga (2010) to make the cut off point of the loading factor in 0.40. If the items receive loading factor in more than one factor, we choose the factor on which the item presents a higher load.

In a first step, this analysis was applied to the 13 indicators collected in the survey classified as having a sociocultural nature. This was done after having normalised the variables that were kept, in a preparatory step.

Two main factors emerged explaining, together, 62.09% of the total variance of the original data, as presented in Table 3. The first

factor, accounting for 38.13% of the variance, grouped 9 indicators which, in a certain way, are mainly related to the results of the mega-event (Table 3). With this in mind, we decided to label it as the *EYC Sociocultural Results*.

The second factor grouped 4 indicators, namely: “The programme of the EYC is not reaching my expectations”; “The programme of the EYC is not reaching youth expectations”; “The events performed are not having a big impact on the city (Braga)”; “The programme of the EYC could have been more diversified” (Table 3). Having in mind that

Table 3. Factor analysis of the sociocultural impacts of the EYC

EYC sociocultural impact factors	F1 (Loadings)	F2 (Loadings)
I am enjoying the general programme of the EYC.	0.651	
The programme of the EYC is not reaching my expectations.		0.825
The programme of the EYC is not reaching youth expectations.		0.804
The events performed are not having a big impact on the city (Braga).		0.728
The programme of the EYC could have been more diversified.		0.695
The hosting of EYC made it possible to organise events that, otherwise, I would not have the possibility to participate in.	0.675	
The city should host more mega-events like the EYC.	0.691	
The hosting of the EYC provided added value to the city of Braga.	0.752	
The events performed allowed to open new cultural perspectives to many youth residents and visitors.	0.793	
By hosting the EYC, Braga became a more dynamic city in what regards culture.	0.747	
The hosting of the EYC helped in the integration of social minorities and in creating receptivity to other cultural expressions of our society.	0.699	
The economic and social impacts of hosting the EYC will be relevant after 2012.	0.694	
The main social impacts of the EYC after 2012 will be the incremented international visibility the city will get and the increased self-esteem experienced by the residents of Braga.	0.753	
Explained variance (%)	38.13	23.96

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalisation.

The pairwise method for deletion of missing values was used.

KMO = 0.93; $p < 0.001$; rotation converged in 3 iterations.

Source: Authors' own survey data (collected from October to December 2012).

those indicators are related to the way the activities of the EYC were planned and organised, we have decided to label this factor as the *EYC Programme*.

The internal consistency of the items within each dimension was measured by examining the Cronbach reliability alphas, considering the

values greater than 0.70 appropriate (Nunnally, 1978).

Factor 1 has shown to have a very good consistency level (0.91), which means that respondents rely on the same principle to base their answers to the several questions related to the indicators that integrate the *EYC Sociocul-*

tural Results. Factor 2, related to the *EYC Programme*, has shown to have a smaller value (0.80). Even so, both factors should be considered as having satisfactory internal consistency. As Nunnally (1978) suggests, the reliability of alphas close to 0.70 indicates a high level of internal consistency between the individual scale items and the related factors.

In the analysis of the *Economic Impacts*, we followed the same approach. Applying the Principal Components Analysis, we obtained just one relevant factor, explaining 63.29% of the variance of the original indicators taken, which presents loadings varying from 0.621 (“The hosting of the EYC represented a misuse of public money”) to 0.881 (“The main economic impact to be expected in the near future from hosting the EYC will be felt by the retail sector”). The reliability of the alpha has shown to be satisfactory (0.70).

As expected, the correlation coefficients between the 3 factors identified above showed that the impacts of hosting a mega-event are a complex phenomenon. No matter the interpretation made of the causal relationship among the several impact components, it is expectable that they show to be correlated, that is, if the programme established is felt as being good, the expected sociocultural and economic impacts should be relevant, and vice-versa.

In a way, our empirical analysis seems to give consistency to this idea, mainly when we address the relationship between the *Results of the Event* and the *Economic Impacts*, where we obtain a strong correlation coefficient ($r = 0.79$, $p < 0.001$), even if the correlation between the *EYC Programme* and the *Economic Impacts* has shown to be weak ($r = 0.30$; $p < 0.001$).

Table 4. Factorial analysis of the economic impacts of the EYC

EYC economic impact factors	F1 (Loadings)
The hosting of the EYC represented a misuse of public money.	0.621
The hosting of the EYC will have major economic and social impacts in the city after 2012.	0.859
The main economic impact to be expected in the near future from hosting the EYC will be felt by the retail sector, which will experience a greater dynamic. In addition, the growth of employment is also expected.	0.881
Explained variance (%)	63.29

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalisation.

The pairwise method for deletion of missing values was used.

KMO = 0.59; $p < 0.001$; rotation converged in 1 iteration.

Source: Authors' own survey data (collected from October to December 2012).

Cross-tabulating the *Results of the Event* and the *Economic Impacts* with the gender and age variables together, we could conclude that there were no relevant differences in the way men and women, regardless of their age, looked to the results of the event [$F(5,262) = 1.163$, ns - no significant]. Something different was found regarding the economic impacts perceptions, where significant differences were identified [$F(5,312) = 2.487$, $p < 0.05$] (Figure 1).

From Figure 2, which presents the average values of the *EYC Programme* and the *Economic Impacts*, we can observe that there are statistical significant differences in what regards the way individuals have valued the implementation of the EYC Programme. Indeed,

older women enjoyed it more than younger ones [$F(5,262) = 2.765$, $p < 0.005$] (Figure 2).

Combining these two dimensions with gender, age and level of education, we obtained a result quite close to the one presented before. That is, in the same way, we do not find relevant differences of perceptions in what regards the *Results of the Event* based on gender, age or education level. Nevertheless, we found significant differences either in what concerns the *Economic Impacts* or the *EYC Programme* when addressing the perceptions kept by individuals organised in those three categories [$F_{results}(17,261) = 0.671$, ns; $F_{economic impacts}(17,310) = 1.621$, $p < 0.05$; $F_{programme}(17,261) = 1.632$, $p < 0.05$] (Figures 3 and 4).

Figure 1. Results of the Event and Economic Impacts (means), according to gender and age

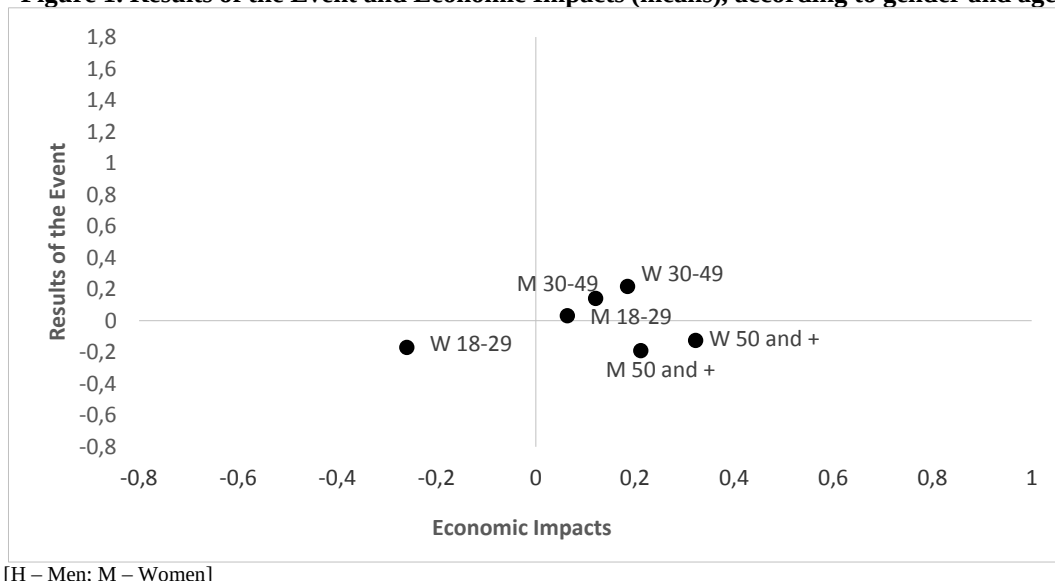


Figure 2. Programme of the Event and Economic Impacts (means), according to gender and age

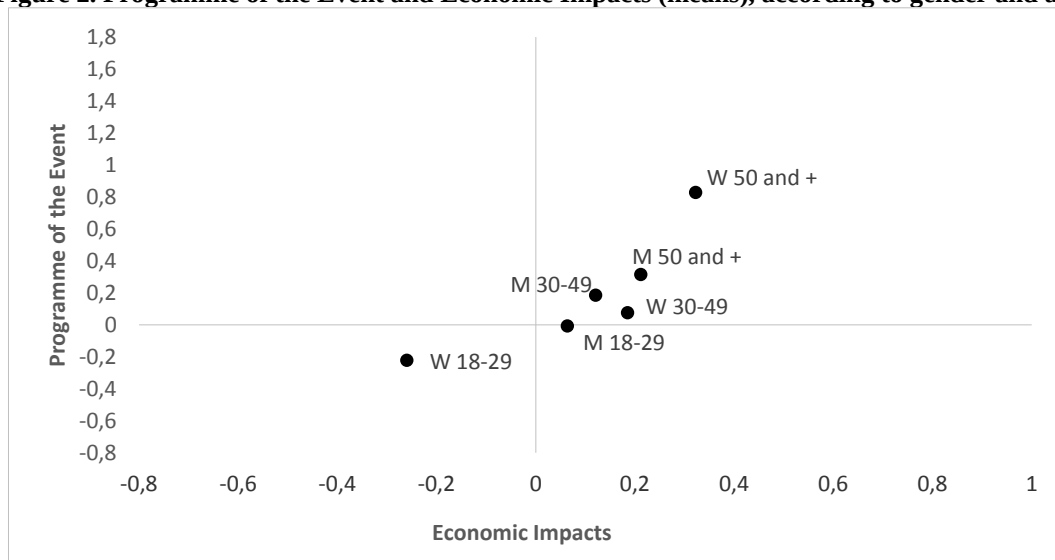


Figure 3. Results of the Event and Economic Impacts (means), according to gender, age and education level

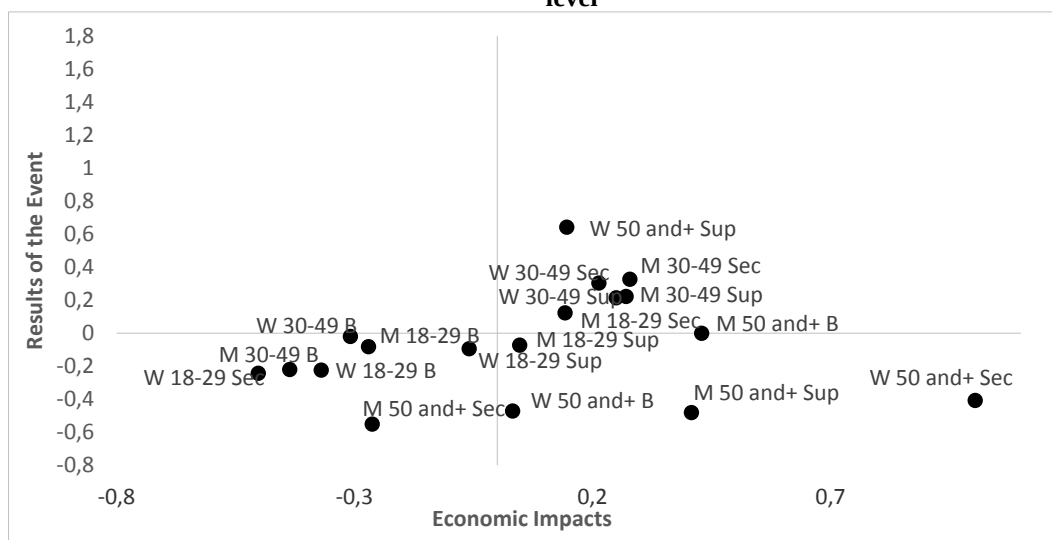
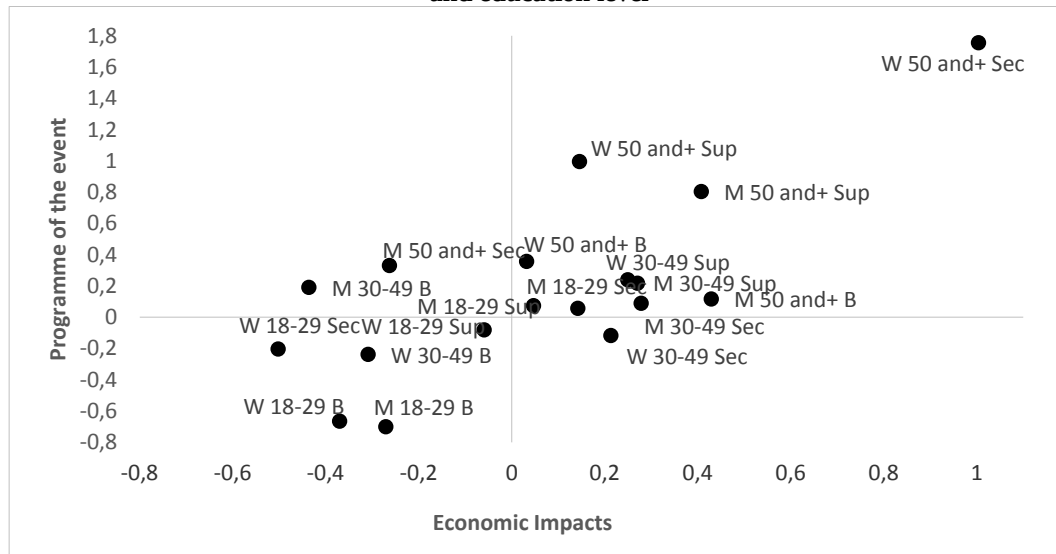


Figure 4. Programme of the Event and Economic Impacts (means), according to gender, age and education level

We will try now to look to the variables that most determine the three dimensions considered here. To do so, we will follow the procedures suggested by Aiken and West (1991) analysing the moderating effect using ordinary least square multiple regression. This technique was chosen because, as referred by Silva and Salina (2006), the regression technique allows describing the relationship between one

or more quantitative variables. In this context, we will use as dependent variables the dimensions mentioned and as independent variables gender, age, level of education and the geographical origin of the participants (residents or visitors), occupational status and average family budget.

Table 5. Determinants of Dimensions (Multiple linear regressions)

	Economic impacts	Results of the Event	Programme of the Event
Origin of the participants	-.11*	-.12*	ns
Gender	ns	ns	ns
Age	ns	ns	.17**
Level of education	ns	ns	ns
Occupational status	ns	ns	ns
Average family budget	ns	ns	ns

* $p < 0.05$; ** $p < 0.005$

Note: The matrix cells present the standardized regression coefficients (*betas*).

Source: Authors' own survey data (collected from October to December 2012).

The analysis has shown that only the origin of participants was able of predicting either the economic impacts or the results perceived regarding the EYC. Concerning the EYC programme, only the age has shown to be statistically significant.

In summary, we could conclude that the

residents of Braga were those that have valued most both the economic impacts and the results of hosting the European Youth Capital 2012. Regarding the programme of the EYC, the older participants were those that have claimed to have enjoyed it more.

Discussion of the empirical results

If the literature maintains as a major goal of hosting any type of mega-event the external marketing promotion of the city and the improvement of its image as a tourism destination (Deccio and Baloglu, 2002; Kim et al., 2006; Ritchie et al., 2009; Getz, 2012; Lee et al., 2013), one of the conclusions to be drawn from the survey implemented was that European Youth Capital 2012 was unable to fulfil the envisioned result. In fact, during the year Braga hosted the mega-event, the number of visitors, namely foreigners, has shown to be quite low.

Being an event focused on youth, it is worth underlining that, according to the survey respondents, the programme implemented seems to have adequately addressed the youth needs and common expectations. More than that, it was perceived as an added value by them as it was seen as having contributed to open their minds. From the participation in the management of the event, many of them even gained an experience they can profit from in future daily life.

Referring to this increased knowledge and experience, in the focus group implemented to discuss the issue, one of the main ideas that emerged was that “the event succeeded in somehow changing mentalities and in showing that youth does not only seek to amuse itself but is also capable of thinking and producing strategic thinking”.

Addressing the general issue of the impacts felt, the perception kept is that there was indeed an impact. The majority of the respondents did claim, namely, that the EYC 2012 was not a case of misuse of public funding. Instead, it enhanced the cultural life and the economy of the city, mostly in the retail and services sectors, besides providing an added value in terms of obtaining a new experience and opening the minds of youth, as previously mentioned.

Among the claims on the positive results, its contribution to the increase of the social cohesion was also emphasised, together with the one that “there would be equipment which would remain as a heritage” of the EYC.

Regarding the contribution of this type of celebration to a better integration of social minorities and other cultural expressions, as the literature review emphasises and the Euro-

pean Youth Forum identifies as a main goal of the implementation of the European Youth Capitals, data obtained did not allow us to confirm it.

5. CONCLUSION

Based on the data of a survey that was applied to those who went to Braga and took part in selected events of the programme of the European Youth Capital 2012, we have tried to assess the perceived economic and sociocultural impacts of its hosting by Braga. Thereafter, we tried to check if the results perceived were in line with what is expected from the hosting of a common mega-event, as usually identified by the empirical literature. A major interest of producing this research came from the novelty of this kind of European cultural initiative.

Looking at those impacts, based on the perceptions kept by the survey respondents, we can conclude that there were indeed some impacts. This general idea gets its base on the enhancement of the social cohesion that was perceived (synthesised in the slogan adopted “We are all Braga”), but also on the economic profit experienced by the retail and services sectors, and on the equipment that remained from the implementation of the EYC, even if that was residual. The conclusion drawn from the answers of those surveyed was that the residents of Braga were the participants who valued the most both the economic impacts and the results of hosting the mega-event.

Besides the conclusion that the majority of the participants have been the residents of the city/municipality, the sample collected has confirmed an over-representation of the youth generation (59% were 10 to 29 years old). When asked about the success of the mega-event, those were also the ones who kept a more positive assessment of it. In the same way, women had a more positive assessment than men.

Indeed, the programme of the EYC seems to have reached the expectations of youth (60.8% of the respondents have declared to agree or fully agree with this statement). Even so, the older participants were the ones that seem to have enjoyed it more.

Taking the respondents as a whole, the hosting of the EYC did not show to be a misuse of public money, having enhanced the cultural environment of Braga.

Two dimensions that have been most criticised were the marketing promotion of the mega-event and its general programme. This issue also emerged within the focus group carried out. Thereafter, taking into account the people surveyed and the position expressed in the focus group, the main idea was that it was possible to do much better. Having said that, there is place to take advantage from the acquired experience in future applications for other mega-events or special events.

From failures found, we can immediately drive a first policy comment. It has to do with the ability of learning from experience, from the own and the experiences of others, that is, one can raise the doubt if certain of those failures in terms of planning, promoting and managing the event could not have been prevented if the principle of learning from good external practices had been followed.

Regarding the communication strategy, the claim is that planners and managers of future

mega-events should be able to profit better from the electronic networks available, namely the so-called “social networks”.

The high unemployment rate verified in the country since 2011 and the economic austerity policies followed since then may have led some respondents to not better assess the economic and social impacts of the EYC. We do believe that.

The work performed in terms of assessment of the impacts of hosting the Braga EYC 2012 was deeper and more complex than what is shown in this paper. Other agents were asked and other analytical approaches were followed. Having said that, readers should not look to the data released in this paper as the final expression of the success or failure of the Braga EYC 2012, and of the policy suggestions we can extract from its hosting. In addition, it is worth underlining that the global success of this type of event can only be correctly assessed following a medium/long-term approach.

REFERENCES

Aiken, L.S. and West, S.G. (1991), *Multiple regression: Testing and interpreting interactions*. Newbury Park, London, Sage.

Deccio, C. and Baloglu, S. (2002), “Non-host Community Resident Reactions to the 2002 Winter Olympics: The Spillover Impacts”, *Journal of Travel Research*, Vol. 41, pp. 46-56.

Dimmock, K. and Tiyyce, M. (2001), “Festivals and events: celebrating special interest tourism”, in Douglas, N.N., Douglas, N. and Derrett, R. (Ed.), *Special interest tourism: context and cases*, John Wiley & Sons Australia, Milton, pp. 355-383.

Esu, B. and Arrey, V. (2009), “Branding cultural festival as a destination attraction: a case study of Calabar Carnival Festival”, *International Business Research*, Vol. 2 No. 3, pp. 182-192.

García, B., Melville, R., Cox, T. and Rodenhurst, K. (2010), *Neighbourhood impacts: a longitudinal research study into the impact of the Liverpool European Capital of Culture on local residents*, Impacts 08, Liverpool.

Garson, G.D. (2015). *Structural Equation Modeling*, Asheboro, NC: Statistical.

Getz, D. (1991), *Festivals, special events, and tourism*, Van Nostrand Reinhold, New York, NY.

Getz, D. (2000), “Developing a research agenda for the event management field”, in Allen, J., Harris, R., Lago, L. and Veal, A.J. (Eds), *Events Beyond 2000: Setting the Agenda. Proceedings of Conference on Event Evaluation. Research and Education*, Australian Centre for Event Management, Sidney, pp. 10-21.

Getz, D. (2007), *Event studies: Theory, research and policy for planned events*, Elsevier, Oxford.

Getz, D. (2008), “Event tourism: definition, evolution, and research”, *Tourism Management*, Vol. 29, pp. 403-428.

Getz, D. (2012), “Event studies: discourses and future directions”, *Event Management*, Vol. 16, pp. 171-187.

Horn, J.L. (1965), “A rationale and test for the number of factors in factor analysis”, *Psychometrika*, Vol. 30, pp. 179-185.

Humphreys, B. and Prokopowicz, S. (2007), “Assessing the impact of sport mega-events in transition economies: EURO 2012 in

Poland and Ukraine!” *International Journal of Sport Management and Marketing*, Vol. 2 No. 5 and 6, pp. 496-509.

Jago, L.K. and Shaw, R.N. (1998), “Special events: a conceptual and definitional framework”, *Festival Management and Event Tourism*, Vol. 5 No. 1, pp. 21-32.

Kim, H.J. and Gursoy, D., Lee, S.-B. (2006), “The impact of the 2002 World Cup on South Korea: comparisons of pre- and post-games”, *Tourism Management*, Vol. 27, pp. 86-96.

Langen, F. and Garcia, B. (2009), *Measuring the impacts of large scale cultural events: a literature review. Impacts 08 European Capital of Culture Research Programme*, University of Liverpool, Liverpool.

Lee, S.-B., Lee, C.-K., Kang, J.-S., Lee, E.-Y. and Jeon, Y.J.J. (2013), “Residents’ perceptions of the 2008 Beijing Olympics: comparison of pre- and post-impacts”, *International Journal of Tourism Research*, Vol. 15, pp. 209-225.

Lepp, A. and Gibson, H. (2011), “Tourism and World Cup Football amidst perceptions of risk: The case of South Africa”, *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, Vol. 11 No. 3, pp. 286-305.

Liu, J.C.Y. (2012), “The strategy of city cultural governance: 2009 Kaohsiung world games and globalized city cultural images”, *Journal of Leisure Studies*, Vol. 10 No. 1, pp. 47-71.

Marujo, N. (2014), “Tourism and special events: the Flower Festival in Madeira Island”, *Tourism & Management Studies*, Vol. 10 No. 2, pp. 26-31.

Matsunaga, M. (2010), “How to factor-analyze your data right: Do’s, don’t’s, and how-to’s”, *International Journal of Psychology Research*, 3, pp. 97-110.

Moeran, B. and Pedersen, J.S. (2009), “Fairs and Festivals: Negotiating Values in the Creative Industries”, *Creative Encounters Working Paper 33*, Copenhagen Business School, Copenhagen.

Nunnally, J. (1978), *Psychometric theory*, McGraw-Hill, New York, NY.

Palmer/Rae Associates (2004), *Study on the European Cities and Capitals of Culture, and the European Cultural Months (1995-2004)*, Palmer/Rae Associates, Brussels.

Quinn, B. (2005), “Arts Festivals and the

City”, *Urban Studies*, Vol. 42 No. 5 and 6, pp. 927-943.

Quinn, B. (2013), *Key concepts in event management*, Sage Publications, London.

Raj, R., Walters, P. and Rashid, T. (2013), *Events Management – principles & practice*. 2nd edition, Sage Publications, London.

Remoaldo, P.C., Cadima Ribeiro, J., Mota, M. and Vareiro, L. (2014), “Perceptions of residents of hosting the ‘Guimarães 2012 European Capital of Culture’: An ex-ante approach”, *Tourism and Hospitality International Journal*, Vol. 2 No. 2, pp. 71-93.

Remoaldo, P.C., Vareiro, L., Freitas Santos, J. and Cadima Ribeiro, J. (2011), “O olhar da população vimaranense através da imprensa local da Capital Europeia da Cultura 2012”, *Atas de Turismo: Diversificação, Diferenciação e Desafios – II Congresso Internacional de Turismo*, Instituto Politécnico do Ave e do Cávado, Barcelos, pp. 179-191.

Richards, G. (Ed.). (2014), *Guimarães and Maribor European Capitals of Culture 2012*, ATLAS - Association for Tourism and Leisure Education, Amhem.

Ritchie, J.R.B. (1984), “Assessing the Impact of Hallmark Events: Conceptual and Research Issues”, *Journal of Travel Research*, Vol. 23 No. 1, pp. 2-11.

Ritchie, J.R.B. and Hudson, S. (2009), “Understanding and meeting the challenges of consumer/tourist experience research”, *International Journal of Tourism Research*, Vol. 11 No. 2, pp. 111-126.

Ritchie, B.W., Shipway, R. and Cleeve, B. (2009), “Resident perceptions of mega-sporting events: A non-host city perspective of the 2012 London Olympic Games”, *Journal of Sport & Tourism*, Vol. 14 No. 2, pp. 143-167.

Roche, M. (1994), “Mega-Events and Urban Policy”, *Annals of Tourism Research*, Vol. 21 No. 1, pp. 1-19.

Roche, M. (2000), *Mega-events and modernity*, Routledge, London.

Silva, C. and Salinas M. (2006), “Modelos de regresión y correlación”, *Ciencia & Trabajo*, Vol. 8, Nº 22, pp. 185-9.

Stewart, D.W. and Shamdasani, P.N. (2014), *Focus Groups: Theory and Practice*, 3rd edition, Sage Publications, London.

Strauf, S. and Scherer, R. (2010), “The contribution of cultural infrastructure and events to

regional development”, *50th Congress of the Regional Science Association*, Jönköping, Sweden, 19th to 23rd August.

Van Der Ark, L.A. and Richards, G. (2006), “Attractiveness of cultural activities in European cities: A latent class approach”, *Tourism Management*, Vol. 27, pp. 1408-1413.

Varrel, A. and Kennedy, L. (2011), *Mega-events and megaprojects*, Policy Brief, European Commission, Brussels.

Waitt, G. (2003), “Social impacts of the Sydney Olympics”, *Annals of Tourism Research*, Vol. 30 No. 1, pp. 194-215.

<http://www.youthforum.org/> (accessed 10th February 2012).

Geographic and Demographic Determinants of Regional Growth and Convergence: a Network Approach¹

Determinantes Geográficos e Demográficos do Crescimento e da Convergência Regionais: uma Abordagem de Rede

João Carlos Lopes

jcflopes@iseg.ulisboa.pt

ISEG - School of Economics and Management, University of Lisbon,
UECE - Research Unit on Complexity and Economics

Tanya Araújo

tanya@iseg.ulisboa.pt

ISEG - School of Economics and Management, University of Lisbon,
UECE - Research Unit on Complexity and Economics

Abstract/Resumo

This paper examines the evolution of spatial similarities and disparities in the Iberian Peninsula, using data on GDP per capita of 81 NUTS 3 Portuguese and Spanish regions over the period 1995-2012. The main geographic and demographic determinants of growth are taken into account, dividing the regions in several groups, namely “(common)-border”, “interior (without border)”, “coastal”, “metropolitan” and “ultra-peripheral”. After a brief analysis of the relative performance of regions and the quantification of sigma and beta-convergence trends, a network approach is applied, based on a metric space build from the correlation coefficients between the log-differences of regional GDP per capita. This metric space and the corresponding topological setting are use to develop networks of Iberian regions, uncovering the main geographic and demographic determinants of regional growth and convergence.

Keywords: Regional growth and convergence; Portuguese and Spanish regions; demographic and geographic determinants of growth; network dynamics

JEL Codes: R11; R12; C45

Este artigo examina a evolução das similitudes e das disparidades espaciais na Península Ibérica, utilizando dados sobre o PIB por habitante de 81 regiões NUTS 3 portuguesas e espanholas, no período 1995-2012. Os principais fatores geográficos e demográficos que determinam o crescimento são tidos em consideração, dividindo as regiões em cinco categorias, a saber, “fronteiriças”; “interiores”; “litorais”; “metropolitanas” e “ultra-periféricas”. Depois de uma breve análise à performance relativa das regiões e à quantificação da convergência sigma e beta, usa-se uma abordagem de rede baseada num espaço métrico construído a partir dos coeficientes de correlação entre as diferenças logarítmicas do PIB por habitante das regiões. Este espaço métrico e a topologia correspondente são usados para construir as redes de regiões ibéricas, ilustrando os principais determinantes geográficos e demográficos do crescimento e da convergência regionais.

Palavras-chave: crescimento e convergência regionais; regiões de Portugal e Espanha; determinantes demográficos e geográficos do crescimento; dinâmica de rede

Códigos JEL: R11; R12; C45

¹ **Acknowledgments.** We would like to thank the financial support from national funds by FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia). This article is part of the Strategic Project: UID/ECO/00436/2013. We also thank the useful comments made by two anonymous referees.

1. INTRODUCTION

This paper examines the evolution of spatial disparities in the Iberian Peninsula, using data on GDP per capita of Portuguese and Spanish regions over the period 1995-2012. During many centuries, the relation between the two Iberian countries was marked by conflicts, misunderstanding and weak economic relations (Royo and Manuel, 2001). In 1986 they became members of the European Economic Communities, now European Union, and started a period of partnership and strong economic integration. According to Diéguez and Caramelo (2001), one of the main consequences of this political event was felt in the common border areas of these countries, that finally started to cooperate, after centuries of hostility, or mutual ignorance at best. However, the full potential of economic cooperation among Iberian regions is far from exhausted (Carvalho and Mourato, 2010; Ribeiro and Silva, 2011), and the same is concluded by McCallum (1995) when assessing the importance of national borders to Canadian-US regional trade patterns.

Another important advantage of sharing a common economic and political space, not entirely explored until now, is the facilitation of inter-regional movement of workers, in response to asymmetric shocks or as a result of several other economic and non-economic factors, such as the median family income, employment growth, tax burdens, regional and local government education and health outlays, cost of living, climate amenities (Gunderson et al, 2008). Moreover, a variety of researchers have also found evidence that geographic distance is an important determinant of interstate and regional migration (Cushing, 1986; Gunderson and Sorenson, 2010 and Butters et al, 2012). So, the proximity of Iberian regions in the European context, and particularly, the common border regions of Portugal and Spain, are expected to generate strong migration flows with a great impact on regional per capita growth and convergence. An interesting discussion of migration impacts is made by Bakens and Nijkamp (2010) and the characterization of this phenomenon in the Portuguese interior regions is provided in Ramos and Jacinto (2010).

This paper tries to empirically quantify the strength (or weakness) of a “border effect” in the dynamics of regional performance in the

Iberian Peninsula. It will also characterize the interplay of geographic and demographic effects, dividing the remaining regions (those not around the common border between Portugal and Spain) in “coastal” and “interior” (a self explained division) and large “metropolitan” ones (those with urban areas with a population of more than 700.000 persons in Spain, and more than 300.000 in Portugal), independently of being “coastal” or “interior”.

In Araújo and Lopes (2013) a similar study was made for the period starting in 1995 and ending in 2008, the year before the start of the great recession. The main contribution of the present paper is threefold: i) improving the application of the Stochastic Geometry Technique and the corresponding Network Approach to the Regional Growth and Convergence setting; ii) extending the data to 2012, in order to encompass the effects of macroeconomic shocks post-2008 on Iberian regional growth and convergence; iii) performing a specific analysis of the Portuguese and Spanish Networks.

The rest of the paper is organized as follows. The next section describes the data and the classification of regions and makes a quantitative analysis of regional growth and convergence over the period 1995-2012. The main section of the paper (Section 3) applies a stochastic geometry technique and a network approach to uncover the regional economic dynamics. Using a metric based on the correlation coefficients between the GDP per capita of the Iberian regions, a method is applied to reconstruct a metric space from the empirical data. Having a metric defined in the space of Iberian regions, some topological coefficients are used to extract further information from the data, namely to illustrate the relative strength of the administrative, geographic and demographic effects on the regional development process. Section 4 ends the paper with some concluding remarks.

2. REGIONAL GROWTH AND CONVERGENCE IN THE IBERIAN PENINSULA

The analysis of regional growth, convergence and spatial correlations made in this paper is based on the time series of GDP per capita of the regions of Portugal and Spain, provided by the Regional Database of EUROSTAT: Regional Economic Accounts

(available at: <http://ec.europa.eu/eurostat>). The period covered is 1995-2012 and the regional level at which the analysis is made is NUTS 3, because it is preferable to assess the regional economic performance at the most detailed level as possible, and the NUTS 2 level is not adequate for this purpose. There are 30 NUTS level 3 regions in Portugal, 28 in mainland and 2 autonomous regions (Madeira and Azores islands). In Spain there are 59 NUTS level 3 regions: 47 in mainland, two archipelagos (Balearic islands – 3 NUTS 3 regions; Canarias islands – 7 NUTS 3 regions) and two (NUTS 3) enclave cities in Northern Africa (Ceuta and Melilla). As the values for GDP per capita in the NUTS 3 regions of Balearic and Canarias are not available for the whole period in the EUROSTAT database, we work with the values for the NUT 2 level in these cases. So, our database has 81 regions, 30 of Portugal and 51 of Spain.

The next step is to classify the regions according to our analytical purpose. As we give priority to assessing the (political and administrative) effect on regional growth performance when there is a common border, we begin by isolating the 17 regions affected by this criterion (10 in Portugal and 7 in Spain), and call them (common) “Border” regions. The next criterion was of a pure geographical nature, dividing the regions in those having some part of its territory with a sea cost (“Coastal” regions) and those having not (“Interior” regions). This is an obvious classification that does not deserve much explanation. However, we complement this classification with a further criterion, a demographic one due to the agglomeration of economies and being associated to the new economic geography (Krug-

man, 1991; Krugman and Venables, 1995) and endogenous growth (Lucas, 1988). An autonomous category is created for large “Metropolitan” regions, being considered (relatively) large those having more than 700.000 inhabitants in Spain and more than 300.000 in Portugal. Combining both criteria we have then 38 (non common frontier) interior regions (10 in Portugal; 28 in Spain), 22 (non common frontier) coastal regions (6 in Portugal; 16 in Spain) and 12 large metropolitan regions (3 in Portugal; 9 in Spain).

Finally, being particularly different, for political, administrative and geographical reasons, we group in a separated category the so called (ultra-)“Peripheral” regions of Madeira, Azores, Balearic, Canarias, Ceuta and Melilla. A list with all the regions considered, the corresponding NUTS 3 code and the classification labels (1: Coastal, 2: Border, 3: Interior, 4: Metropolitan, 5: Peripheral; S: Spanish; P: Portuguese) is presented in Appendix 1.

We start with an easy but suggestive assessment of regional economic growth in the Iberian Peninsula, comparing the annual average growth of GDP per capita of Spanish and Portuguese regions. Looking at the top 10 regions according with this indicator (see Table 1), 8 of them are Portuguese and relatively low developed, one is a Spanish interior regional (Badajoz) and the other an ultra-peripheral one (Balearic Islands), which points to a trend of convergence and to the advantages of economic backwardness. Regarding the bottom 10 regions (see Table 2); the picture is more mixed and divided, with 6 Spanish regions and 4 Portuguese regions, most of them occupying an intermediate position in the GDP per capita scale.

Table 1. Gdp per capita average annual growth rate, top 10 regions

N	NUT3	CLA.	REGION	AG95-12
1	PT300	PP	Madeira	2,94
2	ES530	EP	Illes Balears	2,60
3	PT166	PI	Pinhal Interior Sul	2,22
4	PT117	PF	Douro	1,66
5	PT181	PL	Alentejo Litoral	1,60
6	PT167	PI	Serra da Estrela	1,57
7	PT200	PP	Açores	1,51
8	PT118	PF	Alto Trás-os-Montes	1,48
9	ES431	EB	Badajoz	1,45
10	PT168	PF	Beira Interior Norte	1,42

Source: Eurostat and authors' calculations

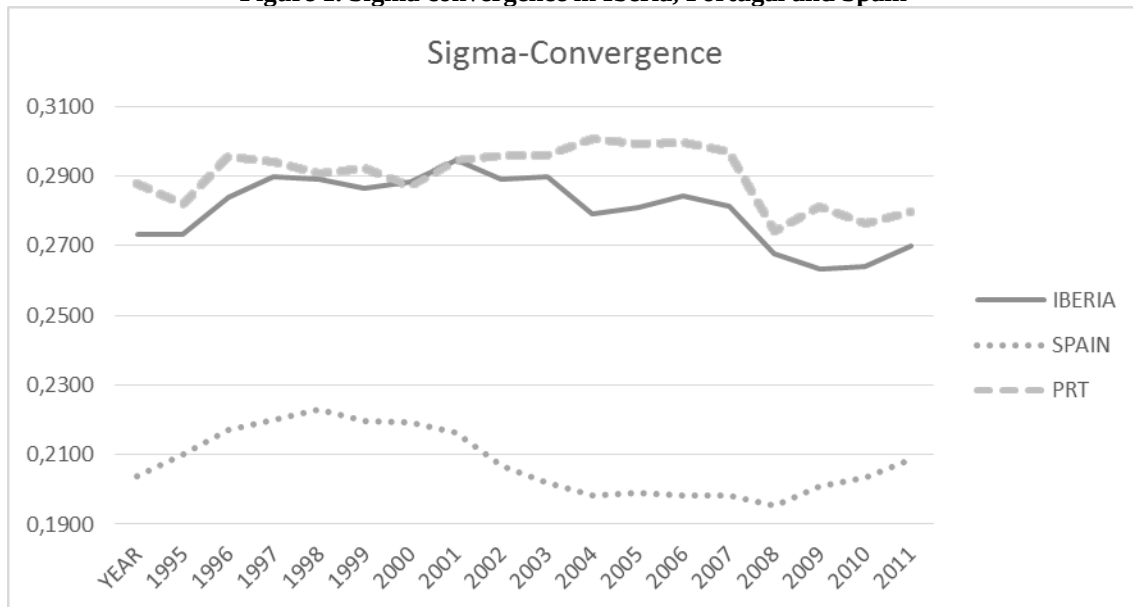
Table 2. Gdp per capita average annual growth rate, bottom 10 regions

N	NUT3	CLA.	REGION	AG95-12
72	ES700	EP	Canarias (ES)	-0,06
73	ES514	EL	Tarragona	-0,07
74	ES522	EL	Castellón	-0,09
75	PT16B	PL	Oeste	-0,13
76	ES521	EM	Alicante	-0,16
77	PT172	PM	Península de Setúbal	-0,17
78	PT161	PL	Baixo Vouga	-0,21
79	PT114	PM	Grande Porto	-0,28
80	ES640	EP	Melilla (ES)	-0,30
81	ES424	EI	Guadalajara	-0,45

Source: Eurostat and authors' calculations

The classical approach to national and regional relative growth assessment revolves around the convergence debate, based on several methods and research strategies, namely sigma and beta convergence (Barro and Sala-i-Martin, 1991; 1992). Sigma convergence is measured by the evolution of dispersion (standard deviation or coefficient of variation) of GDP per capita of countries or regions. In the case of the Iberian Peninsula a very slight decrease of this indicator emerges, between

1995 and 2012, with two contradictory trends: an increasing one (divergence) until 2001, and a decreasing one (convergence) after this year (see Figure 1). It is also worth noting that the dispersion of regional per capita GDP is greater in Portugal (coefficient of variation around 0.29) than Spain (coefficient of variation around 0.21). This result is in accordance with other studies of this phenomenon (Costa e Fonseca, 2005; Sanchez and Roura, 2008; Viegas and Antunes, 2011).

Figure 1. Sigma convergence in Iberia, Portugal and Spain

Source: Eurostat and authors' calculations

Beta convergence is measured by the (inverse) relation between annual average growth and initial level of GDP per capita, absolute (unconditional) or relative (conditional on dif-

ferences in structural factors of growth). This inverse relation is associated with the negative signal of the parameter beta estimated in the following regression:

$$\frac{1}{T} \ln \left[\frac{Y_{r,T}}{Y_{r,0}} \right] = \alpha + \beta \ln[Y_{r,0}] + \varepsilon \quad (1)$$

The velocity of convergence implicit in this relation (Barro and Sala-i-Martin, 2004) is given by:

$$\beta' = \frac{\ln(1+T\beta)}{T} \quad (2)$$

An exercise of absolute beta convergence in the Iberian Peninsula, Spain and Portugal was made, at the level of NUTS 3 regions, and the results are shown in Table 3. The main conclu-

sion is favorable to the convergence hypothesis, giving the negative signal of the parameter estimated, but the statistical significance is limited to the global (Iberian Peninsula) and Portuguese cases. However, in all the cases the velocity of convergence is very low (inferior to one percent). This result is also consistent with previous studies of regional convergence in Spain and Portugal (Lopes, 2004; Soukiazis and Antunes, 2004; Cardoso and Pentecost, 2011; Viegas and Antunes, 2011).

Table 3: Beta convergence in Iberia, Portugal and Spain - 1995/2012

Regression	Iberia	Spain	Portugal
Number of observations	81	51	30
R ²	0,120	0,051	0,205
Adjusted R ²	0,109	0,032	0,176
Constant	0,079**	0,064	-0,121*
<i>t-stat.</i>	3,620	1,820	2,881
ln GDPpc 95	-0,007*	-0,006	-0,012*
<i>t-stat.</i>	-3,280	-1,624	-2,683
Annual speed of convergence	0,66%	0,57%	1,09%
Half-life of convergence	104,80	121,32	63,47

Note: ** significant at 1%; * significant at 5%
Source: Eurostat and authors' calculations

There are more sophisticated techniques for measuring convergence, as the convergence clubs approach of Quah (1996) or the Markov chains and related models (Fingleton, 1997; Le Gallo, 2004), among others. At the regional level, an important subject to deal with is the spatial autocorrelation, implying the convenience to use a geographic distance (weight) matrix in the convergence regressions (Eckey and Türk, 2007). In this paper, we follow a different approach to model the regional growth connections and disparities, which combines a stochastic geometry technique with network analysis. Although based on the same data (regional GDP per capita values), this approach is different from classical (sigma and beta) convergence analysis. Instead of measuring dispersion of GDP per capita among regions or regressing future average growth rates on initial values, all the annual growth rates are taken into account and compared in order to build a topological space of regional growth and convergence, highlighting the main similarities and differences between regions.

3. IBERIAN REGIONAL PERFORMANCE THROUGH A NETWORK APPROACH

From the time series with the GDP per head values of a set of Portuguese and Spanish regions a stochastic geometry technique (Vilela Mendes et al., 2003) is used to define networks of Iberian regions, to which the usual network coefficients are computed. The stochastic geometry technique is simply stated in the following terms:

- 1) pick a set of N regions and their historical data over a chosen time interval and
- 2) considering the vectors $\vec{p}(k)$ with the GDP per head yearly values of each region (k), define a normalized vector

$$\bar{p}(k) = \frac{\vec{p}(k) - \langle \vec{p}(k) \rangle}{\sqrt{n \left(\langle \vec{p}^2(k) \rangle - \langle \vec{p}(k) \rangle^2 \right)}} \quad (3)$$

where n is the number of components (number of time labels considered in the chosen time

interval) in the vector $\vec{p}$ and $\langle \rangle$ the average value of the observations over time,

3) compute an Euclidean distance ($d_{k,l}$) (as proposed in Mantegna, 1999) between each pair of regions

$$d_{k,l} = \sqrt{2(1 - C_{kl})} = \|\vec{\rho}(k) - \vec{\rho}(l)\| \quad (4)$$

where C_{kl} is the correlation coefficient between the pair of regions (k and l) computed along the chosen time interval (of length n).

The fact that $d_{k,l}$ is a properly defined distance gives a meaning to geometric notions and geometric tools in the study of the set of regions. Given the Euclidean distances between each pair of regions, the question now is reduced to an embedding problem: one asks what is the smallest geometric object (in number of dimensions) containing the set of regions. If the proportion of systematic information present in correlations between regions is small, then the corresponding geometric object will be a low-dimensional entity.

The systematic information contained in the low-dimensional space captures the structure of the deterministic correlations and economic trends that are driving the economic space, whereas the remainder of the space may be considered as being generated by random fluctuations.

The following technique was used for this purpose:

4) after the distances ($d_{k,l}$) are calculated for the set of N regions, they are embedded in R^{N-1} with coordinates $\vec{x}(k)$.

5) the center of mass $\vec{R}$ is then computed and the coordinates reduced to the center of mass

$$\vec{R} = \frac{\sum_k \vec{x}(k)}{k} \quad (5)$$

$$\vec{y}(k) = \vec{x}(k) - \vec{R} \quad (6)$$

6) the matrix

$$T_{ij} = \sum_k \vec{y}_i(k) \vec{y}_j(k) \quad (7)$$

is diagonalized to obtain the set of normalized eigenvalues and eigenvectors $\{\lambda_i, \vec{e}_i\}$.

7) the eigenvectors $\vec{e}_i$ define the characteristic directions of the set of regions and their coordinates $z_i(k)$ are obtained by the projection.

$$z_i(k) = \vec{y}_i \bullet \vec{e}_i \quad (8)$$

8) the characteristic directions correspond to the eigenvalues (λ_i) that are clearly different from those obtained from surrogate data. They define a reduced subspace of dimension d , which carries the systematic information related to the correlation structure of the regional space.

This corresponds to the identification of empirically constructed variables that drive the set of regions, and, in this framework, the number of surviving eigenvalues is the effective characteristic dimension of this regional space. As regional spaces can be described as low dimension objects, the geometric analysis is able to provide crucial information about their dynamics.

Different applications of this technique, namely for the identification of periods of stasis and of mutation of financial markets have been described in Araújo (2011), Araújo et al. (2007 and 2008) and Vilela Mendes et al. (2003). In Lopes et al. (2011) this technique is used to assess the clustering behavior implicit on sectoral gross output dynamics. In this paper we address the identification of strongly and weakly correlated regions, accordingly to the simultaneous evolution of their GDP *per capita* values along a certain time interval. In Araújo and Lopes (2013) a similar study was made for the period starting in 1995 and ending in 2008, the year before the start of the global financial and economic crisis. So, the main contribution of this paper is extending the data to 2012, in order to assess the effects of the macroeconomic shocks post-2008 on Iberian regional growth and convergence.

3.1 From a geometrical to a topological approach

The existence of a distance metric allows for the application of a topological approach in order to identify a network of regions associated to the regional space. From the matrix of distances $d_{k,l}$ computed in the reduced d -dimensional space, we apply the hierarchical clustering process to construct the minimal spanning tree (MST) that connects the N regions. Then the Boolean graph B is defined by setting

$$\begin{aligned} b(k,l) &= 1 & \text{if } d(k,l) \leq L \\ b(k,l) &= 0 & \text{otherwise} \end{aligned} \quad (9)$$

where L is the smallest threshold distance value that assures connectivity of the whole network in the hierarchical clustering process.

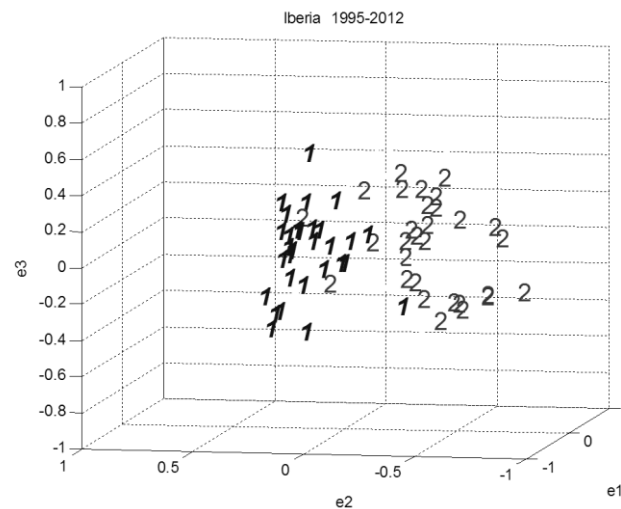
3.2 Regional spaces and their corresponding networks of regions

Results were computed using actual data, which consists in the set of yearly GDP *per capita* values of 81 regions with a time window of 18 years, from 1995 to 2012. We also compute results from surrogate data, i.e. data generated by permuting the GDP *per capita* values of each region randomly in time. As each region is independently permuted, time correlations among regions disappear, while

the resulting surrogate data preserve the mean and the variance that characterize actual data.

Comparing results obtained from actual data with results computed from surrogate data has shown that the regional space has only three dimensions (the corresponding manifold can be contained in a 3-dimensional space). Figure 2 shows the projection of the coordinates of the set of 81 regions on these three characteristic directions. These directions are obtained from matrix T (see equation 7), whose diagonalization provides the set of normalized eigenvectors, conveying the structure of the deterministic correlations and economic trends that are driving the economic space.

Figure 2. The geometric space of the 81 Iberian regions by country



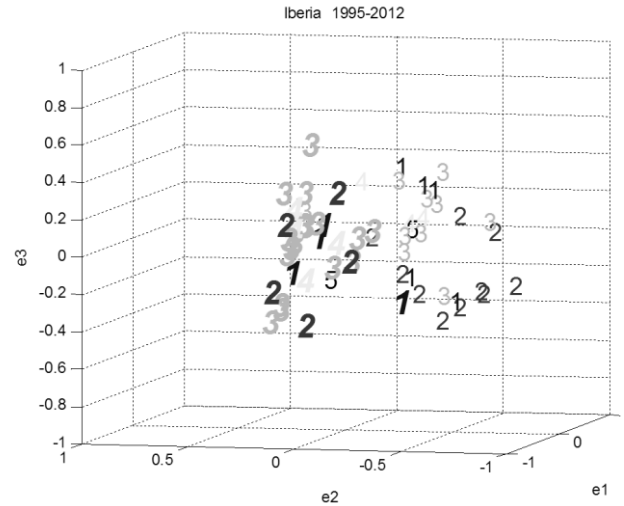
Note: 1- Portugal; 2 – Spain
Source: Eurostat and authors' calculations

In this figure the Portuguese regions are identified as “1” while the Spanish regions are identified as “2”. It is clear that the two sets of regions (Portuguese and Spanish) seem to occupy different slots in the 3-dimensional space.

In the 3-dimensional space presented in Figure 3, the 81 Portuguese and Spanish regions are represented according to the geographical and demographic classification described in section 2, according to the following legend: 1:Coastal, 2:Border, 3:Interior, 4:Metropolitan, 5:Peripheral. When the region is a Portuguese one it is represented in large, while Spanish regions have a smaller representation. Again, the observation of the 3-dimensional space of regions seems to lead to

the identification of a tendency towards the occupation of different space slots depending on the country: Portuguese regions seem to be concentrated in the left side of the plot while the Spanish ones are mostly in the right. Moreover, the Interior regions seem to spread all over the 3-dimensional space, while the Border regions are slightly less uniformly distributed on this space.

When the geometric distances are used to define the projected Boolean graph B (as in Equation 5), it was empirically found that the set of 81 regions correspond to a highly connected network (the network average degree is around $N/2$) where the lack of sparseness makes unadvised the computation of typical to-

Figure 3. The geometric space of the 81 Iberian regions by type and country

Note: 1-Coastal, 2-Border, 3-Interior, 4-Metropolitan, 5-Peripheral, and Countries: Spain - small numbers, Portugal – large numbers.
Source: Eurostat and authors' calculations

pological coefficients as clustering and path length.

When the geometric distances are used to define the projected Boolean graph B (as in Equation 5), it was empirically found that the set of 81 regions correspond to a highly connected network (the network average degree is around $N/2$) where the lack of sparseness makes unadvised the computation of typical topological coefficients as clustering and path length.

Due to the same reason, in graphically representing the derived network of regions we

opt to sort the whole set of $\frac{N(N-1)}{2}$ distances in ascending order and to exclude the links between regions whose distance occupy a ranking position greater than $2N$ in the sorted list. In so doing, the average degree of the network equals 2 and overloading the graph with a huge amount of links is avoided, allowing for the observation of some interesting patterns. Figure 4 shows the 81 Portuguese and Spanish regions represented according to the geographical and demographic classification described in section 2. Node labels end with a code for the region (1:Coastal, 2:Border, 3:Interior, 4:Metropolitan, 5:Peripheral) and “S” or “P” depending on the country to which the region belongs, Spain or Portugal, respectively. The size of each node in the network is proportional to its degree (the number of links). As such, large nodes are those highly connected ones while the small nodes are poorly connected.

The network presented in Figure 4 shows that almost every metropolitan region remains connected after the suppression of the less stronger links, showing that, in what concerns the simultaneous evolution of the GDP values, the group of Metropolitan regions is the most strongly correlated one. The degree (number of links) of the Metropolitan nodes (label 4) in the network is high, either considering the connections with regions that are inside or outside the Metropolitan group. Conversely, the Interior and the Border groups are very weakly connected ones. Among the Metropolitan group, Barcelona, Murcia and Zaragoza concentrate the highest connectivity values as their sizes show. Surprisingly, the most connected region (Navarra) belongs to the Interior group. There is also an important degree of connectivity characterizing Cantabria and Girona, both in the Coastal group. Together with the remarkable connectivity of the Metropolitan nodes, the second most important pattern coming out from the network in Figure 4 is probably the lack of connectivity of the Border regions (label 2).

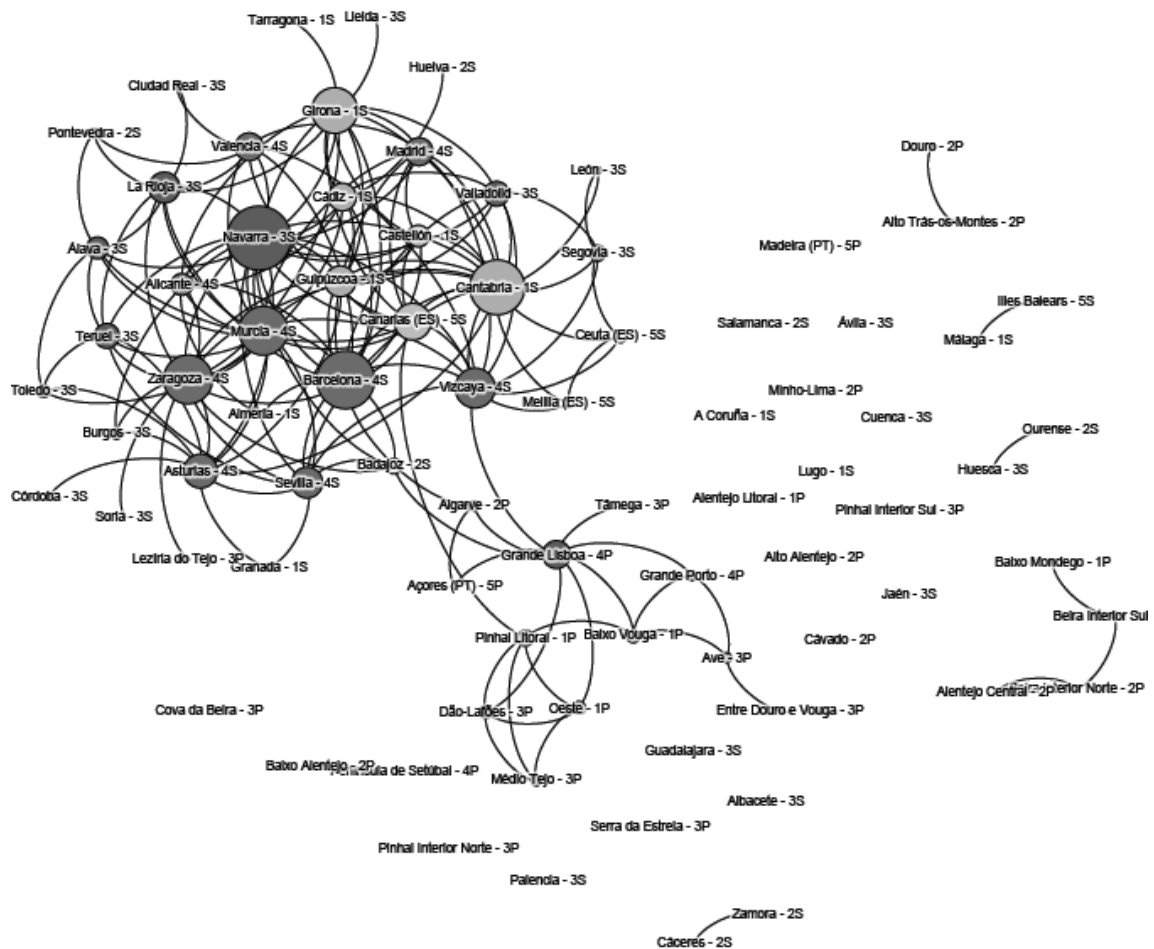
Meanwhile, the most outstanding evidence that emerges from our approach is a significant “country effect”, since the pattern of connectivity of the Spanish regions is largely greater than the connectivity of the Portuguese ones.

The observation that Spanish regions are more connected than the Portuguese ones shows that country matters when links are defined as functions of the correlation between

regions. This result confirms the findings obtained when assessing the growth and convergence dynamics of the Iberia Peninsula regions (section 3). Another interesting result is that not only Spanish regions are more connected than the Portuguese ones but also that they

tend to be strongly correlated with their national counterparts than with the Portuguese regions, independently of how similar are they in terms of their corresponding regional classification.

Figure 4: The network of Iberian regions



Note: 1-Coastal, 2-Border, 3-Interior, 4-Metropolitan, 5-Peripheral, and Countries: S-Spain P-Portugal.
Source: Eurostat and authors' calculations

The ring network in Figure 5 confirms and emphasizes the dominance of connectivity pattern of the Spanish regions (white circles) when compared with the Portuguese ones (black circles).

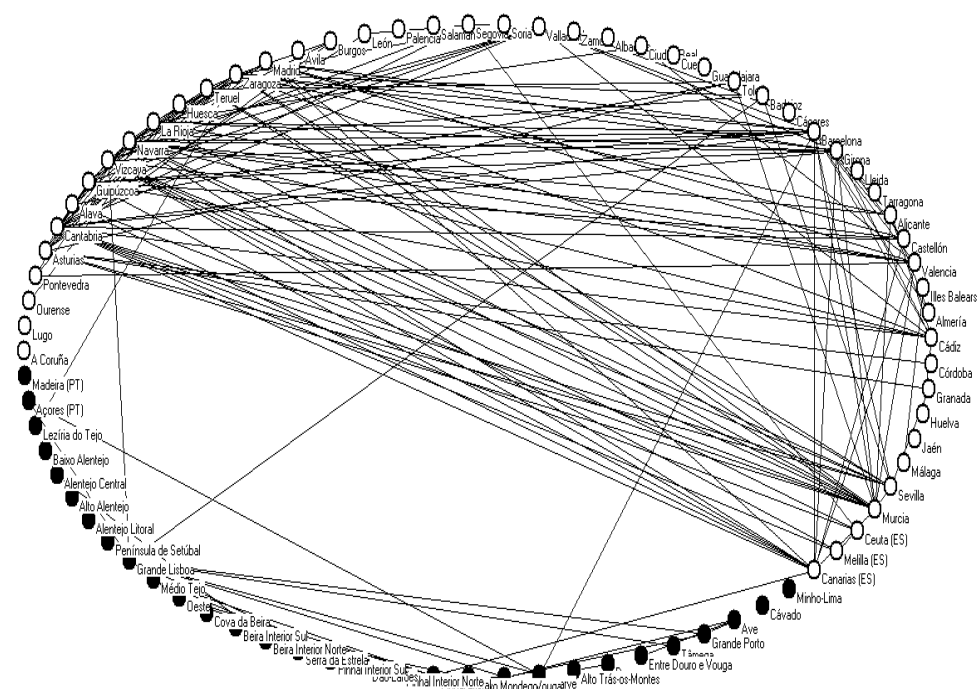
3.3 The network of Spanish regions

To have an idea of the topological properties of each Iberian country we decide to repeat

the computation for each country individually. In so doing one is able to isolate the “country effect” and to look for eventual topological patterns in each separated network of regions: the Spanish and the Portuguese networks.

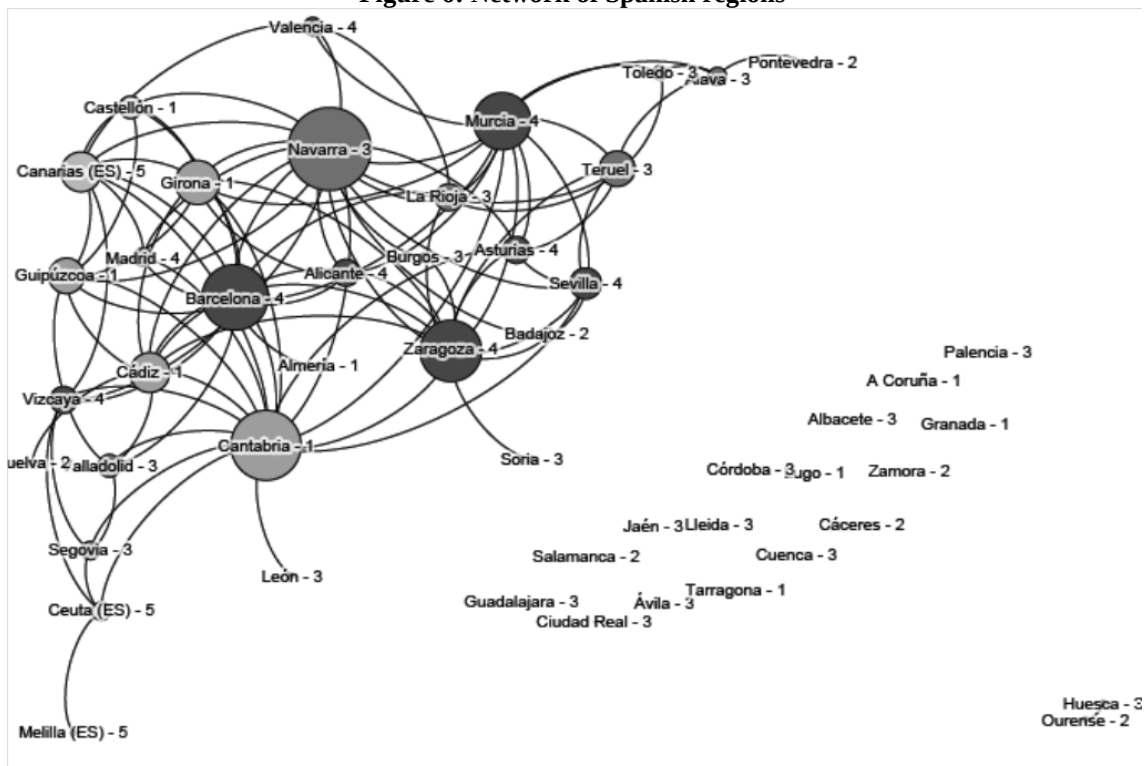
Figure 6 shows the network of Spanish regions computed with the same rules presented in the last section for the definition of the Iberian network.

Figure 5: The ring network of Iberian regions



Note: Spanish regions are represented by white circles and Portuguese regions are colored black.
Source: Eurostat and authors' calculations

Figure 6: Network of Spanish regions



Note: 1-Coastal, 2-Border, 3-Interior, 4-Metropolitan, 5-Peripheral.
Source: Eurostat and authors' calculations

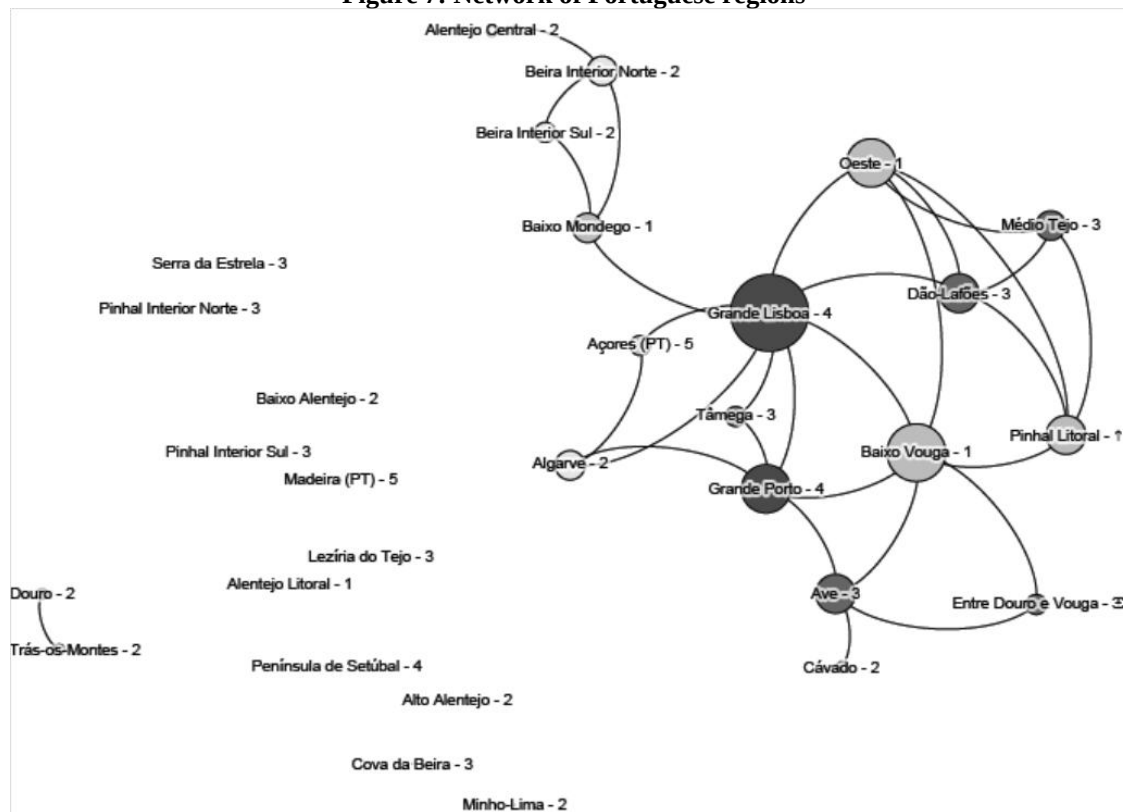
The pattern of connectivity in Figure 6 confirms the main findings observed in the network structure of the Iberian regions (Figures 4 and 5). When the “country effect” is removed, the Metropolitan Spanish regions (label 4) remain as the most connected regions. So does the Border group (label 2) that remains as the less connected group of regions in the entire Spanish network. Not surprisingly, isolating the Spanish regions does not cause almost any

change in the overall network structure and properties.

3.4 The network of Portuguese regions

When the same approach is applied to the Portuguese regions, some important outcomes emerge. Figure 7 shows the network of Portuguese regions, whose definition and representations aspects follow those of the previous networks herein presented.

Figure 7: Network of Portuguese regions



Note: 1-Coastal, 2-Border, 3-Interior, 4-Metropolitan, 5-Peripheral.
Source: Eurostat and authors' calculations

Besides the already observed connectivity of the Metropolitan regions (Grande Lisboa and Grande Porto), the first pattern to be highlighted in Figure 3 concerns the emergence of some enhanced connectivity in the Coastal group (label 1), being followed by the Interior group. However, unlikely in the previous networks, the Border group is no longer the poorest connected one, and the worst positioned in the connectivity ranking is now occupied by the Peripheral group (label 5).

4. CONCLUDING REMARKS

This paper examines the evolution of spatial similarities and disparities in the Iberian Penin-

sula, using data on GDP per capita of 81 NUTS 3 Portuguese and Spanish regions over the period 1995-2012. The main purpose is to assess the importance of geographic and demographic determinants of economic growth, namely in the following situations: whether or not the Iberian regions have a common border; whether they are coastal or inland; whether they have or not a large metropolitan area, and; if they have an ultra-peripheral location (by this meaning that they are islands or city enclaves in Africa).

A brief descriptive analysis of regional annual growth rates points to the advantage of economic backwardness, as most of the top ten regions are relatively low developed. The de-

mographic and geographic factors appear not to be determinant, giving the mixed composition of regions, at both the top and the bottom level of the growth distribution.

The sigma convergence exercise indicates a very slight decrease of regional disparities in the Iberian case between 1995 and 2012, with two contradictory trends: an increasing one (divergence) until 2001, and a decreasing one (convergence) after this year. It is also worth mentioning that the dispersion of regional per capita GDP is much greater in Portugal than Spain, a result in accordance with other studies of this phenomenon.

A classical analysis of (absolute) beta convergence (the inverse relation between annual average growth and initial level of GDP per capita) concludes in favor of the convergence hypothesis (negative signal of the parameter beta estimated in all regressions), but only in the global (Iberian Peninsula) and the Portuguese cases, and with very low velocities of convergence (around or inferior to one percent). This result is also consistent with previous studies of regional convergence in Portugal and Spain.

The main contribution of this paper, adding value to the voluminous literature on regional

growth and convergence, was the application of a stochastic geometry approach developing a geometric space built from the correlation coefficients between the log-difference of regional annual GDP. The most outstanding conclusion of this approach is a significant “country effect”, since the pattern of connectivity of the Spanish regions is largely greater than the connectivity of the Portuguese ones.

Another important conclusion is that the group of Metropolitan regions is the most strongly correlated one, with a high number of links in the network, either considering the connections with regions that are inside or outside the Metropolitan group. There is also an important degree of connectivity characterizing some Coastal regions. Conversely, the Interior and the Border groups, as well as the Ultra-peripheral one, are very weakly connected. This is a worrying trend, confirmed in many other studies and approaches which, after several decades of regional policy and economic and social cohesion support, deserves great attention from political and economic decision-makers.

REFERENCES

- Araújo, T. and Louçã, F. 2007. The Geometry of Crashes - A Measure of the Dynamics of Stock Market Crises. *Quantitative Finance* 7:63-74.
- Araújo, T. and Louçã, F. 2008. The Seismography of Crashes in Financial Markets. *Physics Letters A* 372: 429-434.
- Araújo, T. Introdução à economia computacional, 2011: Coleção Económicas, nº 15, Almedina, Lisboa, pp 118.
- Araújo, T. and Lopes, J. C. 2013. The economic performance of Portuguese and Spanish regions: A network dynamics approach, in ESTUDOS DE HOMENAGEM A JOÃO FERREIRA DO AMARAL, 1043-1066, Coleção Económicas, nº 23, Almedina, Lisboa.
- Bakens, J. and Nijkamp, P. 2010. Lessons From Migration Impact Analysis. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 24: pp. 5-16.
- Barro, R. and Sala-i-Martin, X. 1991. Convergence across States and Regions. *Brookings Papers on Economic Activity* 1: 107-182.
- Barro, R. and Sala-i-Martin, X. 1992. Convergence. *Journal of Political Economy* 100: 223-51.
- Barro, R. and Sala-i-Martin, X. 2004. *Economic growth*. Cambridge, MIT Press.
- Butters, R., Thompson, E. and Zheng, Z. 2012. Destination Choices of Michigan Micropolitan Outmigrants: Key Determinants and Implications for Community Marketing. *Journal of Regional Policy and Analysis* 42(1): 36-46.
- Cardoso, C. and Pentecost, E. J. 2011. Regional Growth and Convergence: The Role of Human Capital in Portuguese Regions. 2011. Working Papers of Loughborough University”, No. 03: 1-28.
- Carvalho, R. and Mourato, J. 2010. Border

Effect in Interregional Iberian Trade. Paper presented at the XXXVI Reunión de Estudios Regionales.

Costa, E. and Fonseca, M. 2005. Convergência económica e coesão social e territorial da Península Ibérica na União Europeia, in: Colóquio Ibérico de Geografia – A geografia ibérica no contexto europeu. Universidade de Évora.

Cushing, B. J. 1986. Accounting for Spatial Relationships in Models of Interstate Population Migration. *Annals of Regional Science* 20(2): 66-73.

Diéguez, V. C. and Caramelo, S. 2001. The evolution of the Spanish-Portuguese border process of European integration. Paper presented at the 41st Congress of the European Regional Science Association, Zagreb.

Eckey, H. and Türk, M. 2007. Convergence of EU-Regions. A Literature Report. *Investigationes Regionales* 10: 5-32.

Fingleton, B. 1997. Specification and Testing of Markov Chain Models. An Application to Convergence in the European Union. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics* 59: 385-403.

Gunderson, R. J., Pinto, J. V. and Williams, R. H. 2008. Economic or Amenity Driven Migration? A Cluster-Based Analysis of County Migration in the Four Corners States. *Journal of Regional Analysis and Policy* 38(3): 243-254.

Gunderson, R.J. and Sorenson, D. J. 2010. An Examination of Domestic Migration from California Counties. *Journal of Regional Analysis and Policy* 40(1): 34-52.

Krugman, P. 1991. *Geography and trade*. London: MIT Press/Leuven.

Krugman, P. and Venables, A. 1995. Globalization and the inequality of nations. *Quarterly Journal of Economics* 110 (4): 857-880.

Quah, D. 1996. Twin Peaks: Growth and Convergence in Models of Distribution Dynamics. *Economic Journal*, 106: 1045-1055.

Le Gallo, J. Space-time Analysis of GDP Disparities among European Regions. A Markov Chains Approach. *International Regional Science Review* 27: 138-163.

Lopes, J. C., Araújo, T., Dias, J. and Amaral, J. F. 2011. National Industry Clusters and the Structure of Industry Output Dynamics: a Stochastic Geometry Approach. *Portuguese Journal of Quantitative Methods* 2(1): 53-65.

Lopes, L. P. 2004. A Convergência da Produtividade nas Regiões NUTS III de Portugal Continental O Efeito da Estrutura Regional de Emprego. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 5: 79-102.

Lucas, R. 1988. On the Mechanics of Economic Development. *Journal of Monetary Economics* 22: 3-42.

Mantegna, R. N. 1999; Hierarchical structure in financial markets, *European Physics Journal B* 11, 193-197.

McCallum, J. 1995. National borders matter: Canadian-US regional trade patterns. *American Economic Review* 85: 615-623.

Ramos, P. N. and Jacinto, R. 2010. Movimentos Migratórios Regionais do Interior Português: Quem Saiu e Quem Entrou? *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 24: 71-85.

Ribeiro, A. and Silva, J. 2011. Space, development and accessibility between Portugal and Spain: the last frontier. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 27: 7-14.

Royo, S. and Manuel, C. 2001. Reconsidering Economic Relations and Political Citizenship in the New Iberia of the New Europe: Some Lessons from the Fifteenth Anniversary of the Accession of Portugal and Spain to the European Union. *Center for European Studies Working Paper No. 94*.

Sanches, A. and Roura, T. 2008. Regional convergence in productivity and productive structure. Application to European Southern countries, Institute of Social and Economic Analysis, Working Paper, no. 11.

Soukiazis, E. and Antunes, M. 2004. A evolução das disparidades regionais em Portugal ao nível das nuts III. Uma análise empírica com base nos processos de convergência. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 6: 65-85.

Viegas, M. and Antunes, M. 2011. Convergence in the Spanish and Portuguese NUTS 3 regions: An exploratory spacial approach. *Intereconomics* 48(1): 59-66.

Vilela Mendes, R., Araújo, T. and Louçã, F. 2003. Reconstructing an Economic Space from a Market Metric. *Physica A* 323: 635-650.

APPENDIX

Portuguese and Spanish NUTS 3 level regions and classification

N	REGION	NUTS 3	CLA.
1	A Coruña	ES111	1-S
2	Lugo	ES112	1-S
3	Ourense	ES113	2-S
4	Pontevedra	ES114	2-S
5	Asturias	ES120	1-S
6	Cantabria	ES130	1-S
7	Álava	ES211	3-S
8	Guipúzcoa	ES212	1-S
9	Vizcaya	ES213	4-S
10	Navarra	ES220	3-S
11	La Rioja	ES230	3-S
12	Huesca	ES241	3-S
13	Teruel	ES242	3-S
14	Zaragoza	ES243	4-S
15	Madrid	ES300	4-S
16	Ávila	ES411	3-S
17	Burgos	ES412	3-S
18	León	ES413	3-S
19	Palencia	ES414	3-S
20	Salamanca	ES415	2-S
21	Segovia	ES416	3-S
22	Soria	ES417	3-S
23	Valladolid	ES418	3-S
24	Zamora	ES419	2-S
25	Albacete	ES421	3-S
26	Ciudad Real	ES422	3-S
27	Cuenca	ES423	3-S
28	Guadalajara	ES424	3-S
29	Toledo	ES425	3-S
30	Badajoz	ES431	2-S
31	Cáceres	ES432	2-S
32	Barcelona	ES511	4-S
33	Girona	ES512	1-S
34	Lleida	ES513	3-S
35	Tarragona	ES514	1-S
36	Alicante	ES521	4-S
37	Castellón	ES522	1-S
38	Valencia	ES523	4-S
39	Illes Balears	ES530	5-S
40	Almería	ES611	1-S
41	Cádiz	ES612	1-S

Portuguese and Spanish NUTS 3 level regions and classification (cont.)

N	REGION	NUTS 3	CLA.
42	Córdoba	ES613	3-S
43	Granada	ES614	1-S
44	Huelva	ES615	2-S
45	Jaén	ES616	3-S
46	Málaga	ES617	4-S
47	Sevilla	ES618	4-S
48	Murcia	ES620	1-S
49	Ceuta (ES)	ES630	5-S
50	Melilla (ES)	ES640	5-S
51	Canarias (ES)	ES700	5-S
52	Minho-Lima	PT111	2-P
53	Cávado	PT112	2-P
54	Ave	PT113	3-P
55	Grande Porto	PT114	4-P
56	Tâmega	PT115	3-P
57	Entre Douro e Vouga	PT116	3-P
58	Douro	PT117	2-P
59	Alto Trás-os-Montes	PT118	2-P
60	Algarve	PT150	2-P
61	Baixo Vouga	PT161	1-P
62	Baixo Mondego	PT162	1-P
63	Pinhal Litoral	PT163	1-P
64	Pinhal Interior Norte	PT164	3-P
65	Dão-Lafões	PT165	3-P
66	Pinhal Interior Sul	PT166	3-P
67	Serra da Estrela	PT167	3-P
68	Beira Interior Norte	PT168	2-P
69	Beira Interior Sul	PT169	2-P
70	Cova da Beira	PT16A	3-P
71	Oeste	PT16B	1-P
72	Médio Tejo	PT16C	3-P
73	Grande Lisboa	PT171	4-P
74	Península de Setúbal	PT172	4-P
75	Alentejo Litoral	PT181	1-P
76	Alto Alentejo	PT182	2-P
77	Alentejo Central	PT183	2-P
78	Baixo Alentejo	PT184	2-P
79	Lezíria do Tejo	PT185	3-P
80	Açores (PT)	PT200	5-P
81	Madeira (PT)	PT300	5-P

Classification: 1: Coastal, 2: Border, 3: Interior, 4: Metropolitan, 5: Peripheral;
S: Spanish; P: Portuguese

Os Parques Industriais do Quadrilátero Urbano Segundo a Visão dos Empresários

The Industrial Parks of Quadrilátero Urbano According to the Entrepreneurs' Vision

Fernando P. Fonseca

ffonseka@gmail.com

Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Portugal

Rui A. R. Ramos

rui.ramos@civil.uminho.pt

Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Portugal

Antônio Néelson R. da Silva

anelson@sc.usp.br

Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo/Abstract

Os parques industriais são espaços que desempenham funções de natureza territorial, económica e ambiental. Um adequado planeamento e gestão são fundamentais para que os parques cumpram essas funções. Em Portugal há poucos estudos sobre o número e as condições oferecidas pelos parques industriais. Neste artigo apresentam-se as principais conclusões de um estudo sobre o comportamento locativo das empresas e as condições oferecidas pelos parques industriais localizados nos municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, que formam a rede do Quadrilátero Urbano. O estudo baseou-se num inquérito aos empresários localizados nos 79 parques identificados nos quatro municípios. Com a realização do estudo pretendeu-se: identificar os motivos e a proveniência das empresas fixadas nos parques industriais; recolher a perceção dos empresários em relação às condições oferecidas pelos parques; e conhecer as futuras intenções locativas dos empresários. Os resultados revelam que a maior parte dos empresários é proveniente de localizações difusas e que a existência de espaço disponível foi o fator que mais influenciou a decisão de deslocalização. O estudo demonstrou ainda que os empresários têm uma opinião satisfatória das condições oferecidas pelos parques e que a maioria deles não tenciona mudar-se para outro local no futuro.

Industrial parks perform territorial, economic and environmental functions. A suitable planning and management are key issues so that industrial parks can achieve these functions. In Portugal there are few studies regarding the number and the conditions provided by the industrial parks. In this article, we show the main conclusions of a study focusing on the firms' location behaviour and on the conditions provided by a set of industrial parks located in the municipalities of Barcelos, Braga, Guimarães and Vila Nova de Famalicão, which form the network known as Quadrilátero Urbano. The study was based on a survey addressed to 79 entrepreneurs located in the industrial parks of these four municipalities. The study had the following objectives: to identify the origin of the firms and the reasons for choosing to be located in the industrial parks; to capture the entrepreneurs' perception regarding the conditions provided by the parks; and to understand the future locative intentions of the entrepreneurs. The results show that most firms installed in the parks came from diffuse locations. Space availability was the most important factor affecting the relocation decision. The results also revealed a dominant favourable opinion concerning conditions provided by the parks and a general intention of not relocating to another area in the future.

Palavras-chave: Parque industrial, Inquérito, Fatores de localização, Quadrilátero Urbano

Código JEL: O25, R39, D71

Keywords: Industrial park, Survey, Location factors, Quadrilátero Urbano

JEL Codes: O25, R39, D71

1. INTRODUÇÃO

Há um significativo número de fatores que condicionam a localização das empresas num dado território. Neste processo é importante distinguir os fatores locativos mais latos associados à região ou ao país (condições laborais, regime fiscal, características da mão-de-obra, acesso a mercados, etc.), dos fatores mais específicos à escala sub-regional (Leitham et al., 2000). A este nível, fatores como a localização, a acessibilidade, as características do local e o custo do solo são particularmente importantes na atração de empresas (Leitham et al., 2000; Mazzarol et al., 2009; UNIDO, 2012). Os parques industriais são espaços planeados para acolher a instalação de empresas (Mazzarol et al., 2009) e têm sido promovidos para atrair empresas e, assim, gerar desenvolvimento socioeconómico (Geng e Hengxin, 2009). A concentração de empresas nestas áreas produz efeitos de *clusterização*, que permitem racionalizar custos, integrar as empresas em redes, obter complementaridades e efeitos de escala, aceder a novos mercados, etc. Mas os parques têm igualmente sido promovidos por questões de ordenamento do território e de gestão do solo (Leduc & Kann, 2013). Com a criação destes espaços pretende-se evitar conflitos com outros usos, nomeadamente com o residencial.

A intensificação tecnológica e do conhecimento nos processos produtivos, a substituição da indústria pesada por atividades mais ligeiras e com maior componente de serviços ditaram o surgimento de novas tipologias de espaços empresariais (Silva et al., 2008; Fonseca, 2014). São disso exemplo, os eco-parques, os parques empresariais, os parques de negócios, os parques tecnológicos e os parques de ciência e tecnologia. O parque industrial corresponde à tipologia convencional de espaço empresarial que mais foi promovida em Portugal (Fonseca, 2014). Por isso, o enfoque deste estudo será centrado nos parques industriais.

Para que os parques industriais se mantenham atrativos e funcionais é necessário que haja um planeamento e uma gestão adequadas

ao longo do tempo. No caso de Portugal, ao longo das duas últimas décadas, as políticas municipais privilegiaram a promoção de muitos parques industriais, com baixo nível de capacitação infraestrutural, tecnológica e de serviços, em regra sem qualquer estrutura de gestão (Silva et al., 2008). Este problema é particularmente notório na região noroeste, onde a disseminação de pequenos parques pouco qualificados, acompanhou o padrão urbano fortemente difuso. Daqui resultaram parques industriais com baixas taxas de ocupação, que não passam de meros repositórios de empresas, muitas vezes não produtivas (AIM, 2008; Silva et al., 2008).

Neste contexto será interessante conhecer a opinião dos empresários localizados nos parques industriais para verificar se corroboram os diagnósticos efetuados. Neste artigo dá-se conta da opinião dos empresários localizados nos parques industriais dos municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, que constituem a rede conhecida por Quadrilátero Urbano. Esta é uma região de fortes tradições industriais, um território mesclado onde o uso residencial coexiste com unidades empresariais dispersas, em regra de setores tradicionais. A opinião dos empresários foi recolhida através de um inquérito realizado nos parques industriais dos quatro municípios. O inquérito, enquadrado num estudo mais vasto de ordenamento empresarial (Fonseca, 2014), procurou atingir três objetivos: (i) identificar os motivos e a proveniência das empresas fixadas nestes parques industriais; (ii) recolher a perceção dos empresários em relação às condições existentes à data do inquérito; (iii) e conhecer as futuras intenções locativas dos empresários.

A estrutura do artigo é a seguinte. Depois desta Introdução, procede-se a uma revisão da literatura focada na utilização do inquérito em estudos relacionados com a localização empresarial e com os parques industriais. Na Secção 3 apresenta-se o caso de estudo. A metodologia adotada para a recolha de informação é descrita na Secção 4. Os resultados obtidos são ana-

lisados e discutidos na Secção 5, ao que se segue a conclusão do estudo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os atuais mecanismos de planeamento requerem o envolvimento ativo da população. Numa lógica de planeamento participativo, as atitudes e as perceções da população devem ser avaliadas e ponderadas para melhor responder às suas expectativas, dentro do quadro de recursos disponíveis à escala local e para robustecer e legitimar o processo de tomada de decisão (Jensen et al., 2000). Para facilitar a recolha de opiniões da população e o seu envolvimento nos processos de planeamento têm-se vindo a desenvolver várias soluções, nomeadamente através da Web, que permitem uma interação mais simples, direta e cómoda dos cidadãos com as respetivas entidades que gerem o território.

A este nível, os inquéritos continuam a ser uma ferramenta privilegiada na construção participativa de soluções (Sipilä e Tyrväinen, 2005; Vaus, 2012). Os inquéritos são uma ferramenta flexível que permite obter um conjunto diversificado de dados ao nível de opiniões, crenças, atitudes e comportamentos de uma determinada população. Pelo facto de serem instrumentos focalizados e padronizados, permitem incidir diretamente no objeto de estudo, evitando o dispêndio de tempo e de recursos. Por serem uma ferramenta eficiente e fidedigna para a recolha de informação, os inquéritos são utilizados em diversas áreas científicas. Para além das ciências sociais, os inquéritos são frequentemente utilizados nas ciências naturais, no planeamento, nos transportes, na saúde, etc.

Nas questões do território e do planeamento, a localização e o desempenho das empresas e das áreas de acolhimento empresarial são assuntos documentados na literatura. A este nível, Ramos (2000) refere que o inquérito tem sido uma ferramenta utilizada por muitos autores para obter informações sobre as empresas e sobre as suas preferências locativas.

No tópico das empresas, as questões relacionadas com os fatores locativos e de deslocação são os mais abordados. Por exemplo, Leitham et al. (2000) estudaram o impacto que os transportes exercem na localização das empresas através de um inquérito, tendo concluído que a acessibilidade rodoviária é um fator muito relevante nas suas decisões de

(re)localização. Oum e Park (2004) concluíram, através de um inquérito, que a dimensão do mercado é o fator mais determinante nas decisões de localização de empresas multinacionais na Ásia. Um inquérito foi igualmente utilizado por Kapsalyamova et al. (2014) no estudo do impacto das cidades de baixo carbono na atração de empresas amigas do ambiente. Para além das questões locativas há outros aspetos que têm sido estudados com inquéritos, como as questões operacionais das empresas (Alsyouf, 2009), os seus impactos na saúde e no bem-estar da população (Pierrette et al., 2012), no ambiente (Jafar et al., 2013), na inovação (Tavassoli, 2015), no desenvolvimento económico (Zhao et al., 2009), etc.

Quando se centra a análise no caso específico dos parques industriais, verifica-se uma menor produção de estudos, estando muitos deles relacionados com o conceito de eco-parque industrial. Neste contexto e a partir de inquéritos, Gibbs e Deutz (2005; 2007) demonstraram que os benefícios económicos e ambientais dos eco-parques que estudaram eram escassos; Panyathanakun et al. (2012) recolheram a perceção da população sobre as empresas no âmbito de uma iniciativa governamental de promoção de eco-parques na Tailândia; Bai et al. (2014) identificaram a existência de elevados valores de emissões e de assimetrias regionais na implementação de eco-parques na China; Veleva et al. (2015) revelam que o acesso a edifícios e a infraestruturas verdes, a renda baixa e a carga fiscal reduzida são os fatores mais valorizados pelos empresários localizados num eco-parque no Massachusetts. Para além dos eco-parques, diversos estudos sobre parques industriais têm sido realizados com recurso ao inquérito. Por exemplo, nos estudos de Radosevic e Myrzakhmet (2009) sobre o contributo dos tecnoparques na promoção da inovação e de Noweir et al. (2013) sobre as condições de saúde e de segurança oferecidas aos trabalhadores num parque industrial. Ao nível da avaliação das condições oferecidas pelos parques às empresas é de destacar o estudo de Mazzarol et al. (2009). Os autores realizaram um inquérito a 604 empresários localizados em parques industriais na região oeste da Austrália para identificar as suas perceções sobre as condições oferecidas pelos parques e os seus comportamentos locativos futuros.

No caso de Portugal, os parques industriais têm sido analisados por alguns autores. A nível

nacional, o estudo de Oliveira et al. (2000) permitiu identificar 786 parques industriais no país, dos quais 80 foram analisados mais detalhadamente através de amostragem. Os autores concluíram que a oferta de espaços qualificados e atrativos para as empresas era reduzido. À escala regional existem também alguns estudos, como o de Silva et al. (2008) para a região Norte, bem como os estudos efetuados pela ADRAVE (2008) para os parques industriais do vale do Ave e pela AIM (2008) para os parques industriais dos municípios do Quadrilátero. Na literatura encontram-se ainda alguns estudos individuais de parques industriais. Por exemplo, Carmona (2008) analisou a indústria localizada na Batalha, enquanto Jeremias (2012) analisou as condições oferecidas pelo parque industrial de Beja através de um inquérito aplicado aos gestores e aos trabalhadores das empresas ali instaladas.

3. CASO DE ESTUDO: OS PARQUES INDUSTRIAIS DO QUADRILÁTERO URBANO

Os quatro municípios que compõem a rede do Quadrilátero Urbano (Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão) estão localizados numa região de fortes tradições industriais: o vale do Ave e do Cávado. Ao longo dos últimos 10 anos, a economia do Quadrilátero sofreu uma transformação, tornando-se mais terciária e menos dependente da indústria. Em 2013, 41% dos empregos eram assegurados pelo setor transformador, quando essa proporção correspondia a 68% em 2001 (INE, 2002; 2014). Por outro lado e, de acordo com a mesma fonte, o volume de negócios das empresas transformadoras cresceu 8% para os 6550 M€. Estas estatísticas evidenciam a reconfiguração da base económica do Quadrilátero, onde a indústria é menos representativa em termos de emprego e de unidades empresariais, mas está a gerar produtos de maior valor acrescentado. De acordo com o INE (2014), existiam no Quadrilátero 4421 empresas transformadoras (Quadro 1), das quais mais de metade pertencia aos setores do vestuário e do têxtil.

Apesar da tendência de desalavancagem sentida ao nível do emprego industrial na última década, o Quadrilátero continua a ser uma importante área industrial no contexto regional e nacional. O quociente de localização (QL) é revelador dessa importância. O QL é um indi-

cador estatístico que permite medir a especialização industrial de uma região em relação a um território de referência mais vasto¹. Segundo o INE (2014), o Quadrilátero é mais especializado, em termos relativos, que a região Norte em termos do volume de negócio das empresas transformadoras (1,33), do número destas empresas (1,35) e do pessoal ao serviço (1,41). Em termos relativos, os setores em que o Quadrilátero é mais especializado, considerando o volume de negócios, são o têxtil (2,77), a produção de equipamentos informáticos e eletrónicos (2,29) e de artigos de borracha (2,06). Cada um dos municípios apresentava uma maior especialização em setores de atividade diferentes (Quadro 1).

As empresas do Quadrilátero empregavam cerca de 87000 pessoas ao serviço e eram responsáveis por um volume de negócios de 6550 M€, que correspondia a 23% do volume de negócios de todas as empresas transformadoras da região Norte (INE, 2014). Além disso, a economia do Quadrilátero era fortemente exportadora, assegurando 1/4 das exportações de toda a região Norte, com um saldo positivo da balança comercial de aproximadamente 2000 M€ (INE, 2014). As empresas de Vila Nova de Famalicão eram as que mais concorriam para o volume das exportações e para o saldo da balança comercial (Quadro 1).

4. METODOLOGIA E RECOLHA DE DADOS

A primeira etapa do trabalho consistiu na recolha de informação sobre os parques industriais existentes no Quadrilátero. Para o efeito, os quatro municípios foram contactados com o objetivo de se identificar a localização dos parques e de se recolher um conjunto de atributos básicos sobre esses espaços (área, número de lotes, cobertura por infraestruturas e amenidades, etc.). A recolha de informação foi realizada através de um inquérito enviado eletronicamente para os serviços/técnicos municipais previamente contactados. Através deste méto-

¹ Quando o QL é superior a 1 significa que a região é mais especializada que o território de referência numa determinada atividade/setor. Quando o QL é inferior a 1, a região tem uma menor especialização que o território de comparação. A fórmula de cálculo do QL apresenta-se de seguida, sendo: X_{rj} valor do indicador X para o setor j na região r; X_r valor do indicador X para todos os setores na região r; X_j valor do indicador X para o setor j na região padrão; e X valor do indicador X para todos os setores na região padrão:

$$QL_{rj} = \frac{X_{rj}}{X_r} / \frac{X_j}{X}$$

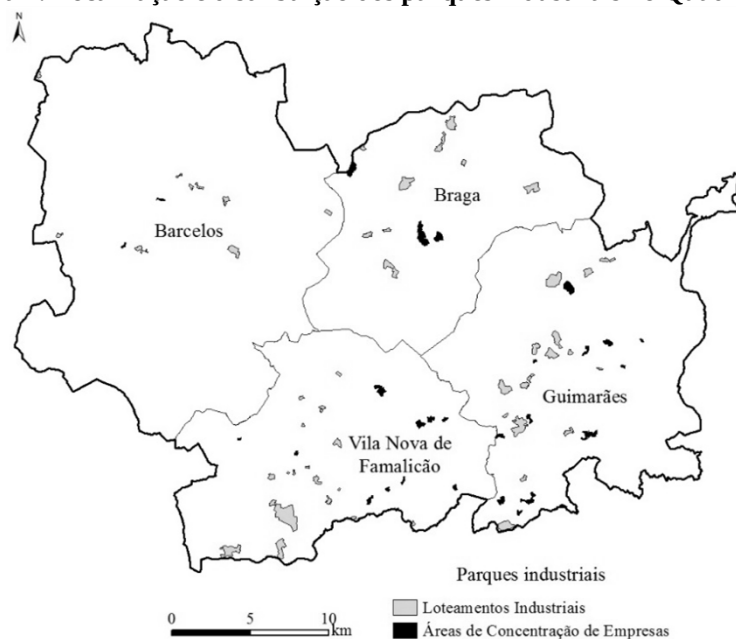
Quadro 1: Indicadores fundamentais da indústria transformadora no Quadrilátero

Indicadores da ind. transformadora	Barcelos	Braga	Guimarães	Vila Nova de Famalicão	Total do Quadrilátero
Número de empresas	1234	731	1451	1005	4421
Pessoal ao serviço	20031	12911	30610	23323	86 875
Volume de negócios (M€)	1181	1189	1837	2341	6550
Volume das exportações (M€)	629	777	1192	1645	4244
Saldo comercial (M€)	399	257	572	791	2021
Setor com maior nível de especialização segundo o QL Volume de negócios; (X = Região Norte)	Vestuário (4,97)	Informática (11,35)	Têxtil (4,99)	Produtos Borracha (5,01)	Têxtil (2,77)

Fonte: INE, 2014

do foi possível identificar a existência de 79 parques industriais. Na Figura 1 apresenta-se a distribuição territorial destes parques e no Quadro 2 sintetizam-se os principais dados recolhidos. Estes espaços foram enquadrados em duas categorias: os parques planeados de raiz e que correspondem a loteamentos indus-

triais (51); e as áreas de concentração de empresas (ACE), que são espaços empresariais classificados como tendo uso industrial e que, em regra, evoluíram a partir da fixação de uma unidade industrial, que atraiu outras empresas para as suas imediações ao longo do tempo (28).

Figura 1: Localização e distribuição dos parques industriais no Quadrilátero

Fonte: Câmaras Municipais do Quadrilátero, 2012.

Como o inquérito aos municípios revelou uma taxa de preenchimento baixa em alguns parâmetros, decidiu-se visitar os 79 parques para colmatar essas lacunas e atualizar a informação obtida. As visitas foram realizadas nos meses de julho a setembro de 2012 e permitiram aprofundar o conhecimento sobre estas áreas empresariais. Com a informação recolhida foi possível obter as seguintes ideias-chave, que se sumarizam no Quadro 2:

i) A maior parte (91%) dos parques industriais têm uma área global média inferior a 50

hectares sendo, portanto, de pequena ou de média dimensão.

ii) Os parques industriais revelam uma acentuada dispersão territorial. Os parques surgem nos mais diversos contextos territoriais, incluindo no centro dos perímetros urbanos, na sua periferia, junto de nós rodoviários estruturantes e em espaços rurais.

iii) Os parques têm uma baixa cobertura por infraestruturas e amenidades. Algumas infraestruturas básicas, como a rede de abastecimento de água e de saneamento, faltam em diversos

espaços, enquanto as mais avançadas (rede de gás, fibra ótica, ETAR) estão ausentes da maior parte deles. No caso dos serviços, concluiu-se que a cobertura é ainda menor.

iv) Em termos gerais, os 79 parques ocupavam uma área de 1440 hectares (em que 220 hectares são áreas de expansão), que estava dividida em 2404 lotes, dos quais 639 não estavam ocupados à data do levantamento.

v) A quase totalidade dos parques industriais foi promovida por entidades privadas e, com apenas uma exceção, não existem estruturas responsáveis pela sua gestão. Ou seja, não existe qualquer lógica de funcionamento condominial nem de partilha de serviços nestas áreas.

vi) Nos 79 parques foram identificadas 865 empresas, o que leva a concluir que a esmagadora maioria delas (80%) tinha uma localização difusa (fora das áreas empresariais). Para além disso notou-se a presença de diversas empresas não transformadoras nos parques.

Em função das condições diagnosticadas e num quadro em que os próprios municípios têm em curso um projeto que visa melhorar a atratividade dos parques industriais (Quadrilátero, 2008), a análise das necessidades e das perceções dos empresários poderá ser importantes para orientar as políticas de reordenamento e de gestão destes parques.

Quadro 2: Indicadores fundamentais dos parques industriais do Quadrilátero

Indicadores principais parques industriais	Barcelos	Braga	Guimarães	Vila Nova de Famalicão	Total do Quadrilátero
Área global (ha)	107	328	570	434	1440
Área de implantação (ha)	26	82	136	127	373
Área disponível para expansão (ha)	1	105	46	66	220
Total de lotes	315	697	769	623	2404
Lotes vagos	82	137	273	147	639
Nº empresas	121	206	333	205	865
Cobertura (infraestruturas)	53,4%	57,3%	53,0%	55,3%	54,5%
Cobertura (serviços)	16,9%	27,4%	21,7%	24,1%	22,7%
Distância a estrada nacional	1,2 km	1,4 km	2,0 km	2,0 km	1,7 km
Distância a nó de autoestrada	6,5 km	5,6 km	6,3 km	4,7 km	5,8 km

Fonte: Inquérito aos municípios do Quadrilátero, 2012.

Aquando do trabalho de campo procedeu-se também à realização de um inquérito aos empresários localizados nos parques industriais. Como se referiu na Introdução, o objetivo deste inquérito foi o de recolher a perceção dos empresários sobre as condições oferecidas pelos parques e o de conhecer o comportamento locativo passado e futuro das empresas.

A primeira etapa deste trabalho consistiu na formulação do inquérito. Optou-se por um modelo de inquérito com respostas fechadas e de preenchimento presencial, com o inquiridor a colocar a pergunta e a anotar a resposta. Para se aferir o grau de concordância dos inquiridos em relação às questões do inquérito optou-se por utilizar, em grande parte das perguntas, a escala de Likert. Esta escala é um instrumento de medição muito utilizado nas ciências sociais, permitindo avaliar atitudes e perceções (Lantz, 2013). A escala de Likert definida para o inquérito baseou-se num conjunto de razões sobre as quais os inquiridos teriam que emitir a sua concordância ou discordância, em função das seguintes opções: concordo totalmente (5), concordo (4), nem concordo nem discordo (3),

discordo (2) e discordo totalmente (1). No inquérito, a escala de respostas foi apresentada aos inquiridos como sendo contínua e simétrica, desde o discordo totalmente ao concordo totalmente, sendo as respostas solicitadas em limites de intervalos equidistantes nessa escala.

O inquérito foi constituído por 14 questões (algumas delas contêm diversas opções) que recobrem a maior parte dos aspetos com interesse para a caracterização dos parques industriais. Em termos globais, distinguem-se três grupos de questões: (i) as relacionadas com a localização anterior das empresas e com os motivos da localização nesse parque; (ii) a avaliação das condições oferecidas pelo parque; (iii) e as intenções futuras de deslocalização para outros parques/áreas. As opções consideradas no inquérito, nomeadamente as relacionadas com a localização, tiveram em conta os fatores mais influentes à escala sub-regional, que estão essencialmente relacionados com a localização e com as características do local (Leitham et al., 2000). Verificou-se que fatores como o custo da mão-de-obra, as políticas fiscais, os custos com as *utilities*, a

proximidade a centros urbanos regionais e tecnológicos são idênticos, pelo que não serão decisivos na localização das empresas à escala do Quadrilátero. Estes fatores locativos colocam-se mais a uma escala regional, nacional e internacional, envolvendo empresas de maior dimensão (Leitham et al., 2000).

Uma vez definido o modelo do inquérito, passou-se para o processo de amostragem. Para diminuir os riscos de enviesamento dos resultados, procurou-se que a amostra refletisse as características do tecido empresarial instalado nos parques industriais. Definiu-se que apenas as empresas transformadoras seriam abrangi-

das pelo inquérito, pois os parques são essencialmente promovidos para acolher este tipo de empresas. Ao nível de cada município, a amostra foi segmentada em função do número de empresas existentes em cada parque, do seu setor de atividade e da sua dimensão (Quadro 3). No entanto, não se conseguiu que a amostra refletisse, rigorosamente, as características do tecido empresarial, porque nem sempre foi possível inquirir os gerentes das empresas com as características pretendidas, como se pode constatar a partir dos valores da coluna “Diferença” do Quadro 3.

Quadro 3: Comparação da amostra com as empresas instaladas nos parques industriais

Indicadores	Parques industriais		Amostra		Diferença
	Total	% [A]	Total	% [B]	[B-A]
Barcelos	115	13,3	11	14,1	+0,8
Braga	218	25,2	23	29,5	+4,3
Guimarães	322	37,2	27	34,6	-2,6
Vila Nova de Famalicão	210	24,3	17	21,8	-2,5
Setores de atividade					
Alimentar/bebidas	23	2,7	3	3,8	+1,1
Têxtil/Vestuário	406	46,9	35	44,9	-2,0
Couro/Calçado	29	3,4	2	2,6	-0,8
Metalomecânica	225	26,0	23	26,9	+0,9
Recursos minerais não metálicos	41	4,7	5	6,4	+1,7
Outros	141	16,3	10	15,4	-0,9
Dimensão (Nº de trabalhadores)					
0-9	342	39,5	22	28,2	-11,3
10-19	189	21,8	20	25,7	+3,9
20-49	190	22,0	19	24,4	+2,4
50-249	127	14,7	15	19,2	+4,5
≥ 250	17	2,0	2	2,6	+0,6

[A]: percentagem considerando os 79 parques industriais; [B]: percentagem considerando os 78 inquéritos.

Fonte: Inquérito às empresas instaladas nos parques industriais do Quadrilátero, 2012.

Em termos globais foram realizados 78 inquéritos, o que corresponde a 9% das empresas instaladas nos parques industriais dos quatro municípios. Esta percentagem situa-se acima da margem mínima (1%) defendida por Kotler e Armstrong (1993), como sendo representativa do respetivo universo populacional. No entanto, em virtude da variação na representatividade das amostras (Quadro 3), optou-se por não realizar testes não paramétricos (como o de Kuskal Wallis, por exemplo) para verificar se as médias por município seriam ou não estatisticamente diferentes. O inquérito aos empresários foi também realizado entre os meses de julho e de setembro de 2012 aquando das visitas aos parques industriais.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Na presente secção analisam-se os resultados obtidos com o inquérito aos empresários instalados nos parques industriais do Quadrilátero Urbano. Começa-se por dar conta do anterior contexto locativo das empresas e dos motivos de deslocalização/instalação nas áreas empresariais. Depois apresenta-se a avaliação efetuada pelos empresários às condições oferecidas pelos parques à data da realização do inquérito. E, por último, analisam-se as intenções de futuras deslocalizações manifestadas pelos empresários.

5.1 Contexto locativo anterior e motivos de localização no parque industrial

O primeiro aspeto abordado no inquérito foi a origem das empresas instaladas nos parques industriais, ou seja, se a empresa provinha de outro parque ou de uma localização difusa. O inquérito demonstrou que 64% das empresas estiveram implantadas noutros locais, o que demonstra que a deslocalização, entendida como a mudança de local de uma empresa, foi expressiva neste território. Por outro lado, as deslocalizações destas empresas foram, essencialmente, fenómenos limitados à escala do próprio município: 90% das empresas já operavam no concelho do parque industrial para onde se mudaram. O inquérito revelou também que a maioria das empresas que se deslocalizaram para os parques industriais (55%) tinha uma localização difusa. A mudança de local foi justificada tanto pelas melhores condições oferecidas pelos parques, como por imposições legais, nomeadamente associadas à expansão das empresas.

Das 78 empresas inquiridas, 50 deslocalizaram-se para os parques industriais (Quadro 4). Tratam-se, sobretudo, de empresas de pequena e micro dimensão pertencentes aos setores do têxtil e do vestuário. A deslocalização não foi, contudo, um processo com idêntica magnitude nos quatro municípios. Trata-se de um fenó-

meno que afetou mais as empresas localizadas em Guimarães e em Braga, tendo uma menor expressão em Barcelos.

Além disso, o inquérito demonstrou que 69% das empresas localizadas nos loteamentos já estiveram instaladas noutros locais, enquanto nas ACE essa percentagem era de 31%. Apesar das ACE serem espaços globalmente menos qualificados, verifica-se que as empresas instaladas nestas áreas têm uma maior estabilidade locativa. Tal facto estará relacionado com a maior dimensão média das empresas e com a especificidade de algumas atividades, não havendo nos loteamentos uma oferta que dê resposta às necessidades destas empresas.

É também de salientar que a esmagadora maioria das empresas (85%) instalou-se nos parques industriais ao longo das últimas duas décadas. Esta dinâmica estará diretamente relacionada com a promoção de solo industrial feita pelos municípios a partir de inícios da década de 1990. No entanto, é de salientar que dois dos mais antigos parques industriais do país estão localizados neste território. São os casos do parque de Celeirós (Braga) e de São João da Ponte (Guimarães). A origem destes dois parques remonta à década de 1970, altura em que foram promovidos pela já extinta Empresa Pública de Parques Industriais.

Quadro 4: Características das empresas que já tiveram outra localização

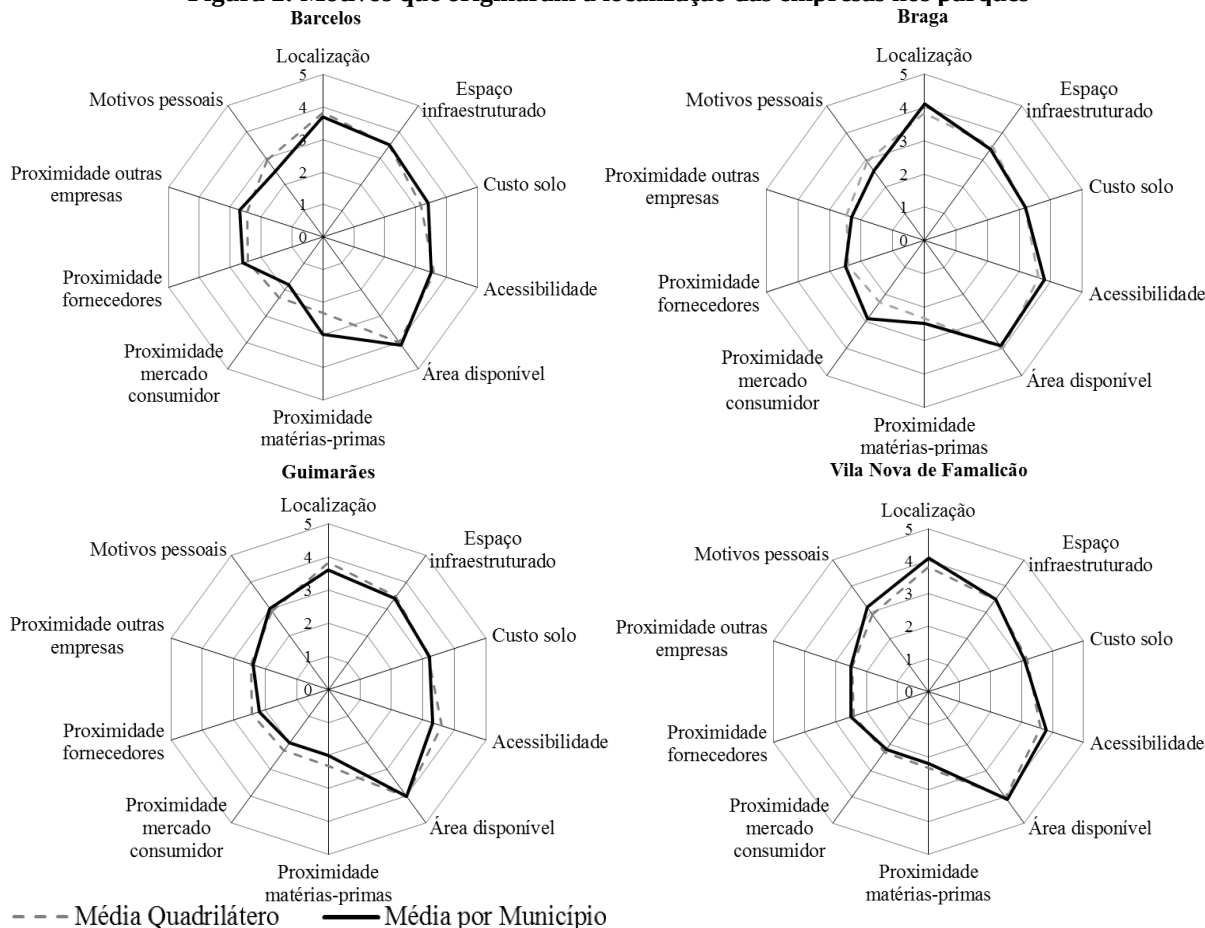
Indicadores	Empresas deslocalizadas	
	Total=50	%
Distribuição geográfica		
Barcelos	9	18
Braga	15	30
Guimarães	16	32
Vila Nova de Famalicão	10	20
Setores de Atividade		
Alimentar/bebidas	1	2
Têxtil/Vestuário	25	50
Couro/Calçado	1	2
Metalomecânica	14	28
Recursos minerais não metálicos	3	6
Outros	6	12
Dimensão (Nº de trabalhadores)		
0-9	11	22
10-19	14	28
20-49	15	30
50-249	10	20

Fonte: Inquérito às empresas instaladas nos parques industriais do Quadrilátero, 2012.

A identificação dos motivos que estiveram na origem da localização das empresas nos parques industriais foi também um dos aspetos chave do inquérito. Para se aquilatarem estes motivos, os inquiridos avaliaram 10 fatores locativos em função da sua importância na

decisão da (des)localização nesse espaço, utilizando para o efeito a referida escala de Likert. Na Figura 2 apresentam-se os valores médios obtidos para as empresas inquiridas nos parques de cada município e os respetivos valores médios de todos os parques do Quadrilátero.

Figura 2: Motivos que originaram a localização das empresas nos parques



Fonte: Inquérito aos empresários localizados nos parques industriais do Quadrilátero, 2012.

O fator mais valorizado (média ponderada acima de 4) foi a existência de espaço disponível para a instalação da empresa. Este fator é transversal a todos os setores de atividade e a quase todos os municípios. Apenas para os empresários de Braga, a localização geográfica do parque foi considerada um fator mais relevante (4,1). A capacidade de acolhimento, sob a forma de lotes ou de pavilhões industriais foi, portanto, um argumento forte que permitiu eliminar um dos principais obstáculos que se colocam à entrada em funcionamento e, por vezes, à expansão do negócio de uma empresa: a falta de uma área disponível.

Numa segunda ordem de importância surgem três fatores que obtiveram uma ponderação

compreendida entre 3 e 4 na referida escala de Likert. Neste grupo incluem-se as questões relacionadas com a localização geográfica do parque (3,8), com as acessibilidades (3,6) e com a infraestruturção do espaço (3,5). Com exceção de Braga, a localização geográfica foi o segundo fator mais valorizado pelos empresários dos restantes três municípios, demonstrando que a maior parte dos empresários concorda com os locais definidos para a instalação dos parques industriais. Relacionada com a localização surge a acessibilidade às áreas empresariais. Este fator foi mais relevante para os empresários de Braga e de Vila Nova de Famalicão, o que poderá indicar que os acessos a estes parques eram melhores do que em Bar-

celos e em Guimarães. A classificação atribuída à cobertura por infraestruturas que, em termos globais, foi idêntica nos quatro municípios, não deixa, contudo, de ser inesperada, pois em muitos espaços continuam a diagnosticar-se carências de diversas infraestruturas básicas, como redes de água e de saneamento. O peso atribuído a esta componente poderá, então, justificar-se pela pior cobertura que muitas destas empresas teriam nos locais onde estavam inicialmente localizadas, nomeadamente nas áreas difusas.

O custo do solo não foi considerado um fator crítico para a (des)localização das empresas nos parques industriais (média ponderada de 3,2). A opinião generalizada foi a de que os preços, tanto ao nível do arrendamento, como da compra dos lotes ou dos pavilhões, estavam em linha com o praticado pelo mercado. O preço foi considerado mais vantajoso para os empresários de Barcelos (3,4) do que pelos de Vila Nova de Famalicão (3,1). Pontualmente, alguns empresários queixaram-se que o custo do solo era demasiado alto para o nível de infraestruturização existente em alguns espaços, como sucedeu no parque industrial do Chão da Mata, em Guimarães.

As restantes opções consideradas no inquérito pesaram menos na decisão de instalação nos parques industriais. Neste lote de opções incluem-se os motivos pessoais, como as questões familiares e as preferências dos empresários, que registaram uma média ponderada de 2,9. Os fatores relacionados com a maior proximidade aos fornecedores (2,4), a outras empresas importantes na cadeia de produção (2,4), às matérias-primas (2,3) e ao mercado consumidor final (2,3) foram ainda menos influentes na decisão locativa dos empresários. Nos dois primeiros casos, foi possível constatar que a maior parte das empresas têm uma carteira de fornecedores (e de clientes) relativamente dispersa, sobretudo pela região Norte de Portugal, não se restringindo às empresas localizadas no respetivo espaço empresarial. Aliás, foram muito poucos os casos em que os empresários referiram ter fornecedores ou relacionamentos produtivos com outras empresas instaladas no mesmo parque. Tal facto vem demonstrar que a *clusterização* é um fenómeno ausente destas áreas, onde coexistem atividades pertencentes a ramos de atividade sem qualquer ligação entre si.

A proximidade às matérias-primas e ao mercado consumidor foram os fatores menos

valorizados. A maior parte das matérias-primas (e dos produtos semitransformados) que alimentam as empresas procedem de outros locais e, em muitos casos, vêm mesmo do estrangeiro. Apesar dos parques estarem próximos dos centros urbanos do Quadrilátero e do Grande Porto, verificou-se que a produção de diversas empresas se destina a mercados internos (e externos) mais distantes, pelo que este fator também não foi considerado relevante.

Para além destas opções, cerca de 20% dos empresários fez questão de elencar outros fatores. A necessidade de expandir a atividade, o surgimento de uma oportunidade de negócio (decorrente de um pavilhão industrial que ficou vago) e a obrigatoriedade de instalar a empresa num parque para obter licenciamento foram os três fatores mais invocados.

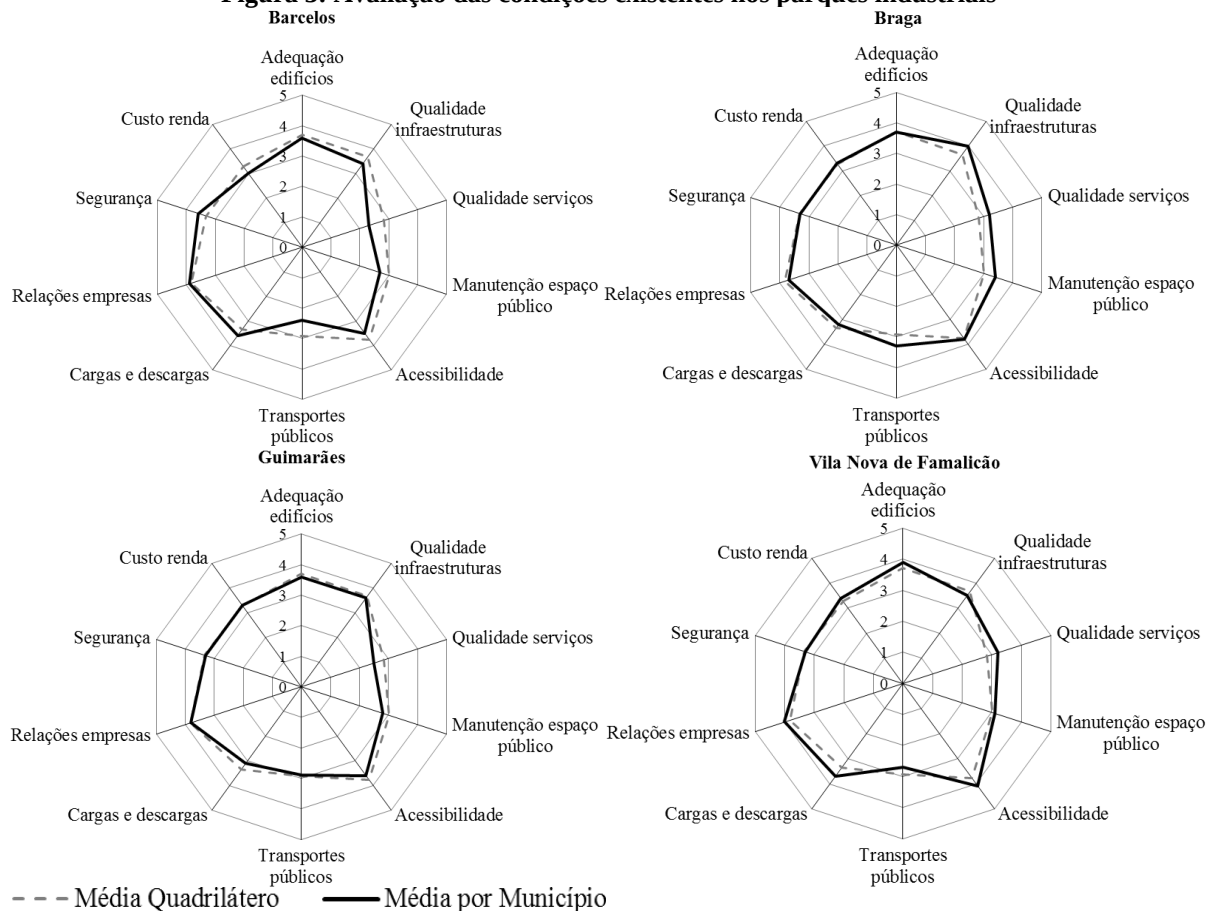
5.2 Avaliação das condições oferecidas pelos parques industriais

Um dos objetivos fundamentais do inquérito foi o de recolher a perceção dos empresários em relação às condições oferecidas pelos parques às empresas. Para tal, os empresários foram confrontados com um conjunto de 10 parâmetros que foram avaliados através da escala de Likert. Na Figura 3 apresentam-se os valores médios obtidos a cada parâmetro por município e para o conjunto de todos os parques do Quadrilátero.

A componente que mereceu melhor avaliação média (3,8) foi o bom ambiente existente entre as empresas instaladas nos parques (Quadro 5). Este aspeto foi o mais valorizado pelos empresários de Barcelos e de Guimarães. No entanto, o relacionamento não ultrapassa a boa convivência, sendo raros os casos em que existe algum tipo de cooperação entre as empresas.

A acessibilidade foi o segundo parâmetro com melhor avaliação. Os empresários de Vila Nova de Famalicão foram os que mais valorizaram este parâmetro (4,1). No entanto, a um nível mais desagregado, alguns espaços foram avaliados de forma mais crítica, seja pelo mau estado de conservação dos pavimentos, seja pelo inadequado dimensionamento e características das vias, que dificultam a circulação de veículos pesados. Estas avaliações foram recolhidas, por exemplo, nos parques de Chão da Mata e Boavista (Guimarães), Sobreposta (Braga) e Vila Boa (Barcelos).

A adequação dos edifícios às necessidades das empresas registou uma ponderação de 3,7.

Figura 3: Avaliação das condições existentes nos parques industriais


Fonte: Inquérito aos empresários localizados nos parques industriais do Quadrilátero, 2012.

A maior parte dos inquiridos considerou que as características dos edifícios se ajustam às necessidades das empresas em termos de área disponível, acessos para máquinas e veículos, de conforto, etc. Porém, alguns empresários criticaram a pequena dimensão da maior parte dos edifícios industriais, que limita a expansão dos negócios. Foram identificados casos de empresas cuja atividade estava repartida por mais de um pavilhão e situações em que a dimensão dos edifícios impediu a expansão dos negócios. Tais factos verificaram-se, por exemplo, nos parques de Sequeira (Braga), Souto Santa Maria e Chão da Mata (Guimarães).

Em relação à adequação e qualidade das infraestruturas, a avaliação dos empresários fixou-se em 3,7 também. No caso deste parâmetro obteve-se um maior desvio-padrão nas respostas, que reflete a maior divergência de opiniões. Para os empresários de Braga este aspeto foi mesmo o mais valorizado (4,0). No entanto, nos parques de Barcelos essa avaliação foi mais contida, fixando-se em 3,3. Face ao diagnóstico realizado no terreno, através do qual se constatou a existência de diversas

carências infraestruturais, esta avaliação não deixou de ser surpreendente. Tal facto não se poderá desligar da pior cobertura existente nos locais onde algumas empresas estavam inicialmente instaladas, bem como às reduzidas necessidades de muitas empresas em termos de infraestruturas tecnológicas e ambientais.

Depois houve um conjunto de parâmetros que foram avaliados de forma intermédia, como as facilidades para cargas e descargas (3,4), a segurança do parque (3,3), o valor da renda (3,3) e a manutenção do espaço público (3,0).

De uma forma geral, os loteamentos de maiores dimensões são aqueles que apresentam maiores facilidades para a circulação, manobras e estacionamento dos veículos pesados. Todavia, em ¼ dos espaços empresariais, os empresários assinalaram diversos problemas relacionados com a inadequação das vias para a circulação de veículos pesados e com a falta de lugares de estacionamento. Este problema foi particularmente sentido em Guimarães, onde esta componente obteve o menor valor médio (3,1). Apesar da opinião dominante ser a de que a segurança era razoável, cerca de

20% dos inquiridos queixaram-se da existência de problemas (assaltos, vandalismo), sobretudo nos espaços de Guimarães, Braga e Vila Nova de Famalicão. Em nove deles, a falta de condições de segurança foi mesmo considerada como o principal ponto fraco dos espaços empresariais. As causas apontadas para a insegurança foram a falta de policiamento nos espaços empresariais, a insuficiente iluminação pública e a dificuldade em criar estruturas associativas, sobretudo nos espaços de maior dimensão. O inquérito demonstrou também que a percentagem de empresários a operar em edifícios arrendados era minoritária (32%). Para estes, o valor da renda foi considerado como estando ajustado aos preços do mercado. A manutenção do espaço público pelos municípios foi avaliada de forma neutral (3,0). Todavia, alguns empresários, sobretudo de Barcelos e de Guimarães, fizeram uma apreciação mais crítica, referindo que os serviços municipais eram responsáveis pelo abandono e

pela decadência em que alguns parques se encontravam (por exemplo, Vila Boa, Lijó, Chão da Mata, Linhares, Brito, etc.).

As duas componentes que tiveram uma avaliação mais desfavorável foram a cobertura por transportes públicos (2,9) e a qualidade/diversidade dos serviços existentes nos parques (2,8). No primeiro caso, foi possível concluir que, só muito pontualmente, os transportes públicos (autocarros) serviam os respetivos espaços empresariais. Para além da distância a que passavam dos parques, a baixa frequência das carreiras e os horários praticados foram outros aspetos criticados pelos inquiridos. Deste modo, o transporte privado era o mais utilizado nas deslocações para os parques industriais do Quadrilátero. A cobertura por transportes públicos foi mesmo a componente avaliada de forma mais desfavorável pelos empresários de Vila Nova de Famalicão (Quadro 5).

Quadro 5: Fatores locativos mais e menos ponderados pelos empresários

Municípios	Fator locativos mais ponderado	Avaliação Média	Fator locativos menos ponderados	Avaliação Média
Barcelos	Ambiente empresarial do parque	3,9	Qualidade dos serviços	2,3
Braga	Qualidade das infraestruturas	4,0	Qualidade dos serviços	3,2
Guimarães	Ambiente empresarial do parque	3,8	Qualidade dos serviços	2,5
Vila Nova de Famalicão	Acessibilidade	4,1	Transportes públicos	2,7
Quadrilátero (média geral)	Ambiente empresarial do parque	3,8	Qualidade dos serviços	2,8

Fonte: Inquérito aos empresários localizados nos parques industriais do Quadrilátero, 2012.

Em termos gerais, a qualidade/diversidade dos serviços existentes nos parques acabou por ser o parâmetro pior classificado, nomeadamente pelos empresários de Barcelos (2,3), Guimarães (2,5) e Braga (3,2). A opinião dominante foi a de que faltavam muitos serviços nos espaços empresariais, o que obrigava as pessoas a deslocarem-se para fora, nomeadamente para recorrerem a restaurantes. Os inquiridos atribuíram a falta de amenidades ao desinvestimento, à falta de estruturas de gestão, à dificuldade em criar associações empresariais e ao abandono a que os parques estavam votados pelas entidades promotoras a partir do momento em que os lotes/pavilhões são vendidos. A perceção dos empresários em relação aos problemas resultantes da inexistência de estruturas de gestão está, portanto, em consonância com o diagnóstico efetuado anteriormente.

Em suma, os empresários avaliaram de forma moderadamente satisfatória as condições oferecidas pelos parques do Quadrilátero (3,3). No geral, o inquérito demonstrou que as apreciações não foram nem muito favoráveis (o aspeto mais valorizado foi o relacionamento entre as empresas, com 3,8), nem muito desfavoráveis (o aspeto mais criticado foi a qualidade/diversidade dos serviços, com uma avaliação de 2,8). A análise a uma escala mais fina revela algumas diferenças regionais. Os empresários que deram uma nota mais favorável às condições disponibilizadas pelos parques foram os de Vila Nova de Famalicão (3,5), enquanto os de Guimarães foram mais comedidos nessa avaliação (3,3). Mais notória foi a diferença na apreciação feita pelos empresários localizados nos loteamentos (3,5) em comparação com a dos industriais instalados em ACE (2,8). Esta análise sugere que no

Quadrilátero existiam municípios e tipologias de espaços que ofereciam diferentes condições à atividade das empresas, incluindo ao nível do próprio município. A informação constante do Quadro 6 corrobora estas conclusões, demonstrando que existiam diferenças apreciáveis

entre os parques melhor e pior avaliados em cada município, que os espaços melhor avaliados correspondiam a loteamentos e que as duas áreas pior classificadas em dois dos municípios eram ACE, ou seja, espaços não planeados de raiz para o acolhimento de empresas.

Quadro 6: Parques industriais melhor e pior classificados segundo a opinião dos empresários

Município	Parque melhor classificado	Avaliação média	Parque pior classificado	Avaliação média
Barcelos	Loteamento Várzea	3,63	Loteamento Vila Boa	2,39
Braga	Loteamento Celeirós	3,92	ACE Padim da Graça	2,00
Guimarães	Loteamento Pevidém	4,33	ACE Chão da Mata	1,50
Vila Nova de Famalicão	Loteamento Carreira	4,00	Loteamento Requião	2,56

Fonte: Inquérito aos empresários localizados nos parques industriais do Quadrilátero, 2012.

5.3 Futuras deslocalizações das empresas: motivos e áreas de destino

Na secção 5.1 referiu-se que 64% das empresas tinham estado implantadas noutros locais, sendo que a maior parte delas provinham de localizações difusas. Como a deslocalização foi um fenómeno expressivo no passado, procurou-se indagar se os empresários tencionavam mudar novamente para outro local e, em caso afirmativo, saber se esses motivos estavam relacionados com as condições oferecidas pelo parque industrial.

O inquérito demonstrou que 90% dos empresários inquiridos não tencionavam deslocalizar-se, o que sugere que estavam minimamente satisfeitos com as condições oferecidas por esse parque. Ao nível municipal obteve-se, contudo, alguma variação nas respostas. Enquanto em Vila Nova de Famalicão nenhum dos empresários manifestou intenção de se deslocar para um novo local, 18% dos inquiridos de Barcelos e 14% de Guimarães manifestaram essa intenção. Por outro lado, verifica-se que a percentagem dos que estão instalados em ACE e que revelaram intenção de sair (20%) é superior à dos que estão em loteamentos (9%). Esta diferença poderá explicar-se pelas condições mais precárias que se diagnosticaram nas ACE.

Em relação ao grupo dos que pretendem mudar de localização, não existe uma correlação clara entre a avaliação geral que é feita dos espaços e a decisão de deslocalização. No entanto, o cruzamento da informação permitiu obter as duas situações-tipo seguintes:

a) Empresários que classificaram de forma

desfavorável os parques e que revelaram intenção de se deslocalizar. Neste grupo enquadram-se 25% destes inquiridos. Os motivos invocados para a saída prendem-se com a insuficiente cobertura ao nível de infraestruturas e de serviços e com a perda de importância dos fatores que levaram à instalação nesses locais (baixo custo do solo). Neste caso há uma correlação direta entre as más condições oferecidas pelos parques e a decisão de sair dos empresários.

b) Empresários que classificaram de forma neutral ou favorável os parques e que revelaram intenção de se deslocalizar. Este grupo corresponde à maior parte dos que pretendem deslocalizar-se. Neste caso, os motivos de saída não estão relacionados com a qualidade dos espaços, mas essencialmente com a falta de áreas de expansão e/ou com a dimensão dos pavilhões, que é impeditiva de uma expansão da atividade. Mais pontualmente, o valor da renda foi apontado como o motivo dessa decisão.

Em suma verificou-se que, uma vez instaladas as empresas nos parques empresariais, a percentagem de empresários que manifestou intenção de mudar de local foi relativamente baixa. Para tal também contribuirá o facto de 82% das empresas que se deslocalizaram no passado serem provenientes de locais difusos, onde as condições de acolhimento eram mais precárias. Este fator estará também na origem da avaliação globalmente satisfatória que foi feita aos parques, apesar do diagnóstico evidenciar a existência de diversas lacunas em muitos deles. Os que pretendem mudar de localização alegaram, essencialmente, causas

não relacionados com as más condições oferecidas pelos parques. A própria conjuntura económica e financeira adversa foi referida por alguns empresários como sendo limitadora da expansão da atividade, bem como da mudança de local da empresa.

Em relação aos inquiridos que mostraram intenção de se deslocalizar, 88% afirmaram que o futuro local de destino será no mesmo município e nenhum deles mostrou intenção de se mudar para fora do Quadrilátero. Neste caso, mantém-se a tendência referida na secção 5.1 a respeito das deslocalizações passadas terem sido maioritariamente intraconcelhias.

6. CONCLUSÕES

No artigo apresenta-se o resultado de um inquérito aos empresários localizados nos parques industriais do Quadrilátero Urbano (municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão). O inquérito foi um dos elementos fulcrais de um estudo mais vasto de ordenamento dos espaços empresariais deste território. O objetivo do inquérito foi o de conhecer os motivos que levaram os empresários a instalarem-se nestes parques empresariais, recolher a avaliação que fazem das condições oferecidas por esses espaços e identificar o seu comportamento locativo passado e futuro.

A realização do inquérito permitiu corroborar várias análises obtidas com o diagnóstico feito no território. Em síntese, confirmou que: (i) as acessibilidades e a localização aparecem como pontos fortes da maioria dos parques industriais; (ii) a existência de espaço disponível, infraestruturado e com bons acessos foram determinantes na escolha das empresas; (iii); que não existe uma rede estruturada de parques à escala municipal e supramunicipal; (iv) e reforçou a noção de que as ACE são espaços menos atrativos do que os loteamentos.

Por outro lado, a avaliação feita pelos empresários foi inesperada em relação a alguns parâmetros. Não tanto ao nível da avaliação globalmente satisfatória que foi feita dos parques, mas mais ao nível da avaliação favorável atribuída à cobertura por infraestruturas (onde foram identificadas carências básicas diversas). E porque se esperava que a ausência de serviços fosse avaliada de uma forma ainda mais desfavorável. Esta conclusão sugere que as empresas apresentam baixos índices de exigência em relação à qualidade e à diversidade

das infraestruturas e dos serviços existentes nos parques, facto que ficará a dever-se: (i) aos baixos requisitos tecnológicos das empresas, a maior parte delas ligadas aos setores ditos tradicionais; (ii) à origem dispersa de muitas empresas, onde as condições para a atividade eram mais precárias; (iii) e à própria urbanização difusa do território, que permite que alguns serviços sejam prestados num regime de proximidade.

Outros aspetos que à partida não eram expectáveis prendem-se com a reduzida influência que o custo do solo exerceu no comportamento locativo das empresas e que a falta de espaço, associada à dimensão relativamente padronizada dos pavilhões industriais, fosse o principal motivo invocado para as deslocalizações. A relativamente baixa percentagem de empresários que manifestou intenção de se deslocalizar no futuro (10%) também contrasta com a maior incidência que este fenómeno teve no passado e que envolveu 64% das empresas inquiridas.

O inquérito revelou também a existência de algumas disparidades subregionais e setoriais. Assim, o estudo demonstrou que a avaliação média dos parques industriais de Guimarães e de Barcelos é inferior à efetuada pelos empresários de Braga e de Vila Nova de Famalicão. Com efeito, nos dois primeiros municípios é notória uma maior dispersão territorial dos parques, que se reflete numa pior cobertura por infraestruturas e serviços e num menor índice de acessibilidade. O estudo demonstrou ainda que os loteamentos foram avaliados de uma forma mais favorável (3,4) do que as áreas que não foram planeadas de raiz para o acolhimento de empresas (3,0). Por outro lado, verifica-se que a avaliação feita pelos empresários que têm micro empresas é mais favorável do que a realizada pelos empresários que têm empresas de média e grande dimensão. Os maiores requisitos locativos associados às empresas de maiores dimensões estarão na origem de uma opinião menos favorável das condições disponibilizadas pelos parques. Ao nível da avaliação por setores de atividade verifica-se que há um padrão de respostas mais heterogéneo, embora as apreciações mais favoráveis tenham sido feitas por empresários dos setores ditos tradicionais (vestuário, calçado e mobiliário).

As conclusões obtidas com o inquérito refletem a opinião dos atores que desenvolvem a sua atividade quotidiana nos parques industriais e que, por isso mesmo, conhecem mais

de perto os problemas e as necessidades destes espaços. Os resultados alcançados estão em linha com outros estudos similares. Por exemplo, o bom relacionamento entre as empresas foi igualmente avaliado pelos empresários como um aspeto positivo no estudo realizado por Carmona (2008). A acessibilidade foi também um fator locativo influente na decisão de localização noutros parques industriais, tanto ao nível nacional (Carmona, 2008), como internacional (Leitham et al., 2000; Mazzarol et al., 2009). Esta constatação vem corroborar a importância da acessibilidade enquanto fator locativo e reforçar a noção de que os parques industriais sejam planeados para locais dotados de bons acessos. Por outro lado, a baixa cobertura por serviços percebida pelos inquiridos está também em conformidade com as conclusões de outros estudos realizados na região Norte de Portugal. Por exemplo, Silva et al. (2008) referem que a oferta regional de espaços empresariais se caracteriza pela inexistência de serviços tecnológicos e de apoio à gestão e facilitação do negócio. Em concreto, para o Ave e o Cávado, o estudo refere a existência de uma oferta pouco qualificada, com a dispersão das empresas por parques com características muito diversas. O inquérito realizado permitiu corroborar também esta última constatação, uma vez que em cada um dos municípios houve parques avaliados de forma muito desigual, refletindo as diferentes condições oferecidas às empresas. Mais inesperada foi a avaliação favorável dada às infraestruturas (3,7), quando se constatou que a cobertura geral dos parques era de 55%. Neste caso, a avaliação dos empresários contrasta com outros estudos realizados na região (Silva et al., 2008; ADRAVE, 2008; Fonseca, 2014), que referem que a baixa componente infraestrutural concorre para a baixa atratividade dos parques industriais nesta região. A origem difusa de muitos destes empresários, onde as condições de atividade seriam mais precárias, associada às baixas exigências tecnológicas das empresas poderão explicar esta perceção. O preço do solo industrial, que é referido por diversos autores como um fator crítico (Lin e Ben, 2009; Ryo, 2013) também não foi avaliado como condicionador, quer à instalação no parque, quer a futuras deslocalizações. Os empresários consideraram que os preços praticados estavam ajustados ao mercado. A manutenção do espaço público (apesar da apreciação global de 3,0) foi avaliada de forma desfavorável

pelos empresários de Barcelos e de Guimarães. No estudo realizado por Carmona (2008), a manutenção municipal dos espaços públicos foi classificada pelos inquiridos como um dos aspetos mais desfavoráveis dos espaços empresariais que analisou. No estudo de Jeremias (2012) também se conclui que os empresários reclamam uma maior proximidade e cooperação dos municípios. Na região Norte, Silva et al. (2008) referem que este problema resulta da inexistência de uma gestão condominial dos espaços e do relativo abandono municipal a que os parques ficam votados depois da venda dos lotes. A apreciação globalmente positiva feita pelos empresários dos parques industriais do Quadrilátero contrasta, então, com o diagnóstico feito para a região Norte por Silva et al. (2008) e para os parques de outras regiões do país (Jeremias, 2012), o que também estará associado às condições atrativas destes quatro municípios e à sua localização estratégica e proximidade à Área Metropolitana do Porto.

Apesar da amostra ser representativa de 9% das empresas nos parques industriais, admite-se a existência de algumas limitações que deverão ser colmatadas em futuros estudos. Desde logo, os inquéritos centraram-se na recolha da opinião dos gestores das empresas. Admite-se que a recolha da opinião dos trabalhadores será importante para robustecer o estudo sobre as condições oferecidas pelos parques industriais. A inclusão de mais fatores locativos para alargar o âmbito do processo de recolha de informação também será importante, nomeadamente para perceber a competição exercida pelos municípios vizinhos na atração de empresas. Opções como as derramas municipais, a proximidade a infraestruturas logísticas regionais, a organização e divulgação do espaço, a articulação com centros de I&D poderão ser importantes para analisar a influência destes fatores, que não foram contemplados no inquérito realizado. Uma vez que o Quadrilátero é um território onde se assiste a um elevado desordenamento da localização empresarial (Silva et al., 2008) também seria importante inquirir as empresas em localização difusa, uma vez que o inquérito demonstrou que 55% das empresas nos parques provém destas áreas. Que condições estas empresas enfrentam? Em que condições se deslocalizarão para um parque? Quais são as suas intenções locativas futuras? Estas são algumas das questões que o inquérito às empresas difusas ajudaria a responder.

Apesar de tudo, entende-se que as conclusões obtidas com este estudo são importantes, pois permitem adotar estratégias de ordenamento mais assertivas, eficazes e robustas, com o intuito de melhorar a atratividade e a compe-

titividade destes espaços empresariais. E, ao mesmo tempo, porque o estudo se baseia no envolvimento dos atores locais no processo de planeamento, que se pretende cada vez mais participativo e legitimado.

REFERÊNCIAS

ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (2008) *Ave Compete, qualificar e ordenar para competir*, ADRAVE, Vila Nova de Famalicão.

AIM – Associação Industrial do Minho (2008) *Estudo estratégico para o ordenamento do território empresarial no Minho*, Associação Industrial do Minho, Braga.

Alsyounf, I. (2009) “Maintenance practices in Swedish industries: survey results” in *International Journal Production Economics*, 121, pp. 212-223.

Bai, L., Qiao, Q., Yao, Y., Guo, J., Xie, M. (2014) “Insights on the development progress of National Demonstration eco-industrial parks in China” in *Journal of Cleaner Production*, 70, pp. 4-14.

Carmona, R. (2008) *Procura da boa norma para a localização industrial*, Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Fonseca, F. (2014) *Um modelo baseado em agentes para simular políticas de ordenamento de áreas de acolhimento empresarial: o caso da rede urbana do Quadrilátero*, Tese de Doutoramento, Escola de Engenharia da Universidade do Minho, Guimarães.

Geng, Y., Hengxin, Z. (2009) “Industrial park management in the Chinese environment” in *Journal of Cleaner Production*, 17, pp.1289-1294.

Gibbs, D., Deutz, P. (2005) “Implementing industrial ecology? Planning for eco-industrial parks in the USA” in *Geoforum*, 36, pp. 452-464.

Gibbs, D., Deutz, P. (2007) “Reflections on implementing industrial ecology through eco-industrial park development” in *Journal of Cleaner Production*, 15, pp.1683-1695.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2002) *Anuário Estatístico da Região Norte de 2001*, INE, Lisboa.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2014) *Anuário Estatístico da Região Norte de 2013*, INE, Lisboa.

Jafar, M., Ghorabi, O., Attari, M. (2013) “Advancing environmental evaluation in cement industry in Iran” in *Journal of Cleaner Production*, 41, pp. 23-30.

Jensen, M., Persson, B., Guldager, S., Reeh, U., Nilsson, K. (2000) “Green structure and sustainability - developing a tool for local planning” in *Landscape and Urban Planning*, 52, pp. 117-133.

Jeremias, M. (2012) *A política pública de promoção de parques industriais e o seu contributo para o desenvolvimento e o ordenamento do território: parque industrial de Beja*. Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Kapsalyamovaa, Z., Mezhera, T., Hosanya, N., Tsaia, I. (2014) “Are low carbon cities attractive to cleantech firms? Empirical evidence from a survey” in *Sustainable Cities and Society*, 13, pp. 125-138.

Kotler P., Armstrong G. (1993) *Princípios de marketing*, Editora Prentice-Hall, Rio de Janeiro.

Lantz, B. (2013) “Equidistance of Likert-type scales and validation of inferential methods using experiments and simulations” in *The Electronic Journal of Business Research Methods*, 1 (1), pp. 16-28.

Leduc, W., Kann, F. (2013) “Spatial planning based on urban energy harvesting toward productive urban regions” in *Journal of Cleaner Production*, 39, pp. 180-190.

Leitham, S., McQuaid, R., Nelson, J. (2000) “The influence of transport on industrial location choice: a stated preference experiment in *Transportation Research Part A*, 34, pp. 515-535.

Lin, S., Ben, T. (2009) "Impact of government and industrial agglomeration on industrial land prices: a Taiwanese case study" in *Habitat International*, 33, pp. 412-418.

Mazzarol, T., Cresp, D., McFarlane, R., Edlinger, E. (2009) *Survey of industrial land occupiers in Western Australia*, Department for Planning and Infrastructure, Western Australia.

Noweir, M., Alidrisi, M., Al-Darrab, I., Zytoon, M. (2013) "Occupational safety and health performance of the manufacturing sector in Jeddah Industrial Estate, Saudi Arabia: A 20-years follow-up study" in *Safety Science*, 53, pp. 11-24.

Oliveira, R., Lopes, J., Soares, J., Marques, J. (2000) *Levantamento e caracterização de zonas empresariais em Portugal continental*, CEG-IST/CISED, Lisboa.

Oum, T., Park, J. (2004) "Multinational firms location preference for regional distribution centers: focus on the Northeast Asian region" in *Transportation Research Part E*, 40, pp. 101-121.

Panyathanakun, V., Tantayanon, S., Tingsabadh, C., Charmondusit, K. (2012) "Preliminary study on the community-based-eco-industrial estate development of Northern Region industrial estate, Thailand" in *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 40, pp. 478-484.

Pierrette, M., Favre, C., Morel, J., Rioux, L., Vallet, M., Viollon, S., Moch, A. (2012) "Noise annoyance from industrial and road traffic combined noises: a survey and a total annoyance model comparison" in *Journal of Environmental Psychology*, 32, pp. 178-186.

Quadrilátero (2008) *Quadrilátero urbano para a competitividade, a inovação e a internacionalização*, Programa Estratégico de Cooperação. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/docs/CMB/Documentos/PECQuadrilátero.pdf> (Outubro 2015).

Radosevic, S., Myrzakhmet, M. (2009) "Between vision and reality: promoting innovation through technoparks in an emerging economy" in *Technovation*, 29, pp. 645-656.

Ramos, R. (2000) *Localização industrial, um modelo espacial para o Noroeste de Portugal*, Tese de Doutoramento, Escola de Engenharia da Universidade do Minho, Guimarães.

Ryo, I. (2013) "Estimating the willingness to pay of industrial firms for Japanese industrial parks" in *Urban Studies*, 50(13), pp.2753-2765.

Silva, M., Almeida, A., Silva, S. (2008) *Plano de Acção para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal 2008-2010*, CCDRN, Porto.

Sipilä, M., Tyrväinen, L. (2005) "Evaluation of collaborative urban forest planning in Helsinki, Finland" in *Urban Forestry & Urban Greening*, 4, pp. 1-12.

Tavassoli, S. (2015) "Innovation determinants over industry life cycle" in *Technological Forecasting & Social Change*, 91, pp.18-32.

UNIDO - United Nations Industrial Development Organization (2012) *Europe and Central Asia regional conference on industrial parks as a tool to foster local industrial development*, UNIDO, Baku.

Vaus, D. (2012) *Research in social science*, sixth edition, Routledge, Oxon.

Veleva, V., Todorova, S., Lowitt, P., Angus, N., Neely, D. (2015) "Understanding and addressing business needs and sustainability challenges: lessons from Devens eco-industrial park" in *Journal of Cleaner Production*, 87, pp. 375-384.

Zhao, W., Watanabe, C., Brown, C. (2009) "Competitive advantage in an industry cluster: the case of Dalian Software Park in China" in *Technology in Society*, 31, pp. 139-149.

Contributos Para a Assunção Identitária do Património Judaico em Portugal - O caso de Belmonte

Some Contributions to the Assumptive Identity of Portugal's Jewish Heritage – the Case of Belmonte

Ana Paula Malheiros
CiTUR/ESTM/IPLEIRIA

Paulo Cravo Lourenço
paulo.lourenco@ipleiria.pt
CiTUR/ESTM/IPLEIRIA

António Sérgio Araújo de Almeida
CiTUR/ESTM/IPLEIRIA

Resumo/Abstract

Tendo como ponto de partida a forte presença judaica em Belmonte, Portugal, pretendeu-se avaliar de que modo os locais se assumem e identificam, ou não, com o turismo judaico ali praticado, diagnosticando contributos e constrangimentos locais para o desenvolvimento de uma oferta turística integrada em Belmonte assente na assunção identitária local.

Através de informações fornecidas por um inquérito por questionário, foram analisadas e avaliadas as perceções dos residentes do concelho de Belmonte face ao turismo em geral e ao turismo judaico em particular, dando especial atenção, por motivos estruturantes a observar no futuro, aos contributos da juventude para a assunção identitária desse mesmo património.

Palavras-chave: Património, Presença Judaica, Comunidade, Assunção Identitária, Turismo Integrado; Juventude.

Código JEL: H7; J4; L8; O2

After consideration of the strong Jewish presence in Belmonte, Portugal, we proposed to evaluate if the local community assumes and identifies themselves with the nature of the Jewish tourism practices there. This evaluation was made by diagnosing local contributions and constraints to the development of an integrated touristic offer in Belmonte based on local assumptive identity.

Through a survey of the local population, it was possible to analyze the feelings and perceptions about these issues, both for tourism in general and in particular the local Jewish contribution. Considering structural reasons that will rise in the future, it was given a particular focus on youth contributions for assumptive identity of that heritage.

Keywords: Heritage, Jewish presence, Community, Assumptive Identity, Integrated Tourism, Youth

JEL Codes: H7; J4; L8; O2

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é a materialização de um estudo que aborda a temática do turismo enquanto atividade passível de integrar os seus atores numa lógica de emancipação coletiva das comunidades em que se insere. Tendo como ponto de partida o património judaico de Belmonte e o turismo aí praticado, aplicou-se uma metodologia de análise das perceções dos residentes, no sentido de avaliar contributos e constrangimentos para uma oferta turística integrada, assente na assunção identitária local e na convicção de que o envolvimento da população autóctone é fundamental para a diferenciação do destino, sendo essencial que a comunidade o interprete como fator da sua própria emancipação.

O turismo judaico de Belmonte é um fragmento da diversidade concentrada que em Portugal está sustentada, designadamente no PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo. Belmonte, localidade diferenciada turisticamente mercê da acentuação dos vestígios e dos sistemas de valores judaicos observáveis na atualidade, assume-se como um caso de estudo no âmbito desta temática.

A interdependência dos conceitos turismo integrado (envolvendo estrategicamente os diversos atores do Destino Turístico) e turismo sustentado, têm vindo a suscitar um interesse crescente, o que se tem vindo a consolidar a nível científico com abordagens sistemáticas no âmbito das sustentabilidades cultural, social, económica, espacial e ambiental/ecológica.

O turismo, como atividade económica e na sua perspetiva de Responsabilidade Social, tem como compromisso o enriquecimento e desenvolvimento endógeno das populações do local onde se desenvolve, tal como preconiza a própria Organização Mundial de Turismo (OMT)¹.

No presente trabalho, apuram-se dinâmicas locais potenciadoras de um envolvimento comunitário em torno de um recurso suscetível de contribuir para o desenvolvimento sustentável de Belmonte. A partir do presente artigo identifica-se a juventude como a faixa etária mais propensa a desenvolver produtos turísticos assentes no património judaico.

2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

2.1 Património e Turismo Cultural

Património é tudo o que, dentro de uma comunidade, respeita a pessoas, origens e história, tudo o que existe como elemento essencial para o registro da memória individual e coletiva, e que possa contribuir com a formação do sentimento de pertença de uma comunidade (Macena, 2003). O património cultural intangível faz parte de uma esfera não material (tal como os usos, costumes, tradições, artes), que pode ser também um pretexto de assunção identitária por via das práticas, materializando uma apropriação simbólica da realidade.

O património cultural tem cada vez mais uma relação estreita com o turismo; deste enlace nasce o conceito de Turismo Cultural; este é recente e continua a ser objeto de estudo de vários autores, no entanto pode definir-se como o segmento do Turismo que foca a cultura, especialmente a arte.

O turismo com alicerce no legado cultural permite que a comunidade se engaje no processo de recuperação de memória coletiva, de reconstrução da história e que muitos dos membros adquiram, pela primeira vez, consciência do papel que a sua cidade representou em determinado cenário e em determinada época (Barreto, 2001).

O turismo cultural exerce no objeto turístico um efeito positivo, na medida em que contribui para a proteção, conservação e manutenção de monumentos e lugares, o que se traduz por benefícios económicos e sociais para toda a população envolvida (Henriques, 2003).

Em 1998, a UNESCO cria uma condecoração denominada “*Proclamation of Masterpieces of the Oral and Intangible Heritage of Humanity*”² com o intuito de homenagear os grandes exemplos de bens intangíveis no mundo.

A UNESCO tem desempenhado um papel primordial na preservação do património cultural do mundo inteiro e para tal atua no sentido de consciencializar os países a preservarem as suas heranças, o seu património, destacando o seu papel na exploração turística. Em 2003, esta organização promoveu a “**Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural**

¹ Nesta perspetiva o conceito de turismo integrado equaciona uma coordenação entre todas as partes desejavelmente envolvidas, considerando as necessidades do turista sem comprometer os recursos dos lugares.

² Proclamação das Obras-primas relativas à Herança Intangível da Humanidade

Heritage³; o documento produzido nesta convenção defende que a herança cultural intangível entende-se por práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades – bem como instrumentos, objetos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte da sua herança cultural. Esta herança cultural intangível, transmite-se de geração em geração e é constantemente recriada pelas comunidades e grupos em ação com o seu ambiente, em interação com a natureza e com a sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, promovendo o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003)

Deste enlace entre património cultural e turismo nasce o conceito de Turismo Cultural; este é recente e continua a ser objeto de estudo de vários autores, no entanto pode-se defini-lo como o segmento do Turismo que foca a cultura, especialmente a arte. Trata-se de um turismo que consome cultura; esta prática é uma tendência turística que nasceu nos anos oitenta do século XX, cuja principal motivação centra-se na visita a lugares que se destacam pela sua riqueza patrimonial, principalmente monumental e artística, mas também pelos seus costumes, tradições e idiossincrasias do seu povo (Vallbona & Costa, 2003). Relativamente ao exposto, Pérez (2009, p. 118) diz que,

Face ao turismo convencional e de massas, o turismo cultural apresenta-se como uma alternativa ao turismo de sol e praia, mas, num sentido genérico, o turismo pode ser entendido como um ato e uma prática cultural, pelo que falar em “turismo cultural” é uma reiteração. Não pode existir turismo sem cultura, daí que possamos falar em cultura turística, pois o turismo é uma expressão cultural. Em termos filosóficos toda a prática turística é cultural. Além de mais, o turismo pode ser pensado como uma das atividades que mais tem fomentado o contacto intercultural entre pessoas, povos e grupos.

Para que algum elemento de elemento cultural seja considerado património deve ser previamente ativado e para tal deve ser considerado por um agente social interessado em propor uma versão de identidade e conseguir adesões para a mesma, diz Schlüter (2003, p. 69), que continua afirmando que:

As diversas ativações de determinados referenciais patrimoniais são representações simbólicas dessas versões de identidade, já que não é somente algo que se leva dentro e se sente, mas que também é necessário expressar publicamente.

Por outro lado, também pode haver uma ativação turística do património, já que é possível encontrar-se elementos de escasso significado para uma determinada comunidade, mas que para o consumo do turista pode ser relevante.

2.2 Identidade Memória e Turismo de Memória

Identidade é um sentimento de pertença a determinado lugar, a um povo ou a um grupo, sentido esse que as pessoas transportam, enquanto seres simbólicos que são. Nesse sentido, todo o grupo necessita de uma cultura que o sustente para poder existir e manter o sentido de pertença entre os seus membros (Martins, 2003).

Outro aspeto importante acerca da memória é a sua relação com os lugares; as memórias – individual e coletiva – têm nos lugares uma referência importante para a sua construção, e as mudanças empreendidas nesses lugares acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos (Halbwachs, 1997). A identidade cultural e a memória reforçam-se mutuamente, a sua ligação é tão profunda que o imaginário histórico-cultural se alimenta dos dois conceitos para se autossustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo (Batista, 2005).

Halbwachs (1997) contribuiu para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória e articula os relatos individuais à memória local: a memória mais particular remete a um grupo, o indivíduo carrega lembranças, mas está sempre a interagir com a sociedade onde se insere. As lembranças de cada um estão impregnadas das memórias dos que os cercam, de maneira que apreende, como uma amálgama, uma unidade que parece ser só sua. Outro aspeto importante acerca da memória é a sua relação com os lugares; as memórias – individual e coletiva – têm nos lugares uma referência importante para a sua construção, e as mudanças empreendidas nesses lugares acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos (Halbwachs, 1997).

3 Convenção para a Salvaguarda da Herança Cultural Intangível

O turismo, especialmente o turismo cultural, em larga medida é construído por uma seletividade que pressupõe memória e a identidade. Batista (2005, p. 30) explica que:

Através da memória e da construção da identidade de um povo, surge o turismo com a perspetiva de preservar a cultura e fazer dela um produto turístico que tem uma demanda específica, pois quem procura esse tipo de turismo quer outro tipo de atração que é conhecer o Património cultural daquela localidade.

No turismo de memória, tipo de turismo que é abarcado pelo turismo cultural, os turistas procuram visitar o que sentem como fazendo parte da sua identidade e memória, construindo roteiros turísticos baseados em momentos importantes da história da cultura de um povo. A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si (Batista, 2005).

Para os judeus foi fundamental a preservação da memória, uma vez que durante muito tempo não tiveram pátria. A diáspora acentuou mecanismos de identidade e memória⁴, que tiveram que ser reforçados para a unidade do povo (Mucznik, Tavim, Mucznik, & Mea, 2009).

Cruzando fronteiras e culturas, estes elementos identitário-culturais são integrantes da condição judaica e muito valorizados pelos judeus, por isso este povo enquanto turista, procura destinos onde pode reviver/relembrar/aprender a história do seu próprio povo – isso é turismo de memória.

2.3 Assunção Identitária Local - Identidade Local, autenticidade e Assumpção Identitária

Não é fácil apreender a essência do turismo, que é multifacetado e particularmente ligado a muitos outros elementos sociais e culturais nas sociedades contemporâneas (Urry, 2007). A primeira preocupação que desafia os profissionais de turismo é como pensar a relação turis-

mo e identidade local numa perspetiva de desenvolvimento equilibrado compreendendo a interação da cultura com o processo de desenvolvimento económico (Honório & Barros, 2003).

É da própria comunidade que deve surgir a decisão do que deve ser preservado dentro dos seus produtos culturais (Neves, 2003)⁵; o problema reside em construir uma imagem apropriada dos locais, o menos estereotipada possível, que transmita à população local o orgulho pelo seu património cultural, e que, ao mesmo tempo, seja útil para desenvolver práticas viáveis de turismo sustentável (Pérez, 2009).

O interesse pela identidade local tem adquirido uma importância estratégica na definição de políticas de desenvolvimento regional da União Europeia e um dos principais argumentos é que a diversidade está no centro da riqueza cultural da Europa, a qual constitui a herança comum e a base da unidade. Afirmar a identidade local assume-se cada vez mais como um trunfo, um eixo forte nas políticas de desenvolvimento local e regional (Roca & Mourão, 2001)

Apesar das características ambientais, culturais e sociais serem elementos constitutivos e diferenciadores dos lugares, é precisamente a sua identidade que confere originalidade e singularidade aos lugares e os distingue de outros. É neste contexto que surgem outros conceitos fundamental para esta temática: a autenticidade e assunção identitária.

Tendo em consideração que a autenticidade é atualmente uma atração turística por si só, que as especificidades de cada comunidade local são uma mais-valia, as comunidades locais vivem uma oportunidade única de afirmação identitária. Diz Araújo de Almeida (2007, p. 2) que:

Reside aqui em grande medida “O Poder da Identidade” e a “Assunção Identitária” das comunidades locais que enfrentam um desafio crucial: assumir nas suas mãos os seus próprios destinos.

Coloca-se desta forma a questão de quem deve assumir a identidade e a resposta mais pragmática, parece ser aquela que aponta para as próprias comunidades locais, dado que, são elas em primeira instância que estão em condições de apresentar um conceito essencial à

⁴ Na tradição hebraica, a palavra-chave para designar os acontecimentos é *Zachor* (lembra-te), que tem um sentido diferente da palavra “história”; longe da terra de Israel, o povo judeu desenvolveu um sentido muito forte da memória coletiva (Luzzati & Rocca, 2007).

⁵ Muitas vezes a atividade turística contribui para que certos estereótipos sejam criados para representar uma riqueza cultural artificial apenas com o intuito de satisfazer a procura, deturpando a identidade local.

atratividade do destino turístico: a autenticidade.

2.4 Oferta turística Integrada – Turismo Integrado e sustentado, Atratividade endógena e Benefícios e constrangimentos do turismo

Antes de se perceber o que é uma oferta turística integrada, importa primeiro, definir oferta turística. A oferta turística é o conjunto de elementos que contribuem para a satisfação das necessidades da procura, os turistas, que estão na origem das suas motivações (Henriques, 2003). Assim, a oferta turística engloba de modo geral tudo o que um destino tem para oferecer aos seus visitantes, compreendendo atrações, bens e serviços. A oferta turística é determinante para a existência da atividade turística uma vez que a relação oferta/procura funciona no turismo como em qualquer outra atividade económica.

A oferta turística é determinante para a existência da atividade turística uma vez que a relação oferta/procura funciona no turismo como em qualquer outra atividade económica. Uma oferta turística integrada pressupõe a existência de equilíbrio entre todas as partes; o turismo integrado estabelece de modo geral, o envolvimento da população. O turismo é uma atividade económica, como tal uma das finalidades é o enriquecimento e desenvolvimento endógeno das populações do local onde se desenvolve essa prática. O envolvimento da comunidade local será mais viável a partir do momento em que essa mesma comunidade sente que têm contrapartidas económicas e sociais (Araújo de Almeida, 2010). O conceito de turismo integrado conjectura uma coordenação entre todas as partes e está relacionado com o turismo sustentado⁶. É inaceitável pensar em turismo sustentável sem uma organização, preparação e estrutura para promover as populações autóctones dos lugares e as suas artes (Macena, 2003).

Novas formas de turismo indicam fatores de peso importantes na atratividade turística, como a identidade cultural da região (que a diferencia de outras que têm igualmente os atrativos habitualmente indicados como moti-

vações para a procura de um destino) e a preservação do património e do ambiente; fatores estes que impressionam positiva ou negativamente os turistas, influenciando a procura (Cosmelli, 1997). Neste sentido, a atividade turística não pode ser planeada sem envolver os locais e sem estes compreenderem as vantagens de determinadas ações e políticas, até porque “a mobilização e envolvimento das comunidades locais em torno dos seus valores naturais e culturais, a assunção identitária local e regional, colocam-se como uma mais-valia promocional” (Araújo de Almeida, 2007).

Muitas vezes os benefícios económicos proporcionados pelo turismo não correspondem às expectativas dos residentes (Urry, 2007), mas como em outras matérias, o mais importante é a relação entre a balança: se os benefícios percebidos pela população pesam mais do que os constrangimentos, então faz-se um esforço para suportar os últimos (Neves, 2003).

O desenvolvimento sustentável do turismo é o que considera as necessidades do turista, sem comprometer os recursos dos lugares; este conceito está intimamente ligado à sustentabilidade dos meios natural e cultural, que são atrativos básicos para o turismo (Ferreira, 2003). Este conceito conheceu uma crescente divulgação a partir dos anos 80, com o reconhecimento da importância da preservação do meio ambiente (Henriques, 2003) e torna-se cada vez mais incontornável à medida que os valores ecológicos se vão tornando imprescindíveis para pensar no futuro do planeta, não é por acaso que a palavra “sustentável” aplicada ao que quer que seja, significa sempre satisfazer necessidades atuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

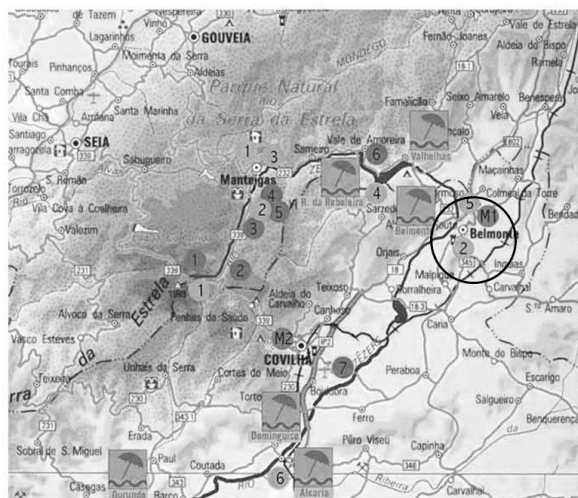
A definição de turismo sustentado enfatiza três aspetos importantes: qualidade, continuidade e equilíbrio: é esta definição que proporciona uma experiência de qualidade aos visitantes, enquanto contribui para a melhoria da qualidade de vida da população e para a proteção da qualidade ambiental (Moniz, 2006) e patrimonial. Se por um lado é importante a satisfação do visitante, não menos será a continuidade dos recursos e da cultura da comunidade recetora, e de preferência que esta sinta alguma satisfação/gratificação com a prática da atividade turística, mesmo que os seus rendimentos não dependam diretamente desse sector económico.

⁶ O desenvolvimento sustentável do turismo considera as necessidades do turista, sem comprometer os recursos dos lugares; está intimamente ligado à sustentabilidade dos meios natural e cultural, que são atrativos básicos para o turismo (Ferreira, 2003).

3. PRESENÇA JUDAICA EM BELMONTE

3.1 Belmonte e o Judaísmo

Figura 1: Mapa da região da Cova da Beira



Fonte: Câmara Municipal de Belmonte (retirado de www.cm-belmonte.com)

O concelho de Belmonte⁷, cuja área total é de 133,24 Km², situa-se na Beira Baixa, no extremo norte do distrito de Castelo Branco (Nogueira, 2005), inserindo-se na região da Cova da Beira, da qual fazem também parte, os concelhos da Covilhã e do Fundão.

A página oficial da Rede de Judiarias Portuguesas (RJD, 2011) apresenta a Comunidade Judaica de Belmonte, expondo num pequeno texto, vários elementos tangíveis e intangíveis do património judaico, ao mesmo tempo que realça a importância desta vila na herança judaica portuguesa:

É a única comunidade peninsular herdeira legítima da antiga presença histórica dos judeus sefarditas. Durante toda a época da inquisição, conseguiu preservar muitos dos ritos, orações e relações sociais. Apesar da pressão para a diluição na sociedade católica portuguesa, muitos dos belmontenses cristãos-novos continuaram a casar-se apenas entre si durante séculos.

Em 1989 a Comunidade é reconhecida oficialmente e em 1996 inaugura a sinagoga “Beit Eliahu”⁸ numa das ruas da antiga judiaria. O cemitério judaico foi aberto em 2001 e em 2005 o único Museu Judaico em Portugal, que retrata a história da presença sefardita em Portugal, usos, costumes e que integra um memo-

rial sobre as últimas da inquisição (RJD, 2011).

A presença humana no concelho de Belmonte é remota: a Anta de Caria, os Castros de Caria e da Chandeirinha comprovam a longevidade do povoamento; a presença romana é evidente na Torre *Centum Cellas* e na *Villa* da Quinta da Fórnea (Nogueira, 2005).

A presença judaica na Península Ibérica foi contínua desde a época romana. Apesar de muitas vezes perseguidos, os judeus encontraram na Ibéria um espaço de significativa liberdade, razão da construção da quase mítica ideia de Sefarad⁹, ao longo de séculos associada a um espaço de profunda identificação e significativa felicidade (Mateus & Pinto, 2007).

A relativa paz com que os judeus viveram no final do século XV, não iria durar muito, D. João II morreu em 1495, sem descendência e subiu ao trono D. Manuel, seu cunhado, que cobiçando reunir as duas coroas, Espanha e Portugal, procurou contrair matrimónio com D. Isabel, filha primogénita dos reis católicos (Paulo, 1985). O seu pedido foi finalmente aceite, com a condição de que os judeus seriam expulsos de Portugal.

Deste modo, a 30 de Novembro de 1496, foi promulgada a lei que ordena a judeus e

⁷ É constituído por cinco freguesias: Belmonte, Caria, Colmeal da Torre, Inguias e Maçainhas.

⁸ Filho de Elias

⁹ A palavra *Sefarad* vem mencionada nas escrituras (Abdias, versículo 20), como colónia dos exilados de Jerusalém (daí ser usada por vezes como um sinónimo de paraíso, de lugar idílico), porém a partir do século VIII, *Sefarad* passou a ser a designação hebraica corrente para a Península Ibérica (Mucznik, Tavim, Mucznik, & Mea, 2009).

muçulmanos que se fizessem cristãos ou abandonassem o país, sob pena de morte (Paulo, 1985), obrigando assim a que todos os judeus residentes nos domínios portugueses (que nesta altura seriam uns 60.000 a 70.000) se convertessem ao catolicismo (Tavares, 1995).

A permanência dos judeus convertidos, mas que secretamente continuavam a praticar o judaísmo¹⁰ é atestada por diversos processos inquisitoriais de naturais de Belmonte nos séculos XVI, XVII e XVIII (Nogueira, 2005). Durante toda a época da inquisição, Belmonte conseguiu preservar muitos dos ritos, orações e relações sociais, afinal desde este período que as candeias de shabat¹¹ nunca se apagaram, o jejum de 24 horas do Yom Kippur¹² cumpria-se rigorosamente, o Purim¹³ não foi esquecido e a Pessah¹⁴ era vivida com os devidos rituais (Mucznik, Tavim, Mucznik, & Mea, 2009)¹⁵.

Durante o Estado Novo, o clima de medo instituiu de novo o secretismo: o conhecimento do nazismo, a política portuguesa, fechou a comunidade aos outros (Mucznik, Tavim, Mucznik, & Mea, 2009).

A partir do 25 de Abril de 1974, a liberdade cívica e de culto e a abertura ao mundo judaico, originou um movimento de retorno ao judaísmo ortodoxo por parte dos belmontenses (Mucznik, Tavim, Mucznik, & Mea, 2009). Em 1989 a Comunidade Judaica de Belmonte teve constituição legal (RJD, 2011), e desde aí muitos passos foram dados na consolidação desta comunidade: a construção da sinagoga Beth Elyau (1996) e do cemitério (2001), as circuncisões, o cumprimento das leis da cache-
rut¹⁶ e de pureza familiar, renovaram o modus

vivendi da comunidade, constituída por cerca de 250 pessoas (Mucznik, Tavim, Mucznik, & Mea, 2009). O rabi permanente desde 2010 é António Mendes, que é também o presidente da Comunidade Judaica de Belmonte.

Em relação à população, segundo dados provisórios dos Censos 2011 (INE, 2011), a população residente atual do concelho de Belmonte é de 6859 habitantes sendo distribuída por freguesias e género como consta na Tabela 1.

3.2 O Turismo Judaico e o Património Judaico em Belmonte

Por toda a vila há sinais evidentes da relação de Belmonte com o Judaísmo. Em várias lojas de comércio tradicional vendem-se produtos exclusivamente judaicos, tal como produtos alimentares e vinhos kosher¹⁷ e grande variedade de artigos entre decoração, artesanato, produtos religiosos como taças de vinho, menorahs¹⁸, toalhas, e também de vestuário como kipás, etc.

Belmonte tem como principais atrações turísticas – para além do património judaico, de que se tratará adiante – o Castelo (construção militar do século XII/XIII), a Torre de Centum Cellas, o Solar dos Cabrais e uma rede de museus: Museu dos Descobrimentos¹⁹, o Ecomuseu do Zêzere, o Museu do Azeite, a Igreja de Santiago (centro de interpretação "Caminhos da Fé"), Villa de Fórnea (vila romana) e a Casa Etnográfica de Caria (artes e ofícios).

O património judaico de Belmonte inclui a judiaria, a sinagoga, o Museu Judaico e ainda o património intangível, nomeadamente no âmbito das práticas e saberes ancestrais. A antiga judiaria²⁰ compreendia as ruas de Marrocos e Direita de Marrocos²¹ e a Rua da Sé; a comunicação entre estas três ruas principais – zona medieval da vila – faz-se por pequenas

¹⁰ À semelhança de outros judeus secretos nas Beiras e em Trás-os-Montes.

¹¹ Dia de descanso; último dia do da semana do calendário judaico, começando na sexta-feira ao pôr-do-sol e acabando no sábado depois de anoitecer. Qualquer forma de trabalho é interdito neste dia (Attias & Benbassa, 1997).

¹² "Festa das Sortes"; é a festa do Exílio, precedida por jejum (Attias & Benbassa, 1997).

¹³ Dia da Expição (ou grande perdão) é comemorado comum grande jejum de 25 horas, do pôr-do-sol ao anoitecer do dia seguinte (Attias & Benbassa, 1997).

¹⁴ Páscoa, que celebra a festa da primavera e a comemoração do Êxodo, da saída de Israel da escravidão no Egito e da constituição em povo livre (Attias & Benbassa, 1997).

¹⁵ Apesar da pressão para a diluição na sociedade católica portuguesa, muitos dos belmontenses cristãos-novos continuaram a casar-se apenas entre si durante séculos (RJD, 2011). Os casamentos eram realizados primeiro em casa segundo a Lei de Moisés, tal como rituais funerários (antes de se chamarem os sacerdotes católicos e médicos) reiterando uma afirmação identitária judaica (Mucznik, Tavim, Mucznik, & Mea, 2009).

¹⁶ Designa as leis dietéticas da religião judaica, que consignam quais os alimentos que podem ser consumidos, quando e em que condições (Mucznik, Tavim, Mucznik, & Mea, 2009).

¹⁷ Comida kosher é aquela que é própria para o consumo pelos judeus, de acordo com os preceitos da sua religião.

¹⁸ Candelabro de sete braços, que é motivo constante da arte judaica e símbolo judaico por excelência, sendo inclusive o emblema oficial do Estado de Israel. (Attias & Benbassa, 1997)

¹⁹ Belmonte é conhecida por ser a terra natal do descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral.

²⁰ A judiaria era o espaço onde viviam os judeus. Em Portugal, estes inicialmente eram misturados com cristãos, "mas a imposição de residência exclusiva dos indivíduos da minoria, no espaço da judiaria, foi algo que cresceu, durante a dinastia de Avis" (Tavares, 1995, p. 13).

²¹ Atualmente Rua da Fonte da Rosa e Rua Direita.

Tabela 1 - População Residente no concelho de Belmonte

População Residente			
Freguesia	H/M	H	M
Belmonte	3183	1496	1687
Caria	1921	937	984
Colmeal da Torre	729	358	371
Inguias	670	337	333
Maçainhas	356	167	189
Total do Concelho	6859	3295	3564

Fonte: INE, 2011

Figura 2: Mapa de Belmonte com alguns dos pontos relevantes



Fonte: retirado de *Google Maps* (www.maps.google.com)

vielas e guetos, onde teriam vivido judeus, mouros e homiziados²² (Nogueira, 2005)

O Museu Judaico de Belmonte, único em Portugal, abriu em 2005 e retrata a história da presença sefardita no país e a sua persistência religiosa judaica através dos séculos, o seu contributo na cultura, arte, literatura, comércio e ofícios; e ainda a cultura e religião dos judeus, os seus rituais e costumes, na sinagoga e em casa. É composto por três pisos com mais de uma centena de peças originais da Idade Média e dos séculos XV a XX. No piso 1 localiza-se a recepção, serviços de atendimento, a loja do museu e um auditório; o piso 2 é dedicado à exposição permanente e o piso 3 é reservado para exposições temporárias, para a área da direção e administração e ainda para o Centro de Estudos Judaicos (C.M. Belmonte, 2012).

O museu é composto por três pisos com mais de uma centena de peças originais da Idade Média e dos séculos XV a XX. No piso 1 localiza-se a recepção, serviços de atendimento, a loja do museu e um auditório; o piso 2 é dedicado à exposição permanente e o piso 3 é reservado para exposições temporárias, para a área da direção e administração e ainda para o Centro de Estudos Judaicos (C.M. Belmonte, 2012).

Em relação ao património intangível, uma das formas visível é a própria linguagem destacada em expressões locais, tais como “Olha alma desgraçada, tantos trabalhos te persigam, que queiras morrer e não possas!” ou “Corrido seja como o dinheiro! Alma desgraçada” (Marques, 2001).

4. METODOLOGIA

A revisão bibliográfica que se desenvolveu permitiu perceber os conceitos envolvidos neste estudo, nomeadamente as linhas que

²² Criminosos cristãos, cujo cumprimento da sentença judicial era precisamente viverem circunscritos ao espaço das judiarias e mourarias.

devem orientar uma oferta turística integrada, de modo a envolver a população local nos processos de desenvolvimento do Turismo em Belmonte.

Estabeleceram-se como objetivos: fazer um levantamento da presença judaica em Belmonte; analisar a sua oferta turística, suportada pela presença judaica; analisar e interpretar a opinião e perceção dos residentes (contributos e constrangimentos) em relação ao turismo local (nomeadamente no que concerne ao turismo judaico, definido pela autarquia local como o principal fator de diferenciação da localidade. É a própria edibilidade que preconiza a afirmação de um Museu de reconhecido interesse local e regional mas também de âmbito nacional e internacional, que seja capaz de atrair visitantes de todo o mundo) e analisar a perceção do envolvimento comunitário na oferta turística, particularmente da juventude.

Nesta primeira fase procedeu-se também à caracterização da vila de Belmonte, à sua relação histórica com o Judaísmo, levantamento do património judaico e a situação atual da vila enquanto destino de turismo judaico.

O passo seguinte foi a elaboração do modelo teórico definido, bem como a delineação de inquéritos por questionário a aplicar à população de Belmonte. Os questionários foram aplicados²³ após a sua validação através da realização de um pré-teste realizado em suporte informático²⁴. Foram realizados 121 inquéritos²⁵, aplicados apenas a moradores do concelho. A amostra da procura é não probabilística, ocasional de conveniência e não aleatória. Tendo em consideração que não se pretendia a representatividade, mas sim a validade interna²⁶ e ecológica²⁷ do estudo, o processo de amostragem respondeu aos objetivos delinea-

dos. Foi construída uma base de dados resultante dos inquéritos válidos obtidos, posteriormente analisada recorrendo ao *software* estatístico IBM SPSS Statistics 19 através de estatística descritiva, correlações e cruzamento de variáveis²⁸.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Perfil Demográfico dos Residentes Inquiridos

A amostra foi constituída por 121 indivíduos. Foram inquiridos 70 indivíduos do sexo feminino (57,9%) e 51 do sexo masculino (42,1%). A média de idades é de 38 anos (sendo a idade mínima 18 e a idade máxima 83), a mediana 36 e a moda 21²⁹. Para efeitos de análise, dividiram-se os dados em três grupos etários, sendo que 47,9% dos inquiridos pertencem à faixa etária 18/34 anos; 41,3% têm entre 35 a 54 anos e 10,8% têm mais de 56 anos. Dos inquiridos, 85 (70,2%) são naturais do concelho de Belmonte, contra 36 (29,8%) que nasceram noutros concelhos mas residiam em Belmonte, uma média de 22 anos de residência. Quanto ao estado civil, verifica-se que 63 residentes enquadram-se na categoria de “casado/com companheiro” (52,1%), seguindo-se 50 “solteiros” (41,32%). O total dos 8 inquiridos que se inserem noutra situação, “separados/divorciados” e “viúvos” apresentam a mesma percentagem (3,3% cada um dos casos).

No nível de escolaridade, dividiram-se os respondentes em três grupos: básico (35 inquiridos, correspondendo a 28,9%), secundário (49 inquiridos, equivalendo a 40,5%) e superior (37 inquiridos, correspondendo a 30,6%), sendo que nos grupos secundário e superior apenas se considerou os inquiridos que tinham completado estes ciclos de estudos³⁰.

Quanto à situação profissional, a maioria dos inquiridos (85 no total) exercem uma atividade profissional (60,3%), 3 são domésticas (2,5%), 17 estudantes (14%), 21 desemprega-

²³ Os questionários foram recolhidos presencialmente entre Fevereiro e Junho de 2012.

²⁴ Através do *Facebook*, foram escolhidos inquiridos com residência em Belmonte, ao qual foi enviado um link que encaminhava para o questionário elaborado no Google Docs. Foram respondidos 37 de 200 enviados.

²⁵ O formato final resultou num total de 48 questões, sendo 8 dirigidas ao perfil, 2 ao envolvimento com o sector do turismo, 1 à avaliação da importância das atrações turísticas do concelho e as restantes relacionadas com as perceções do turismo em linhas gerais e do turismo judaico em particular. A bateria de 17 itens sobre o turismo em geral foi baseada no questionário aplicado aos residentes no estudo de Ana Isabel Moniz realizado nos Açores (Moniz, 2006).

²⁶ Os resultados do estudo são corretos para a amostra, aplica-se às condições deste grupo em particular.

²⁷ Similaridade entre as condições da pesquisa e as reais; está relacionada com o conceito anterior, uma vez que os resultados obtidos não são generalizados a outros ambientes (a outras regiões do país, por exemplo).

²⁸ Todos os testes foram efetuados tendo em consideração um nível de significância de 5%, ou seja a probabilidade de erro é $p=0,05$. Este *P-value* é o valor de significância observado: para este valor demonstrar algum tipo de relação entre as variáveis é necessário que seja inferior a 5% (0,05) (Carver & Nash, 2009).

²⁹ A baixa média de idades neste estudo é explicada pelo facto das pessoas mais jovens se terem predisposto mais facilmente a colaborar.

³⁰ O nível de escolaridade dos inquiridos é relativamente alto, o que pode ser explicado pela baixa média de idades da amostra, caso que já foi explicado anteriormente.

dos (17,4%), e 7 reformados (5,8%). Relativamente às profissões dos inquiridos que exercem uma atividade profissional, e devido ao grande número de respostas variadas, agruparam-se as respostas tendo por base a Classificação Portuguesa das Profissões (INE I.P., Edição de 2011). A categoria com maior percentagem é a dos Especialistas das atividades intelectuais e científicas, com 23%, seguindo-se o Pessoal administrativo e os Trabalhadores de serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, ambas com 18,9%, os Técnicos e profissões de nível intermédio com 14,9% e os Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos com 13,5% (na qual se incluem os empresários, comerciantes ou outros que gerem o seu próprio negócio)³¹. Quanto à dimensão do agregado familiar, esta varia entre uma e sete pessoas, sendo a média de 3,1 elementos, e a mediana e a moda ambas de 3.

Na última questão, relativa à relação com o Judaísmo, 113 dos inquiridos (93,4%) afirmaram-se sem relação com o judaísmo, apenas 1 (0,8%) declarou ser de origem judaica e 7 (5,8%) identificaram-se como sendo judeus. Relativamente ao grau de envolvimento no sector do turismo, constatou-se que 24 inquiridos (19,8%) trabalham no sector do turismo ou têm contacto direto com turistas, 7 (5,85%) têm um membro do agregado familiar que trabalha no sector do turismo ou noutro sector que tenha contacto direto com turistas, e os restantes 90 (74,4%) não têm qualquer tipo de envolvimento com o sector do turismo.

Conclui-se que, de modo geral, os inquiridos não estão muito envolvidos no sector do turismo, e a análise à questão seguinte vem consolidar esta convicção: perguntou-se aos inquiridos em que medida é que os rendimentos do seu agregado familiar dependiam do turismo, utilizando uma escala de *Likert* de 5 pontos³². A média das respostas foi de 1,45, o que significa que os rendimentos dependem muito pouco do sector do turismo para esta amostra. O desvio padrão foi de 0,97, significando que houve alguma dispersão das respostas, se bem que não significativa.

³¹ As restantes categorias têm menos expressividade: Trabalhadores não qualificados com 4,1%; Agricultura, pesca e da floresta e Operadores de instalações e máquinas, ambas com 2,7% e finalmente Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artificiais, com 1,4%.

³² Sendo 1 – Nada, 2 – Pouco, 3 – Em parte, 4 – Muito e 5 – Totalmente)

5.2 Perceções dos residentes sobre o turismo em geral e o turismo judaico em particular

No pressuposto da apropriação simbólica local como processo de afirmação identitária e de autoestima coletiva, foi apresentada aos inquiridos uma lista de seis atrações turísticas do concelho de Belmonte, entre as quais o património judaico (museu, sinagoga e judiaria), cuja importância devia ser avaliada numa escala de *Likert* de 5 pontos³³. Foi-lhes pedido para se imaginarem como turista, ao atribuírem os graus de importância.

Todas as atrações turísticas tiveram médias elevadas, sendo o castelo de Belmonte, a que teve maior média, logo seguido do património judaico, da proximidade à Serra da Estrela e da natureza e paisagem. As atrações que tiveram menores médias foram a Torre de Centum Cellas e a gastronomia, como se pode verificar no Quadro 1.³⁴

Tendo em conta pressupostos de desenvolvimento turístico sustentável, assentes nos parâmetros culturais, sociais, económicos e ambientais/ecológicos, definidos pela Organização Mundial de Turismo e para avaliar as perceções dos residentes em relação ao turismo em geral, pediu-se aos inquiridos para classificar 17 afirmações sobre impactos do turismo, utilizando uma escala de *Likert* de cinco pontos³⁵. No Quadro 2 pode ser observada a percentagem de inquiridos que respondeu a cada ponto da escala, a média e o desvio padrão. São apresentadas as afirmações por ordem decrescente de médias.

A média global das 17 afirmações é de 3,6, considerada favorável³⁶. As afirmações que o turismo ajuda a preservar o património em Belmonte e que não é fonte de problemas sociais como a droga, alcoolismo, etc. foram os impactos do turismo com mais concordância

³³ Sendo 1 – Nada importante, 2 – Pouco importante, 3 – Em parte, 4 – Importante e 5 – Muito importante

³⁴ Os desvios padrões das seis atrações não são muito elevados, ainda assim o maior é o da torre de *Centum Cellas*, o que significa que em relação a esta atração há opiniões mais extremas, ao contrário do património judaico, a atração turística que teve um menor desvio padrão, significando que houve um pequeno número de dispersão das respostas.

³⁵ Sendo 1 – Discordo totalmente, 2 – Discordo, 3 – Estou indeciso(a), 4 – Concordo e 5 – Concordo totalmente.

³⁶ Uma vez que o ponto 3 da escala de *Likert* é um valor neutro (“Estou indeciso”), para a interpretação considera-se que a opinião é favorável quando a média de cada afirmação é superior a 3,5 e desfavorável quando é inferior a 2,5. O mesmo se passará em relação a futuros casos similares.

Quadro 2 - Medidas estatísticas da importância das atrações turísticas

	Torre de Centum Cellas	Castelo de Belmonte	Património Judaico	Gastronomia	Natureza e Paisagem	Proximidade da Serra da Estrela
Média	3,91	4,53	4,4	3,95	4,25	4,31
Desvio Padrão	0,87	0,65	0,6	0,85	0,76	0,72

Fonte: própria

Quadro 3 - Percentagem, média e desvio padrão, para a opinião manifestada em relação a um conjunto de afirmações sobre o turismo em geral no concelho de Belmonte

Afirmações sobre o turismo em geral	1	2	3	4	5	M	Dp
2) O turismo ajuda a preservar o património	-	3,3	5,8	51,2	39,7	4,27	0,72
6) O turismo não é fonte de problemas sociais, como droga, etc.	3,3	1,7	5,8	44,6	44,6	4,26	0,9
1) O turismo ajuda a preservar a cultura	1,7	2,5	8,3	57	30,6	4,12	0,79
5) O turismo não perturba a vida dos residentes	2,5	5,8	8,3	44,6	38,8	4,12	0,96
14) O turismo não tem provocado o aumento da criminalidade	2,5	2,5	5	63,6	26,4	4,09	0,8
17) O turismo não tem prejudicado a natureza	0,8	4,1	9,9	60,3	24,8	4,04	0,77
7) O turismo não tem provocado o aumento de poluição	2,5	7,4	8,3	49,6	32,2	4,02	0,97
13) O turismo não tem provocado estragos no património	2,5	5,8	7,4	61,2	23,1	3,97	0,87
11) O turismo não tem provocado alterações negativas nos jovens	4,1	3,3	13,2	59,5	19,8	3,88	0,91
12) O turismo contribui para a qualidade das infraestruturas	5,8	8,3	12,4	49,6	24	3,78	1,08
15) Os negócios de turismo estão nas mãos da população	19	25,6	28,1	20,7	6,6	2,7	1,19
8) O turismo não tem provocado subida de preços de bens e casas	5,8	8,3	18,2	49,6	18,2	3,66	1,05
4) O turismo beneficia os negócios e o comércio	8,3	12,4	19,8	35,5	24	3,55	1,22
3) O turismo permite criar emprego para os residentes	10,7	17,4	16,5	38	17,4	3,34	1,26
16) O turismo ajuda a melhorar a vida da população	9,9	20,7	24	34,7	10,7	3,16	1,17
9) Os residentes têm mais dinheiro devido ao turismo	28,9	34,7	23,1	11,6	1,7	2,22	1,04
10) A população participa em decisões relativas ao turismo	33,9	36,4	20,7	7,4	1,7	2,07	1
Média Global						3,6	

Fonte: própria

por parte dos inquiridos (embora a segunda tenha um desvio padrão bastante maior), logo seguidos (e todos com médias superiores a 4) das afirmações que o turismo ajuda a preservar a cultura, não perturba a vida dos residentes, não provoca o aumento da criminalidade, não

prejudica a natureza e não provoca aumento de poluição. Aliás, das 17 afirmações, 13 tiveram médias positivas.

Relativamente às questões de que o turismo permite criar emprego para os residentes e que ajuda a melhorar a vida da população, as suas

médias situam-se em média no ponto da indecisão, e com desvio padrão significativo. As duas afirmações com média negativa foi a de que os residentes têm mais dinheiro em relação ao turismo (com média de 2,2) e a de que a população participa na tomada de decisões

relativas ao turismo, esta última a mais baixa de todas (com média de 2,07), o que significa que os inquiridos em média não sentem que os residentes beneficiem economicamente com o turismo, e muito menos se sentem a participar nas decisões relativas a este sector.

Quadro 4 - Percentagem, média e desvio padrão, para a opinião manifestada em relação a um conjunto de afirmações sobre o turismo judaico no concelho de Belmonte

Afirmações sobre o turismo judaico	1	2	3	4	5	M	Dp
8) O turismo judaico não perturba a vida dos residentes	-	1,7	5,8	67,8	24,8	4,16	0,6
2) O turismo judaico não é pior que outro tipo de turismo	-	5	9,1	59,5	26,4	4,07	0,74
3) O turismo judaico engrandece o nome de Belmonte	-	6,6	14,9	47,1	31,4	4,03	0,86
1) O turismo judaico traz vantagens ao concelho	3,3	3,3	9,9	61,2	22,3	3,96	0,87
4) O turismo judaico ajuda a preservar a cultura	-	9,9	15,7	51,2	23,1	3,88	0,88
5) O turismo judaico ajuda a preservar o património	3,3	8,3	14,9	56,2	17,4	3,76	0,95
7) O turismo judaico beneficia os negócios e o comércio	14	19,8	19	42,1	5	3,04	1,18
6) O turismo judaico permite criar emprego para os residentes	16,5	33,1	25,6	21,5	3,3	2,62	1,1
9) Os residentes têm mais dinheiro devido ao turismo Judaico	29,8	33,9	21,5	14	0,8	2,22	1,05
Média Global						3,53	

Fonte: própria

Na questão seguinte, os inquiridos confrontaram-se com uma série de cinco afirmações³⁷ sobre o que o turismo judaico representa atualmente para Belmonte, devendo selecionar apenas uma. Uma vez que é uma questão de escala ordinal, faz sentido apresentar o valor da média que se situa em 3,84, o que expressa que o turismo judaico é uma atividade importante; o desvio padrão é 0,65, o que significa que há pouca dispersão entre as respostas. Em relação às percentagens dos inquiridos que optaram por cada uma das afirmações, é de realçar que não houve nenhum inquirido a responder a opção “É uma atividade sem expressão”; 2,5%

respondeu “É uma atividade pouco importante” 23,1% “É uma atividade com alguma

importância”, a maioria (61,98 %) optou pela afirmação “É uma atividade importante” e 12,4% “É uma atividade decisiva”.

Sobre o que sentiam em relação à frase “Belmonte, terra de judeus” – avaliada numa escala de *Likert* de 5 pontos, em que os valores variavam de 1, “Não gosto nada” a 5, “Gosto muito”, com o ponto médio de 3, “É-me indiferente” – a média é mais baixa do que a questão anterior: 2,89 e o desvio padrão mais elevado (0,98), o que quer dizer que há maior dispersão entre as respostas, ou seja, os inquiridos têm mais tendência para dar respostas mais extremas. Observa-se que 8,28% responderam “não gosto nada” e 23,14% “não gosto”; para 45,45% esta expressão é-lhes indiferente;

³⁷ 1 – É uma atividade sem expressão para Belmonte; 2 – É uma atividade pouco importante; 3 – É uma atividade com alguma importância; 4 – É uma atividade importante; Afirmação 5 – É uma atividade decisiva para Belmonte

Quadro 5 - Comparação entre as afirmações em comum: turismo em geral e turismo judaico

Afirmações	Geral		Judaico		Diferença de médias
	M	Dp	M	Dp	
Ajuda a preservar a cultura	4,12	0,79	3,88	0,88	0,24
Ajuda a preservar o património	4,27	0,72	3,76	0,95	0,51
Permite criar emprego para os residentes	3,34	1,26	2,62	1,1	0,72
Beneficia os negócios e o comércio	3,55	1,22	3,04	1,18	0,51
Não perturba a vida dos residentes	4,12	0,96	4,16	0,6	-0,04
Os residentes têm mais dinheiro	2,22	1,04	2,22	1,05	0
Média Global	3,6		3,28		0,48

Fonte: própria

17,36% gosta da expressão e 5,79% não gosta nada.

Para avaliar as perceções dos residentes em relação ao turismo judaico, solicitou-se aos inquiridos para classificarem 9 afirmações sobre impactos do turismo judaico, utilizando uma escala de *Likert* de cinco pontos³⁸. Seis destas afirmações são exatamente iguais a seis da bateria de 17 questões relativas ao turismo em geral, com a única diferença de que aqui, a expressão “turismo” é substituída por “turismo judaico”; As primeiras três não se aplicavam ao turismo em geral, dada a singularidade do turismo judaico. No Quadro 3 pode observar-se a percentagem de inquiridos que respondeu a cada ponto da escala, a média e o desvio padrão.

A média global da amostra é de 3,53. As três afirmações com maior média (superior a 4), foram que o turismo judaico não perturba a vida dos residentes, o turismo judaico não é pior que outro tipo de turismo e o turismo judaico engrandece o nome de Belmonte. As três afirmações seguintes têm médias mais baixas, mas ainda positivas. As afirmações de que o turismo judaico beneficia os negócios e o comércio e que permite criar emprego para os residentes, têm médias que se situam na indecisão. A única média negativa é a referente à afirmação de que os residentes têm mais dinheiro devido ao turismo judaico.

5.3 Relação entre Variáveis

Proceder-se-á do seguinte modo: a comparação de médias com variáveis nominais será feita através do Sample T –Test para variáveis com duas categorias (como o sexo, por exem-

plo) e *One way Anova* no caso da variável possuir três ou mais categorias. Para correlacionar as questões com outras variáveis numéricas, utilizou-se o coeficiente de *Pearson*.

Como já foi referido, seis das afirmações sobre o turismo judaico são exatamente iguais a tantas outras relativas ao turismo em geral. Pretende-se avaliar se há, ou não, diferenças significativas entre a avaliação dos residentes a ambos os conjuntos de seis afirmações. A diferença pode ser observada no Quadro 4, onde se mostra a comparação entre as respetivas médias, desvio padrão e diferença de médias.

Como se pode verificar, as médias obtidas são muito similares, apesar de serem ligeiramente mais baixas no caso do turismo judaico, à exceção do item “Não perturba a vida dos residentes”, e do item “Os residentes têm mais dinheiro” (neste último o valor é exatamente o mesmo).

Com o objetivo de correlacionar a média total para cada grupo de seis variáveis, agruparam-se³⁹ de modo a originar duas novas variáveis: a média de respostas dos seis itens sobre o turismo judaico de cada inquirido e a média das respostas dos seis itens sobre o turismo em geral.⁴⁰ Analisou-se a correlação através do coeficiente de *Pearson*⁴¹. Como já se previa pela análise do quadro anterior, o coeficiente de *Pearson* é bastante elevado ($r=0,66$) o que significa que os inquiridos tiveram comporta-

³⁹ Através do comando do SPSS *Transform - Compute variable*

⁴⁰ Antes de agrupar as variáveis, procedeu-se ao teste de *Cronbach* (serve para verificar a consistência entre variáveis, permitindo saber se é possível agrupá-las, o que acontece quando o resultado do teste é igual ou maior que 0,60). O resultado foi muito consistente: 0,80 para a média dos seis itens do turismo judaico e 0,76 para a média dos seis itens do turismo em geral.

⁴¹ O coeficiente de correlação de *Pearson* mede o grau da correlação (e a direção dessa correlação - positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica.

³⁸ Sendo 1 – Discordo totalmente, 2 – Discordo, 3 – Estou indeciso(a), 4 – Concordo e 5 – Concordo totalmente.

mentos muito semelhantes em ambos os grupos.

Conclui-se assim que, os residentes de Belmonte têm uma opinião muito similar sobre os impactos do turismo judaico e o do turismo em geral. Relacionaram-se as duas novas

variáveis com algumas características demográficas, de modo a perceber se há diferenças significativas entre elas – Quadro 5.

Quadro 6 – Relação dos seis itens em comum entre o turismo em geral e o turismo judaico com variáveis demográficas

Seis itens em comum	Significância				
	Idade	Sexo	Env. Tur.	Dep. € Tur.	Judaísmo
Turismo em geral	0,05	0,28	0,62	0,03	0,02
Turismo judaico	0	0,34	0,28	0,02	0,22

Fonte: própria

A idade tem uma relação negativa com ambos os casos (como se pode verificar pelo coeficiente de *Pearson*: $r=-0,18$ no turismo em geral e $r=-0,34$ no turismo judaico), à medida que a idade dos inquiridos sobe, a média de

resposta dos seis itens em cada caso, sobe. No turismo judaico ainda é mais forte como se pode verificar pelo valor da significância (mais baixo) e pelo coeficiente de *Pearson* (mais alto).

Quadro 7 – Médias dos seis itens em comum entre o turismo em geral e o turismo judaico por dependência dos rendimentos do turismo

Dependência de rendimentos do turismo	Médias dos seis itens	
	T. geral	T. Judaico
Nada	3,5	3,2
Pouco ou em parte	3,6	3,8
Muito ou totalmente	4,2	3,6
Sig	0,03	0,22

Fonte: própria

O sexo e o envolvimento com o sector do turismo não têm relação com estas variáveis. Já na dependência de rendimentos do turismo⁴² e o facto de se ser ou não judeu, verifica-se uma relação apenas na variável que forma a média dos seis itens relativos ao turismo em geral. No caso da dependência dos rendimentos do turismo, a média dos seis itens do turismo em geral sobe, à medida que os inquiridos mantêm

uma maior dependência dos rendimentos do turismo, como se pode verificar no Quadro 6.

No caso da relação com o judaísmo⁴³, a média dos seis itens sobre o turismo em geral desce bastante quando os inquiridos são judeus, como se pode ver no Quadro 7.

Na relação das variáveis com as duas afirmações sobre o turismo judaico, apresentada no Quadro 8, pode verificar-se que, mais uma vez a idade é uma variável com significância em ambas as afirmações (é aliás a única, uma vez que as outras variáveis não apresentam

⁴² Por questões de validação de resultados, agrupou-se as cinco respostas possíveis em três: residentes que não dependem nada de rendimentos do turismo (n=92); residentes que dependem pouco ou em parte dos rendimentos do turismo (n=20); residentes que dependem muito ou totalmente dos rendimentos do turismo (n=9).

⁴³ Em todas as relações desta variável com outras, se excluiu a resposta “origem judaica” por só ter havido um inquirido a responder esta opção.

significância). Neste caso, na primeira afirmação $r=-0,21$ e na segunda $r=-0,18$. Tal como em casos anteriores, a relação entre a idade e média das afirmações é inversa: à medida que

a idade dos inquiridos desce, a média das afirmações sobe, ou seja tem tendência a ser mais favorável.

Quadro 8 – Médias dos seis itens em comum entre o turismo em geral e o turismo judaico por relação com o Judaísmo

Relação com o Judaísmo	Médias dos seis itens	
	T. geral	T. Judaico
Judeu	2,9	2,9
Sem relação com o Judaísmo	3,6	3,3
Sig	0,22	0,02

Fonte: própria

Quadro 9 – Relação entre afirmações sobre o turismo judaico e variáveis demográficas

Afirmações	Significância				
	Idade	Sexo	Env. Tur.	Dep. € Tur.	Judaísmo
O que o turismo judaico representa para Belmonte	0,02	0,78	0,47	0,19	0,79
Belmonte, terra de judeus	0,05	0,75	0,59	0,54	0,44

Fonte: própria

5.4 Classificação dos residentes em grupos homogêneos - Criação de *Clusters*

Com o objetivo de detetar grupos homogêneos de residentes com base na perceção sobre o conjunto de 9 afirmações sobre o turismo judaico, foi realizada a análise de *clusters*⁴⁴ à amostra para classificar as respostas dadas. Foram criados três *clusters* cujas características das respostas, em cada um deles, apresentavam semelhanças.

Através dos resultados obtidos, foi possível obter as médias dos três grupos nos 9 itens da questão 7. Esses resultados foram então correlacionados com as restantes variáveis. O Cluster 1, com 20 indivíduos, apresenta médias mais baixas; o Cluster 2 constituído por 49 in-

divíduos, apresenta médias intermédias e o Cluster 3, tem 52 indivíduos, que atribuíram maior valor às afirmações relativas ao turismo judaico. Chamou-se ao primeiro grupo “Céticos”, ao segundo “Moderados” e ao terceiro “Interessados”. A média de cada *cluster* por item é apresentada no Quadro 9.

Após o procedimento anterior, será verificado se existe alguma relação entre os *clusters* e outras variáveis. A análise destas relações será feita através de processos estatísticos distintos de acordo com o tipo de variável. Sendo a variável “*cluster*” nominal, será feita a comparação de médias para relacionar os clusters com variáveis métricas ou escalas de *Likert* através de One Way ANOVA. Para relacionar os *clusters* com variáveis nominais ou ordinais, serão utilizadas tabelas de contingência com o

⁴⁴ Análise de *clusters* é uma técnica para classificar objetos ou casos em grupos de características homogêneas.

Quadro 10 - Médias de opinião relativamente ao conjunto de afirmações sobre turismo judaico, por cluster

Afirmações	Médias		
	C. 1	C. 2	C. 3
1) O turismo judaico traz vantagens	2,95	3,96	4,35
2) O turismo judaico não é pior que outro tipo de turismo	3,35	4,14	4,29
3) O turismo judaico engrandece o nome de Belmonte	3,1	4,06	4,37
4) O turismo judaico ajuda a preservar a cultura	2,4	4,04	4,29
5) O turismo judaico ajuda a preservar o património	2,3	3,98	4,12
6) O turismo judaico permite criar emprego para os residentes	1,95	1,96	3,5
7) O turismo judaico beneficia os negócios e o comércio	2,05	2,53	3,9
8) O turismo judaico não perturba a vida dos residentes	3,55	4,24	4,31
9) Os residentes têm mais dinheiro devido ao turismo judaico	1,45	1,55	3,15
Média Global	2,57	3,38	4,03
	Céticos	Moder.	Interes.

Fonte: própria

Quadro 11 - Efeito dos Clusters em variáveis métricas

	Cluster	n	M	Sig
Idade	Céticos	20	44,8	0,05
	Moderados	49	36,9	
	Interessados	52	35,7	
Agregado Familiar	Céticos	20	3,05	1
	Moderados	49	3,06	
	Interessados	52	3,08	
Anos a viver no concelho	Céticos	8	29,4	0,09
	Moderados	12	22,9	
	Interessados	38	17,2	

Fonte: própria

Quadro 12 - Efeito dos *Clusters* em variáveis nominais

Sexo	1,4	0,5
Natural de Belmonte	1,68	0,43
Habilitações literárias	2,38	0,67
Situação profissional	15,49	0,05
Envolvimento no turismo	4,88	0,3
Dependência dos rendimentos do turismo	8,31	0,81
Relação com o Judaísmo	4,78	0,31

Fonte: própria

teste *Chi-square*⁴⁵. Correlacionando os três grupos resultantes da análise de Cluster, com as variáveis métricas, idade e dimensão do agregado familiar, obteve-se o resultado exposto no Quadro 10.

Como se pode aferir pelo valor de significância observado, não há qualquer relação entre os *clusters* e a dimensão do agregado familiar e o número de anos a residir no concelho, uma vez que em ambos os casos está acima dos 0,05 necessários para estabelecer relação entre variáveis (Carver & Nash, 2009).

No caso da idade, essa relação tem alguma significância: como se pode perceber, há uma relação inversa entre as médias da idade e o grau de interesse pelo turismo judaico. Existe uma diferença considerável essencialmente do grupo dos cépticos em relação aos outros dois; a média de idades dos Cépticos é de 44,8 a dos Moderados 36,9 e a dos Interessados é de 35,7.

Verifica-se que média de elementos do agregado dos Moderados é de 2,9 e a dos Interessados 2,7. Em relação ao agregado familiar existem diferenças quase nulas: todos os grupos provêm de agregados em média com 3 pessoas. A média de anos a residir no concelho (no caso não naturais de Belmonte) é de 29, 4 para os cépticos, 22,9 anos para os moderados e 17,2 para os interessados; neste caso, embora não haja significância, verifica-se que há uma relação inversa entre o número de anos a viver

no concelho e o grau de interesse. Para as restantes variáveis, foi utilizado o teste do *Chi-square* através de tabelas cruzadas. Os valores e respetiva significância, são apresentados no Quadro 11.

Verifica-se que, à exceção da “situação profissional”, nenhuma outra variável apresenta significância em relação aos clusters. É necessário ter em consideração que o grupo dos Cépticos é muito menor que os outros dois grupos (o que revela à partida, uma tendência para os inquiridos terem uma atitude positiva em relação ao turismo judaico). Através deste teste foi possível traçar um perfil de cada *cluster*: quanto ao sexo, a percentagem de mulheres divide-se em 18,6% no grupo dos Cépticos, 42,9% no Moderados e 38,6% no Interessados. Os homens distribuem-se do seguinte modo: 13,7% de Cépticos, 37,3% de Moderados e 49% de Interessados.

A maioria dos naturais de Belmonte divide-se quase de igual modo entre os Moderados e Interessados (respetivamente 43,3% e 42,4%), e os inquiridos nascidos noutra concelho são sobretudo Interessados (44,45). Em relação às habilitações literárias, os inquiridos com o ensino básico são maioritariamente Moderados e Interessados (ambos os casos 40%); no caso dos que possuem o ensino secundário, o grupo mais representativo é o dos Moderados (com 46,9%) e os inquiridos com o ensino superior têm claramente tendência para serem Interessados (51,4%).

No envolvimento com o setor do turismo, observa-se que quem trabalha no sector do turismo tem tendência a ser Interessado (44,4%), os inquiridos com familiares a traba-

⁴⁵ O teste de *Chi-square*, determina a diferença significativa entre o que é observado e o que é esperado das variáveis independentes; quanto maior o valor de chi calculado maior a diferença entre o valor esperado e o medido.

lhar no setor são na sua grande parte Moderados (71,4%) e os sem relação com o turismo dividem-se entre os Moderados e Interessados (ambos os casos 45,8%). Na relação com o Judaísmo, os judeus são maioritariamente Moderados (71,4%) – um dado interessante – e os inquiridos sem relação com o Judaísmo são na maioria Interessados (45,1%). Como foi referido anteriormente, a variável “situação profissional” foi a única que apresentou significância⁴⁶ no cruzamento com os diferentes *clusters*. No caso dos desempregados há uma discrepância considerável entre os valores esperados e observados, que se traduz numa tendência para o grupo dos Moderados. Nos inquiridos a exercer atividade profissional, há uma tendência para os Interessados (com opinião mais favorável em relação ao turismo judaico). Apesar do grupo de inquiridos reformados ser pequeno demais para tirar ilações, este é o que apresenta maior valor proporcional no grupo dos Céticos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante os resultados obtidos, importa tecer um conjunto de considerações finais, sobretudo dando ênfase a potencialidades e a margens de progressão para o Turismo Judaico em Belmonte, facilitando o processo de tomada de decisão de atores locais ligados ao Turismo.

A partir dos resultados expostos na discussão de resultados, conclui-se que os inquiridos de faixas etárias mais baixas sentem-se muito envolvidos no turismo judaico praticado em Belmonte. Esta constatação configura-se como merecedora de outros estudos. Para além disso, tendo em consideração os conceitos que foram utilizados ao longo deste trabalho, conclui-se que para a subsistência de um turismo integrado, sustentado é essencial perspetivar o envolvimento comunitário local. No âmbito da Assumpção Identitária judaica local, a juventude terá assim um papel essencial no Turismo de Belmonte, o que reforça a importância e a oportunidade no âmbito do desenvolvimento de ações de formação locais neste domínio.

Ao longo de toda a análise de resultados foram muitos os indicadores que corroboram o parágrafo anterior. Ao avaliarmos a opinião dos residentes em relação ao turismo judaico, constatamos que esta variava consoante as características demográficas, sendo que, ape-

nas duas variáveis demonstraram estabelecer relação (relação significativa): a idade, cuja relação é negativa, ou seja, à medida que a idade sobe, a resposta tende a ter médias mais baixas, indicando que a juventude é mais favorável a este tipo de turismo; a dependência de rendimentos do turismo com correlação positiva.

O presente trabalho reforça para Portugal as dinâmicas sociais verificadas amplamente no Turismo de Base Comunitária observado na América do Sul, nomeadamente no Brasil e na Venezuela.

A percentagem de respostas positivas na avaliação dos impactos do turismo judaico, revela que a maioria da população se sente envolvida neste tipo de turismo, nomeadamente os inquiridos de faixas etárias mais baixas. De realçar que os residentes consideram o património judaico a segunda atração turística mais importante de Belmonte, no ponto de vista do turista, o que significa que a comunidade atribui valor a esse património.

Belmonte regista uma dinâmica local passível de incrementar, coletivamente, uma apropriação dos símbolos judaicos, o que tem sido de resto observado pelas políticas desenvolvidas pela autarquia.

Foram encontrados três grupos distintos através de uma análise de *Cluster*. Uma vez que nenhum desses grupos apresentava média negativas (desfavoráveis) em relação ao turismo judaico, atribuiu-se os nomes de Céticos, Moderados e Interessados. Demonstrou-se que não há qualquer relação entre os *clusters* e a dimensão do agregado familiar e o número de anos a residir no concelho. Mais uma vez, no caso da idade, essa relação tem alguma significância: há uma relação inversa entre as médias da idade e o grau de interesse pelo turismo judaico. Existe uma diferença considerável essencialmente do grupo dos Céticos em relação aos outros dois; a média de idade destes é de 44,8 a dos Moderados 36,9 e a dos Interessados é de 35,7.

O presente estudo permite também tirar algumas conclusões a partir dos resultados da investigação empírica, destacando algumas recomendações para a atuação no destino em relação ao segmento de turismo estudado, tendo em consideração um desenvolvimento sustentado do mesmo e o inerente envolvimento da população.

Não deixa de ser relevante o facto de existir a convicção de que há uma fraca participação

⁴⁶ Pearson Chi-Square = 15,49 e Sig = 0,05

da população na tomada de decisões relativas ao turismo, o que significa que os inquiridos não se sentem a participar nas decisões relativas a este sector. Recomenda-se às autoridades regionais e locais que estabeleçam um compromisso perante as questões de sustentabilidade e de envolvimento da população nos processos de planeamento e de tomada de decisão sobre a atividade turística.

À luz dos critérios definidos pela OMT, o envolvimento das comunidades locais passa, em grande medida, pelo usufruto económico sustentável que retiram da atividade turística. A própria apropriação simbólica da realidade por parte das comunidades e o desenvolvimento contínuo de um Turismo que promova

os sistemas de valores locais, serão propiciados na medida em que materializem uma autoestima coletiva recompensada pelas vantagens económicas obtidas.

Sugere-se assim que se introduzam critérios de sustentabilidade no planeamento e gestão do turismo, bem como mecanismos para o desenvolvimento de ações de sensibilização e de informação sobre o que está a ser feito e o que se pretende fazer. Mais importante ainda, é a constatação de que a maioria da população se sente envolvida neste tipo de turismo, destacadamente a juventude de Belmonte o que se considera ser um indicador muito interessante e positivo porque presume uma boa aceitação por parte de gerações futuras.

BIBLIOGRAFIA

Amirou, R. (2007). *Imaginário e Sociabilidades de Viagem*. Porto: Estratégias Criativas.

Araújo de Almeida, A. S. (2007). A competição inter-comunitária como factor de diferenciação da oferta turística. *Congresso Internacional de Turismo Leiria e Oeste*, (pp. 1-12). Peniche.

Araújo de Almeida, A. S. (2010). The inter-community competition as a factor for sustainability and differentiation of tourism product - The case of National Park of Peneda Gerês. *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation - Vol. 1, Issue 1*, 39-50.

Attias, J.-C., & Benbassa, E. (1997). *Dicionário da Civilização Judaica*. Larousse.

Barreto, M. (2001). *Turismo e Legado Cultural*. São Paulo: Papirus.

Batista, C. M. (2005). Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o Turismo Cultural. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 5, núm. 3, Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 27-33.

Benbassa, E., & Rodrigue, A. (2000). *História dos Sefarditas - De Toledo a Salónica*. Lisboa: Instituto Piaget.

C.M. Belmonte. (2012). *Museu Judaico de Belmonte*. Obtido em Janeiro de 2012, de Município de Belmonte: <http://www.cm-belmonte.pt/Museujudaico/museujudaco.html>

Carver, R. H., & Nash, J. G. (2009). *Doing data analysis with SPSS version 16*. Belmont, United States of America: Cengage.

CIL. (2012). *Turismo*. Obtido em Julho de 2012, de Comunidade Israelita de Lisboa: http://www.cilisboa.org/tour_contacts.htm

Cosmelli, J. M. (1997). *Teoria da atratividade turística*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

D.R. (8 de Setembro de 2001). Lei do Património Cultural: Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República*, pp. 5808-5829.

Expresso. (s.d.). Obtido de <http://expresso.sapo.pt/turismo-belmonte-ambiciona-ter-hotel-kosher-para-15-mil-visitantes-anuais-do-patrimonio-judeu=f627786#ixzz21767vWI6>

Ferreira, Â. M. (2003). Turismo e Sustentabilidade. Em C. Martins, *Turismo, Cultura e Identidade* (pp. 1-12). São Paulo: Roca.

Halbwachs, M. (1997). *La mémoire collective*. Nouvelle édition revue et augmentée: Éditions Albin Michel.

Henriques, C. (2003). *Turismo, Cidade e Cultura Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa: Sílabo.

Honório, E., & Barros, M. (2003). Turismo, Cultura e identidade. Em C. Martins, *Turismo, Cultura e Identidade* (pp. 154-158). São Paulo: Roca.

- INE. (2011). *Censos 2011 - Resultados Provisórios*. Obtido em Janeiro de 2012, de Instituto Nacional de Estatística: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=122073978&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554
- INE I.P. (Edição de 2011). *Classificação Portuguesa das Profissões 2010*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística I.P.
- Kamen, H. (1988). *The Mediterranean and the Expulsion of Spanish Jewes in 1492, Past and Present*. Oxford University Press.
- Lindon et al, D. L. (2010). *Mercator XXI*. Lisboa: Dom Quixote.
- Luzzati, S. B., & Rocca, R. D. (2007). *Judaísmo*. Electa.
- Macena, L. (2003). Festas, Danças e Folguedos: Elementos de Identidade Local, Património Imaterial do nosso Povo. Em C. Martins, *Turismo, Cultura e Identidade* (pp. 64-76). São Paulo: Roca.
- Marques, M. (2001). *Concelho de Belmonte - Memória e História*. Belmonte: Paleta Gráfica - Edição da Câmara Municipal de Belmonte.
- Martins, C. (2003). Identidade: Percepção e Contexto. Em C. Martins, *Turismo, Cultura e Identidade* (pp. 39-48). São Paulo: Roca.
- Mateus, S. B., & Pinto, P. M. (2007). *Lisboa, 19 de abril de 1506 - O Massacre dos Judeus*. Lisboa: Alâtheia.
- Moniz, A. I. (2006). *A Sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores*. Ponta Delgada: Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade dos Açores.
- Mucznik, L. L., Tavim, J. A., Mucznik, E., & Mea, E. d. (2009). *Dicionário do Judaismo português*. Lisboa: Editorial Presença.
- Neves, B. A. (2003). Património Cultural e Identidades. Em C. Martins, *Turismo, Cultura e Identidade* (pp. 49-61). São Paulo: Roca.
- Nogueira, C. (2005). *Belmonte - Roteiro do Concelho*. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.
- Oliveira, E. S. (2008). *Impactos Socio-ambientais e Económicos do Turismo e suas Repercussões no Desenvolvimento Local: O caso de Itacaré – Bahia*. Ilhéus - Bahia: Universidade Estadual de Santa Cruz / Universidade Federal da Bahia.
- Paulo, A. (1985). *Os Judeus Secretos em Portugal*. Labirinto.
- PENT, M. d. (2007). *PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- PENT, M. d. (2011). *PENT - Propostas para Revisão no Horizonte 2015*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Pérez, X. P. (2009). *Turismo Cultural - Uma Visão Antropológica*. Tenerife: Pasos.
- RJD. (2011). Obtido em 18 de Novembro de 2011, de Rede de Judiarias de Portugal: <http://www.redejudiariasportugal.com/>
- Roca, Z., & Mourão, J. C. (2001). Identidade Local, Globalização e Desenvolvimento Rural: à Procura de Verificação Empírica. *I Congresso de Estudos Rurais - Mundo Rural e Património*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Schlüter, R. (2003). *Gastronomia e Turismo*. São Paulo: Aleph.
- Silva, D. T. (2009). *O Museu como Atracção Turística*. Obtido em 2 de Abril de 2011, de FAMA - Catalogo da Biblioteca da Universidade de Sevilha: <http://fama2.us.es:8080/turismo/turismonet1/economia%20del%20turismo/ultimos/museu%20como%20atractivo%20turistico.pdf>
- Silva, M. (2008). *Retorno ao Judaísmo no Nordeste Brasileiro: o Caso dos Marranos Potiguares*. São Paulo: Simpósio da Associação Brasileira da História das Migrações.
- Stylianou-Lambert. (2010). Gazing from Home: Cultural Tourism and Art Museums. *Annals of Tourism Research*, pp. 403-421.
- Tavares, M. J. (1995). *os Judeus na Época dos Descobrimentos*. Elo.
- UNESCO. (17 de Outubro de 2003). *Convention For The Safeguarding of Intangible Cultural Heritage*. Obtido em 15 de Novembro de 2011, de UNESCO: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf>
- Urry, J. (2007). *O Olhar do Turista*. São paulo: SESC.
- Valente, J. (9 de Novembro de 2011). *Em Defesa do Bairro Medieval do Sabugal*. Obtido em Janeiro de 2012, de Capeia Raiana: <http://capeiaarraiana.wordpress.com/2011/11/09/50985/>
- Vallbona & Costa. (2003). *Património Cultural*. Madrid: Sintesis.

Desempenho Económico e Financeiro dos Hospitais Empresarializados – Uma Análise Regional no Período entre 2007 e 2011

Economic and Financial Performance of Corporatized Hospitals – a Regional Analysis Between 2007 and 2011

Vítor Batista

vitor.batista@netcabo.pt

Investigador, Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra (CEI-SUC) e Grupo de Investigação do Departamento de Gestão e Economia
(Universidade da Beira Interior)

Vítor Raposo

vraposo@fe.uc.pt

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC)
Investigador, Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra
(CEISUC)

Resumo/Abstract

Recorrendo a dados da Administração Central do Sistema de Saúde, este trabalho visou a análise do desempenho económico-financeiro dos hospitais empresarializados, utilizando rácios (liquidez, funcionamento, financiamento e rentabilidade) numa perspetiva regional (NUTS II), concluindo pelo relativo melhor desempenho do conjunto dos hospitais da Região Norte, embora de forma inconsistente ao longo do tempo. No geral, os resultados traduzem, nas diferentes regiões, tendenciais perdas de liquidez, de autonomia financeira e solvabilidade, ao mesmo tempo que refletem uma diminuição da atividade e dos resultados.

Palavras-chave: Desempenho económico-financeiro, hospitais empresarializados, análise regional, NUTS II

Código JEL: I10, I18, L25

Using data from the Health System Central Administration, this study aimed to analyze the economic and financial performance of corporatized hospitals, using ratios methodology (liquidity, operating, financing and profitability) in a regional perspective (NUTS II), concluding by the relative better performance of all hospitals in the North, though inconsistently over time. Overall, the results show, in different regions, trend loss of liquidity, financial autonomy and solvency, while reflecting a decrease in activity and results.

Keywords: Economic and financial performance, corporatized hospitals, regional analysis, NUTS II

JEL Codes: I10, I18, L25

1. INTRODUÇÃO

O processo de empresarialização dos hospitais em Portugal caracteriza-se, atualmente, pela atribuição do estatuto de Entidades Públicas Empresariais (EPE) à maioria dos hospitais generalistas, especializados, Centros Hospitalares (CH) ou Unidades Locais de Saúde (ULS).

Por outro lado, prossegue o alargamento do estatuto EPE, reafirmando-se como sendo o modelo que melhor se adequa à gestão dos hospitais por compartilhar a autonomia de gestão com a sujeição à tutela governamental, assistindo-se a um reforço das experiências de criação de Centros Hospitalares, numa aparente aposta na melhoria da eficiência com base nas economias de escala, e das ULS, procurando estimular sinergias e conseguir ganhos de eficiência e efetividade, decorrentes da integração horizontal e vertical entre cuidados de saúde primários e hospitalares¹.

A atribuição do estatuto EPE aos hospitais ocorre em 2005², visando a melhoria da qualidade, do desempenho e da eficiência.

São vários os estudos sobre a bondade da adoção dos modelos de natureza empresarial, desde a sua criação³, bem como os estudos sobre a eficiência técnica do processo de empresarialização dos hospitais seguindo abordagens não paramétricas com recurso ao *Data Envelopment Analysis* (DEA). Por exemplo, alguns autores (Moreira, 2008, Rego, 2008, Harfouche, 2010, Rego et al., 2010) concluem pela melhoria da eficiência dos hospitais empresarializados, embora verificando também uma melhoria da eficiência dos hospitais que permaneceram no Setor Público Administrativo (SPA) (Rego, 2008).

Numa perspetiva diferente, autores como Silvestre e Araújo (2008), testando a influência da heterogeneidade e da densidade populacional sobre a eficiência dos hospitais EPE, concluem pela maior eficiência dos hospitais generalistas do que os especializados, ao mesmo tempo que são mais eficientes aqueles situados em áreas com mais população, confirmando que a heterogeneidade e a densidade populacional afetam, *ceteris paribus*, a eficiência

organizacional, salientando que os hospitais generalistas apresentam níveis de eficiência elevados em virtude das economias de gama, contrariando o pressuposto que as economias de escala resultam sempre em ganhos de eficiência.

Por seu turno Batista et al. (2015b, a) numa perspetiva de análise do desempenho económico e financeiro do setor dos hospitais empresa, no período compreendido entre 2002 e 2013, concluem pela degradação dos indicadores económicos e financeiros, evidenciando uma situação de insolvência técnica do setor.

Por outro lado, um estudo sobre o desempenho económico e financeiro dos CH (ERS, 2012) concluiu que o grupo de CH, entre 2008 e 2009, apresentou dificuldades em fazer face aos compromissos de curto e de longo prazo, bem como viu aumentado o prazo médio de pagamento e evidenciou uma diminuição da rendibilidade da atividade e dos capitais investidos, ressaltando que os resultados obtidos não evidenciam uma causalidade entre os mesmos e o modelo organizacional CH.

Estas análises, com diferentes tipos de dados, horizontes temporais e metodologias, não consideram a componente de desagregação regional nem que a empresarialização de entidades públicas, como os hospitais, deve observar a viabilidade económica e financeira das novas entidades, aliás como reconhecido pelo Eurostat⁴. Assim, o objetivo central deste trabalho é proceder à análise relativa ao desempenho económico e financeiro das diferentes entidades criadas e avaliar esse desempenho atendendo à sua distribuição regional no período compreendido entre 2007 e 2011.

2. BREVE ENQUADRAMENTO

2.1 As Entidades Hospitalares e sua Classificação

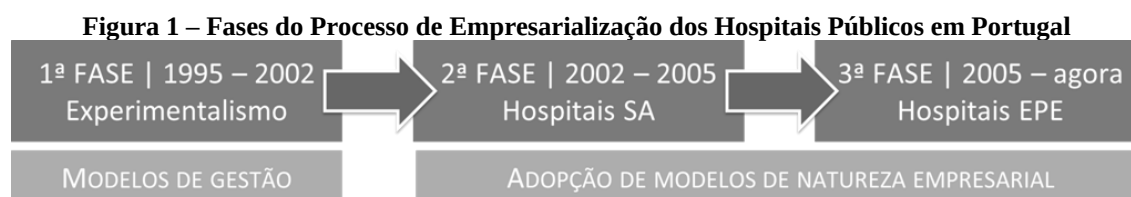
Desde meados dos anos de 1990 assiste-se a três fases do processo de empresarialização dos hospitais públicos em Portugal (Raposo, 2007, Raposo e Harfouche, 2011).

¹ A preocupação com os cuidados continuados e os cuidados domiciliários tem-se apresentado como uma preocupação mais recente no seio do Sistema de Saúde, e não tem sido diretamente incluída nas atuais experiências de integração de cuidados de saúde (ERS, 2012).

² Decreto-lei nº 93/2005, de 7 de junho.

³ Cfr. OPSS (2006).

⁴EUROPEAN COMMISSION 2008. EDP dialogue visit to Portugal - 11-12 February 2008 - Final Findings. Luxembourg: Eurostat.



Assim, na segunda metade da década de 1990 e até ao início do século XXI, assistiu-se ao experimentalismo no que se refere aos modelos alternativos de gestão⁵. A partir de 2002 assiste-se à alteração dos estatutos dos hospitais, com a adoção de modelos de natureza empresarial. Em 2002, 34 hospitais são transformados em 31 Sociedades Anónimas (SA)⁶, de capitais exclusivamente públicos e, a partir de 2005, assiste-se a uma nova orientação, com a transformação do estatuto SA para o estatuto EPE dos hospitais⁷. Este estatuto, ao longo do tempo, tem vindo a ser aplicado a outros hospitais do universo SPA, ao mesmo tempo que se assiste ao agrupamento destes hospitais em CH, colocando sob uma mesma equipa dirigente vários hospitais de uma mesma área, e de ULS, através de uma gestão integrada das várias unidades de saúde de uma região, visando a reorganização dos cuidados hospitalares a nível regional.

A evolução descrita está patente no *Quadro 1*, onde se destacam a criação crescente de CH (9 em 2005, para 21 em 2015) e de ULS (uma em 2005, para 8 em 2015) que foram integrando ao longo do tempo quer outros hospitais EPE (19 em 2005, para 10 em 2015) quer outros hospitais SPA (53 em 2005, para 5 em 2015). No final de 2015, existiam no Continente 39 unidades no universo EPE (10 hospitais, 21 CH e 8 ULS).

Por outro lado, ao longo do tempo, os hospitais têm sido classificados de acordo com o critério geográfico, atendendo às suas áreas de influência, e de acordo com as suas responsabilidades e valências exercidas, atendendo a critérios de base populacional.

Assim, no espírito da Lei de Bases da Saúde⁸, é promovida a articulação dos diferentes níveis de prestação de cuidados, em particular dos cuidados primários e secundários ou hospitalares, apesar da recente preocupação com os cuidados continuados e os cuidados domiciliários embora ainda não diretamente incluída nas atuais experiências de integração de cuidados de saúde. Com o Estatuto do SNS⁹ surge a preocupação com a integração de cuidados de saúde, quer a integração vertical, quer a integração horizontal.

A integração vertical, de que o modelo ULS é exemplo, consiste na agregação da prestação e gestão de serviços numa única entidade, promovendo a coordenação em rede de todos os elementos que fazem parte dessa unidade (ERS, 2012). I.e., uma única entidade é responsável pela prestação integrada de cuidados de saúde através da gestão dos vários níveis de prestação de cuidados.

Já a integração horizontal ocorre quando duas ou mais instituições de prestação de cuidados de saúde similares ou substitutos próximos se juntam formando uma instituição única, com o desiderato de eliminar redundâncias, gerar economias de escala, otimizar os serviços prestados e reforçar a articulação e complementaridade, técnica ou assistencial (ERS, 2012)¹⁰.

Como salienta Vaz (2010), inicialmente CH correspondia a um conjunto complementar de hospitais de natureza diversa, como por exemplo o ex-CH de Coimbra¹¹ que integrava um hospital geral, um hospital pediátrico e uma maternidade, distinguindo-se do GH que correspondia a um conjunto de hospitais de natureza semelhante, como por exemplo, os Hospitais Cívicos de Lisboa.

⁵ Em 1995, no Hospital Fernando da Fonseca (Amadora-Sintra) é realizada a primeira experiência de concessão ao setor privado da gestão de um hospital público, construído e equipado pelo Estado; em 1996, no Hospital de S. Sebastião (Feira) tem lugar a primeira experiência de gestão pública com estatuto mais flexível; esta experiência é replicada, em 1999, no Hospital do Barlavento Algarvio; ainda em 1999 é realizada a primeira experiência de gestão integrada do hospital e centros de saúde e, também, com estatuto mais flexível de gestão, na Unidade Local de Saúde de Matosinhos.

⁶ Decretos-lei nº 272/2002 (272 a 302) - 272 a 281, 282 a 292, 293 a 302, de 9/10/11 de dezembro de 2002.

⁷ Decreto-lei nº 93/2005, de 7 de junho.

⁸ Lei nº 48/90, de 24 de agosto.

⁹ Decreto-Lei nº 11/93, de 15 de janeiro.

¹⁰ São exemplos os CH, cujo regime de enquadramento e funcionamento foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 284/99, de 26 de Julho, que preconiza também o modelo de Grupo Hospitalar (GH).

¹¹ Integrado no CHUC, EPE, através do Decreto-Lei nº 30/2011, de 2 de março.

Quadro 1 – Evolução do processo de empresarialização

Estatuto		Antes 2002	2002- 2005	Meados 2005- 2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Hospitais	92											
	Centros Hospitalares	4											
	Unidades Locais de Saúde	1											
SA	Hospitais		24										
	Centros Hospitalares		6										
	Unidades Locais de Saúde		1										
SPA	Hospitais		53	47	35	23	15	12	6	5	5	5	5
	Centros Hospitalares		5	6	3	4	4	4	3	3	3	3	3
EPE	Hospitais			19	14	17	17	18	13	11	10	10	10
	Centros Hospitalares			9	16	16	18	18	21	21	21	21	21
	Unidades Locais de Saúde			1	2	5	5	6	7	8	8	8	8
Total EPE's				29	32	38	40	42	41	40	39	39	39

SA – Sociedade Anónima; SPA – Sector Público Administrativo; EPE – Entidade Pública Empresarial

Fonte: Construção dos autores.

Atualmente, o CH é definido como uma entidade dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e o conjunto de órgãos legalmente estabelecidos para os hospitais públicos, que integra um ou vários estabelecimentos hospitalares destituídos de personalidade jurídica. Já o GH é definido como um modelo composto por vários estabelecimentos hospitalares, embora sujeitos a coordenação ou administração comum¹².

Resulta, assim, que a designação de CH engloba ambos os conceitos estabelecidos em lei, de forma indiscriminada, distinguindo-se pelo facto de no GH os estabelecimentos integrados manterem a sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial (e.g., GH de Centro de Lisboa que integra o CH Lisboa Central, EPE, o Hospital Curry Cabral, EPE, e a Maternidade Alfredo da Costa (MAC))¹³.

Já os hospitais especializados nos cuidados a doentes oncológicos, os IPO's, surgem em Lisboa, por iniciativa do Prof. Doutor Francisco Gentil, em 29 de Dezembro de 1923, sob a designação de "Instituto Português para o Estudo do Cancro"¹⁴.

Visando dar resposta às necessidades sentidas no resto do país, relativas à assistência

oncológica, é criado em 1967, o Centro do IPO de Coimbra e, em 1974, o Centro do Porto do IPO Francisco Gentil, constituindo-se hoje como os polos de referência no tratamento de doenças oncológicas, no Norte, Centro e Sul do país.

Note-se que a todas estas entidades tem vindo a ser aplicada a legislação relativa aos estabelecimentos hospitalares do SNS, que, em cada momento, está em vigor. Aliás, como a legislação relativa ao CH expressamente consigna. Assim, quer os CH, quer as ULS, quer os IPO's são objeto das opções legislativas pela empresarialização dos hospitais, designando-se, por agora, como EPE e sendo classificados de acordo com as valências exercidas e com base em critérios de base populacional.

Se até à criação do SNS, mais concretamente até 1986, a organização e funcionamento dos serviços prestadores então existentes é estabelecida com base no critério geográfico, a partir de 1986, após a criação do SNS¹⁵, assiste-se a uma reorganização hospitalar com o Estatuto do SNS¹⁶ a preconizar a classificação de acordo com a natureza das suas responsabilidades e no quadro das valências efetivamente exerci-

¹² Decreto-Lei nº 284/99, de 26 de julho.¹³ Portaria 172/2011, de 27 de abril.¹⁴ Decreto 9333.¹⁵ Lei nº 56/79, de 15 de setembro¹⁶ Decreto-Lei nº 11/93, de 15 de Janeiro

Quadro 2 – A classificação dos Hospitais por grupos

	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
Área de Influência	Direta entre 75.000 e 500.000 habitantes	Direta e indireta	Direta e indireta	Direta e indireta
Valências	Medicina interna, neurologia, pediatria médica, psiquiatria, cirurgia geral, ginecologia, ortopedia, anestesiologia, radiologia, patologia Clínica, imuno-hemoterapia e medicina física e de reabilitação	Médicas e cirúrgicas do Grupo I, acrescido das valências de oftalmologia, pneumologia, cardiologia, reumatologia, gastroenterologia, nefrologia, hematologia clínica, infecciologia, oncologia médica, neonatologia, imunoalergologia, ginecologia/obstetrícia, dermatovene-reologia, otorrinolaringologia, urologia, cirurgia vascular, neurocirurgia, anatomia patológica, medicina nuclear e neurorradiologia	Todas as especialidades médicas e cirúrgicas, sendo que as áreas de maior diferenciação e subespecialização estão sujeitas a autorização do membro do Governo responsável pela área da saúde, sob proposta da Administração Central do Sistema de Saúde, IP.	
Outras Valências	De acordo com um mínimo de população servida e em função de mapas nacionais de referência e distribuição de especialidades médicas e cirúrgicas, designadamente oftalmologia, otorrinolaringologia, pneumologia, cardiologia gastroenterologia, hematologia clínica, oncologia médica, radioterapia, infecciologia, nefrologia, reumatologia e medicina nuclear	Definidas de acordo com um mínimo de população servida e em função de mapas nacionais de referência e distribuição de especialidades médicas e cirúrgicas	As áreas de maior diferenciação e subespecialização estão sujeitas a autorização do membro do Governo responsável pela área da saúde, sob proposta da Administração Central do Sistema de Saúde, IP	Oncologia, Grupo IV- a Medicina Física e Reabilitação, Grupo IV –b Psiquiatria e Saúde Mental, Grupo IV –c
Valências excluídas	Genética médica, farmacologia Clínica, imunoalergologia, cardiologia pediátrica, cirurgia vascular, neurocirurgia, cirurgia plástica, reconstrutiva e estética, cirurgia cardiorádica, cirurgia maxilofacial, cirurgia pediátrica, e neuroradiologia	Farmacologia clínica, genética médica, cardiologia pediátrica, cirurgia cardiorádica e cirurgia pediátrica		

¹ A área de influência indireta considera a área de influência direta dos hospitais que referenciam utentes para o hospital em causa.
Fonte: Portaria 82/2014, de 10 de abril.

das, agora retomado, assente em critérios de base populacional¹⁷.

Assim, as entidades hospitalares são agrupadas em quatro grupos (Grupo I, Grupo II, Grupo III, Grupo IV) atendendo à complexidade da resposta oferecida e com base em critérios de base populacional (Quadro 2), podendo as entidades de cada grupo estabelecer relações com as entidades dos demais grupos para as áreas em que não tenham capacidade técnica ou recursos disponíveis e formas de coordenação e continuidade de prestação de cuidados de saúde com os prestadores de cuidados primários e cuidados continuados da sua área de influência direta. Por outro lado, mediante

autorização prévia da ACSS, sob proposta da ARS respetiva, é prevista a possibilidade de acordos entre as entidades menos diferenciadas com aquelas mais diferenciadas, visando garantir a complementaridade e a proximidade de cuidados.

2.2 Distribuição regional

Desde 2005, com a adoção do estatuto EPE, os processos de integração, quer horizontal quer vertical, alteraram o retrato regional dos cuidados de saúde hospitalares caracterizado pela proliferação de CH e de ULS. O *Quadro 2* recupera a evolução nacional, no período 2006

¹⁷ Portaria 82/2014, de 10 de Abril

Quadro 2 – Evolução do processo de empresarialização regional no período 2006-2015

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	12	12	13	15	15	15	15	15	15	15
Hospitais	8	3	3	4	4	3	3	3	3	3
Centros Hospitalares	3	8	8	9	9	9	9	9	9	9
Unidades Locais de Saúde	1	1	2	2	2	3	3	3	3	3
Centro	7	6	10	9	10	9	9	9	9	9
Hospitais	6	4	7	6	6	2	2	2	2	2
Centros Hospitalares	1	2	2	2	2	5	5	5	5	5
Unidades Locais de Saúde			1	1	2	2	2	2	2	2
Lisboa e Vale do Tejo	8	10	10	11	12	12	11	11	11	11
Hospitais	5	6	5	5	6	6	4	4	4	4
Centros Hospitalares	3	4	5	6	6	6	6	6	6	6
Unidades Locais de Saúde							1	1	1	1
Alentejo	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Hospitais		1	1	1	1	1	1	1	1	1
Centros Hospitalares	1	1								
Unidades Locais de Saúde		1	2	2	2	2	2	2	2	2
Algarve	1	1	2	2	2	2	2	1	1	1
Hospitais			1	1	1	1	1			
Centros Hospitalares	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Unidades Locais de Saúde										
Nacional	29	32	38	40	42	41	40	39	39	39
Hospitais	19	14	17	17	18	13	11	10	10	10
Centros Hospitalares	9	16	16	18	18	21	21	21	21	21
Unidades Locais de Saúde	1	2	5	5	6	7	8	8	8	8

Fonte: Construção dos autores

a 2015, retratada no ponto anterior, desagregando-a por região apenas para o universo EPE.

A sua análise permite identificar, a nível regional, a mesma tendência encontrada no ponto anterior, verificando-se processos de integração horizontal e vertical em todas as regiões em consequência da criação de CH e de ULS que foram absorvendo diversos hospitais.

O mesmo quadro, mostra que o maior número de unidades hospitalares estão localizadas nas regiões Norte, Lisboa e Vale do Tejo seguindo-se o Centro. As regiões onde existem menos unidades são o Alentejo e o Algarve. Na região do Alentejo, o único CH existente foi transformado em ULS. Por seu turno na região do Algarve, o modelo ULS nunca foi adotado, tendo sido privilegiada a constituição de um grande CH. Estas alterações são notórias

quando se compara a estrutura da empresarialização existente em 2006 com a existente em 2015.

Assim, em 2006 temos uma estrutura onde predominam os H e os CH com uma única experiência ULS. A região Norte congrega o maior número de unidades de saúde – 8 H (42%), 3 CH (34%) – sendo a única região com uma ULS (100%); na região de Lisboa e Vale do Tejo existiam 3 CH (33%) e 5 H (26%); na região Centro existiam 6 H (32%) e 1 CH (11%); as regiões do Alentejo e do Algarve são as que apresentam o menor número de unidades, existindo um CH (11%) na região do Alentejo e um H (11%) na região do Algarve.

Por seu turno, em 2015 encontramos uma estrutura mais fragmentada no que diz respeito aos modelos adotados (H, CH e ULS). Continua a verificar-se a predominância de unidades

de saúde na região Norte – 9 CH (43%), 3 H (30%) e 3 ULS (37%); na região de Lisboa e Vale do Tejo existem 4 H (40%), 6 CH (28%) e uma ULS (13%); na região Centro existem 5 CH (24%), 2 H (20%) e 2 ULS (25%); as regiões do Alentejo e do Algarve são aquelas que continuam a apresentar o menor número de unidades, existindo um H (10%) e duas ULS (25%) na região do Alentejo e um CH (5%) na região do Algarve.

Para além da estrutura mais fragmentada no que diz respeito aos modelos adotados (H, CH e ULS), que traduzem os processos de integração horizontal e vertical mencionados no processo de empresarialização – tendência de empresarialização assente na concentração –, verificamos que no Algarve a estratégia de concentração assentou no modelo CH e no Alentejo a estratégia de concentração dominante adotada foi a ULS.

Quadro 3 – EPE Hospitalares: Distribuição Regional

	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve
Grupo I	CH do Alto Ave, EPE; CH do Médio Ave, EPE; CH Entre Douro e Vouga, EPE; CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE; CH Tâmega e Sousa, EPE; Hospital Santa Maria Maior, EPE; ULS de Matosinhos, EPE; ULS do Alto Minho, EPE; ULS do Nordeste, EPE	CH Cova da Beira, EPE; CH de Leiria, EPE; CH do Baixo Vouga, EPE; CH Médio Tejo, EPE; Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE; ULS da Guarda, EPE; ULS de Castelo Branco, EPE	CH Barreiro/Montijo, EPE; CH de Setúbal, EPE; Hospital Fernando da Fonseca, EPE	ULS Norte Alentejo, EPE; ULS do Baixo Alentejo, EPE; ULS do Litoral Alentejano, EPE	
Grupo II	CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE; CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE;	CH Tondela-Viseu, EPE	CH de Lisboa Ocidental, EPE; Hospital Garcia de Orta, EPE	Hospital Espírito Santo de Évora, EPE	CH do Algarve, EPE
Grupo III	CH de São João, EPE; CH Porto, EPE	CHU de Coimbra, EPE	CH de Lisboa Central, EPE; CH Lisboa Norte, EPE		
Grupo IV	IPO do Porto, Francisco Gentil, E.P.E. IV-a;	IPO de Coimbra, Francisco Gentil, E.P.E. IV-a;	IPO de Lisboa, Francisco Gentil, E.P.E. IV-a;		

Nota: Excluem-se os hospitais do Sector Público Administrativo (SPA), Parcerias Público-Privadas (PPP) e especializados em medicina física e reabilitação e psiquiatria e saúde mental.

Fonte: Portaria 82/2014, de 10 de abril.

Considerando o sistema hierárquico de divisão do território em regiões de acordo com “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos” (NUTS)¹⁸, designadamente

as NUTS II, é a seguinte a distribuição no território nacional (continente) das entidades hospitalares EPE classificadas nos respetivos grupos:

¹⁸ A nomenclatura subdivide-se em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos. Em 2015 entrou em vigor uma nova divisão regional em Portugal – NUTS 2013. Em relação à versão anterior – NUTS 2002 –, traduz-se por significativas alterações de número e de composição municipal das NUTS III, as quais passaram de 30 para 25 unidades territoriais, agora designadas de «unidades administrativas». Essas unidades administrativas correspondem às “Entidades Intermunicipais”, “Região Autónoma dos Açores” e “Região Autónoma da Madeira”. Quanto às NUTS I e II, esta nova versão de 2013 não implicou alterações, tendo apenas a designação da NUTS II “Lisboa” passado para “Área Metropolitana de Lisboa”. Assim, atualmente, os 308 municípios de Portugal agrupam-se em 25 NUTS III, 7 NUTS II e 3 NUTS I (INE, 2015).

res” e “Região Autónoma da Madeira”. Quanto às NUTS I e II, esta nova versão de 2013 não implicou alterações, tendo apenas a designação da NUTS II “Lisboa” passado para “Área Metropolitana de Lisboa”. Assim, atualmente, os 308 municípios de Portugal agrupam-se em 25 NUTS III, 7 NUTS II e 3 NUTS I (INE, 2015).

Quadro 4 - Hospitais EPE por NUTS II

NUTS II	Entidades	Grupos	Diploma
Norte	CH Tâmega e Sousa, EPE	I e C	Decreto-Lei n.º 326/2007 de 28 de setembro
	ULS de Matosinhos, EPE	I e C	Decreto-Lei n.º 93/2005 de 7 de junho
	CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	II e D	Decreto-Lei n.º 50-A/2007 de 28 de fevereiro
	CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	II e D	Decreto-Lei n.º 50-A/2007 de 28 de fevereiro
	CH Porto, EPE	III e E	Decreto-Lei n.º 326/2007 de 28 de setembro
	IPO do Porto, EPE	IV-a e F	Decreto-Lei n.º 93/2005 de 7 de junho
Centro	CH Cova da Beira, EPE	I e C	Decreto-Lei n.º 93/2005 de 7 de junho
	CH Médio Tejo, EPE	I e C	Decreto-Lei n.º 93/2005 de 7 de junho
	IPO de Coimbra, EPE	IV-a e F	Decreto-Lei n.º 93/2005 de 7 de junho
Área Metropolitana de Lisboa	CH de Setúbal, EPE	I e C	Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro
	CH de Lisboa Ocidental, EPE	II e D	Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro
	CH de Lisboa Central, EPE	III e E	Decreto-Lei n.º 50-A/2007 de 28 de fevereiro
	IPO de Lisboa, EPE	IV-a e F	Decreto-Lei n.º 93/2005 de 7 de junho
Alentejo	ULS Norte Alentejo, EPE	I e C	Decreto-Lei n.º 50-B/2007 de 28 de fevereiro
Algarve	CH do Algarve, EPE	II e C	Decreto-Lei n.º 93/2005 de 7 de junho

Nota: Apesar de algumas entidades terem sido criadas como tais antes de 2005 (e.g., CH Cova da Beira, ULS de Matosinhos) apenas se considera o diploma de atribuição do estatuto EPE.

3. METODOLOGIA

A análise económica e financeira é uma técnica que permite a análise de projetos e/ou entidades, recorrendo a indicadores económicos, financeiros, económico-financeiros e técnicos. No trabalho realizado, foram considerados os rácios de liquidez, que permitem caracterizar a capacidade das entidades para honrarem compromissos de curto prazo, rácios de funcionamento ou atividade, mais dinâmicos e que permitem aquilatar a eficiência financeira do setor, rácios de financiamento que caracterizam a estrutura financeira, dando indicações da capacidade das entidades honrarem os compromissos de médio e longo prazo, e rácios de rentabilidade relativos à rentabilidade das entidades e dos capitais investidos, fazendo-se a apresentação gráfica dos mesmos, visando traçar a trajetória de evolução, no período considerado (Neves, 2012, Fernandes et al., 2014).

Para efeitos de análise, foi considerada uma amostra de entre as entidades hospitalares EPE, designadamente CH, ULS e IPOs, criadas até 2007, inclusive, e classificadas¹⁹ como pertencentes aos Grupos I, II, III e IV-a e que, ao mesmo tempo fizessem parte do *clustering* realizado pela ACSS no processo de

*benchmarking*²⁰.

Atendendo ao fenómeno de integração horizontal e de integração vertical, através dos CH e das ULS, discutido no ponto anterior, e consequentes limitações de análise inerentes²¹, foram seleccionados 4 CH e 2 ULS classifica-

²⁰ O processo de *benchmarking* entre as instituições hospitalares do SNS “tem como objetivo fundamental melhorar o acesso e a qualidade do serviço prestado aos utentes e, simultaneamente, identificar aspetos particularmente relevantes em termos de melhoria do desempenho económico-financeiro das instituições”. Os grupos de hospitais foram determinados com recurso a *clustering* hierárquico após standardização de variáveis com capacidade explicativa dos custos e de Análise de Componentes Principais de entre as entidades hospitalares pertencentes ao setor empresarial do estado (exceto Hospitais Psiquiátricos) e PPP. A eficiência de cada instituição é determinada pela relação de custos com a medida “doente-padrão”. O cálculo do doente padrão baseia-se na transformação da atividade hospitalar por natureza heterogénea numa unidade de produção única de forma a possibilitar o exercício de comparação entre entidades. Importa esclarecer que o cálculo de doente padrão não incorpora especificidades particulares e toda a carteira de serviços das entidades hospitalares pelo que qualquer análise de dados deve considerar uma análise mais profunda de nível micro. Mais informação em <http://benchmarking.acss.min-saude.pt/benchmarking.aspx>.

²¹ O processo de integração foi reduzindo ao longo do tempo o número de unidades que podem ser comparadas, porque as suas contas deixam de existir enquanto unidade autónoma e, ao mesmo tempo, a nova realidade organizacional, quer como CH quer como ULS, define uma nova dimensão contabilística, económica e financeira. Por outro lado, algumas regiões possuem poucas unidades de saúde (por exemplo, a região do Algarve apenas dispõe de um CH). Estes dois fatores combinados reduzem o número de unidades passíveis de serem avaliadas (por exemplo, na região do Alentejo ficamos reduzidos a uma ULS e na região do Algarve a um CH).

¹⁹ De acordo com a Portaria 82/2014, de 10 de abril

das no Grupo I e Grupo C, respetivamente; 4 CH classificados no Grupo II, mas em que 1 é classificado, na metodologia da ACSS, como pertencendo ao Grupo C, 2 ao Grupo D e 1 ao Grupo E; 2 CH classificados no Grupo III e Grupo E, respetivamente; e 3 IPOs classificados no Grupo IV-a e Grupo F, respetivamente. Desta forma, analisam-se no total 10 CH, 2 ULS e os 3 IPO's.

Tendo em conta que os dados públicos – relatórios e contas das EPE hospitalares – disponibilizados pela ACSS²² no seu sítio apenas estão disponíveis até 2011 foi selecionado o período compreendido entre 2007 e 2011. Assim, tomando como unidade de análise as regiões definidas como NUTS II, procedeu-se à análise dos indicadores económico-financeiros das entidades hospitalares EPE selecionadas no período compreendido entre 2007 e 2011.

4. RESULTADOS

Após a análise aos dados relativos à informação proveniente do balanço e das demonstrações de resultados das entidades consideradas constroem-se e interpretam-se os rácios de liquidez, rácios de funcionamento ou atividade, rácios de financiamento e rácios de rendibilidade, visando avaliar o desempenho económico-financeiro, no período considerado, e nas diferentes regiões do país.

4.1 Portugal

Para o período de 2002 a 2013, Batista et al. (2015b, a), numa perspetiva de análise agregada do desempenho económico e financeiro do setor dos hospitais empresa, concluem pela degradação dos indicadores económicos e financeiros, evidenciando uma situação de insolvência técnica do setor.

Concretamente, no período compreendido entre 2007 e 2011 assiste-se a uma deterioração da tesouraria²³, bem como dos rácios de

autonomia financeira e solvabilidade dos hospitais EPE. Já quanto aos rácios de atividade há uma evolução negativa, quer do rácio dos resultados financeiros em relação às vendas e prestações de serviços, quer do rácio relativo aos custos de pessoal, o que traduz uma diminuição da produtividade apesar das medidas de redução salarial e de redução de efetivos, parecendo ficar a dever-se mais à diminuição do volume de negócios²⁴. Por outro lado, verifica-se um crescimento de cerca de 5 meses, no início do período, para cerca de 13 meses, no último ano, para fazer às dívidas a terceiros de curto prazo, maioritariamente dívidas a fornecedores. Por seu lado, os rácios de rendibilidade revelam a deterioração dos capitais próprios e a persistência de prejuízos.

4.2 Norte

Na região Norte, o conjunto de EPE analisado apresenta uma tendência decrescente dos rácios de liquidez, o que pode deixar antever futuras dificuldades de tesouraria. Por outro lado, apresentam também uma tendência de decréscimo dos rácios de autonomia financeira e solvabilidade, mostrando a potencial falta de capacidade para honrar os compromissos de médio e longo prazo com meios próprios.

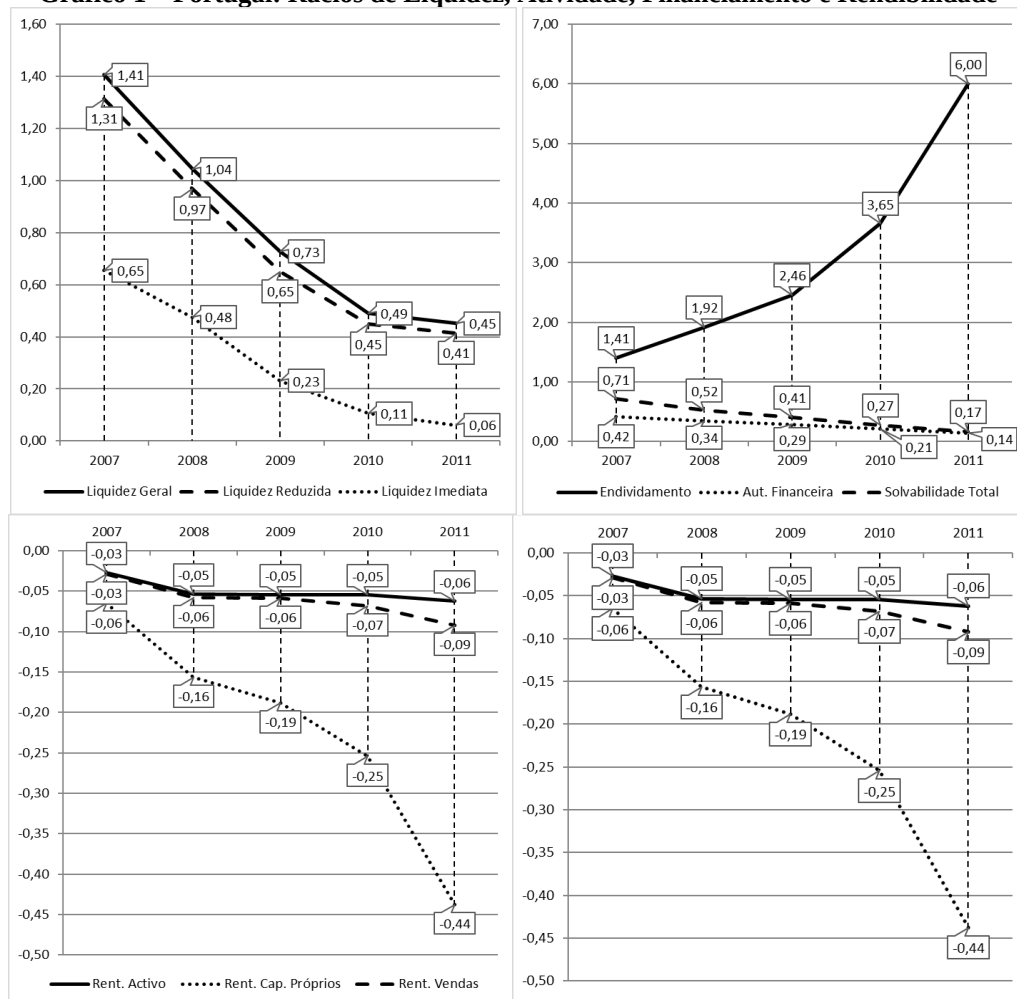
Já quanto aos indicadores de atividade, estes mostram, por um lado, a deterioração dos resultados financeiros, bem como uma diminuição do rácio custos de pessoal em proporção do volume de negócios, em particular no último ano do período considerado. Por outro lado, verifica-se um crescimento de cerca de 3 meses, no início do período, para cerca de 8 meses, no último ano, para fazer às dívidas a terceiros de curto prazo, maioritariamente dívi-

²² Cfr., por exemplo, o sítio da ACSS (mais informação em <http://is.gd/87hEo8>). Até à data, o sítio da ACSS não disponibilizava online os Relatórios de Contas dos Hospitais EPE a partir de 2011.

²³ Traduzida por rácios de liquidez inferiores à unidade a partir de 2008, sendo que o rácio de liquidez reduzida apresenta idêntica tendência e magnitude o que faz prever a inexistência de “stocks mortos”, enquanto o rácio de liquidez imediata é sempre inferior a 1 o que reforça que o setor enfrenta dificuldades em honrar os compromissos de curto prazo, essencialmente fruto do substancial crescimento das dívidas de curto prazo, quer no país, quer em cada uma das regiões consideradas, o que é melhor captado pelos indicadores de atividade, mais dinâmicos.

²⁴ A evolução desfavorável da produtividade, calculada através do Valor Acrescentado Bruto a custo de factores (VABcf) *per capita*, em 2010 (VABcf *per capita* = 26), 2011 (VABcf *per capita* = 20,2), apesar da redução de efetivos, teve como principal causa a diminuição do volume de negócios (Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, 2012, 2013, 2014). O VABcf representa o valor de produção deduzido das compras de bens e serviços (excluindo as mercadorias) mais ou menos, consoante a variação positiva ou negativa dos stocks de matérias primas subsidiárias e de consumo, e deduzidos de outros impostos sobre a produção ligados ao volume de negócios mas não dedutíveis. Representa a fração que fica para distribuição do VAB, após o pagamento de todos os impostos sobre a produção e o recebimento de todos os subsídios sobre a produção. VABcf é o valor acrescentado bruto ao custo de factores que pretende refletir o que os produtores pagam aos detentores dos factores produtivos utilizados na produção.

Gráfico 1 – Portugal: Rácios de Liquidez, Atividade, Financiamento e Rendibilidade

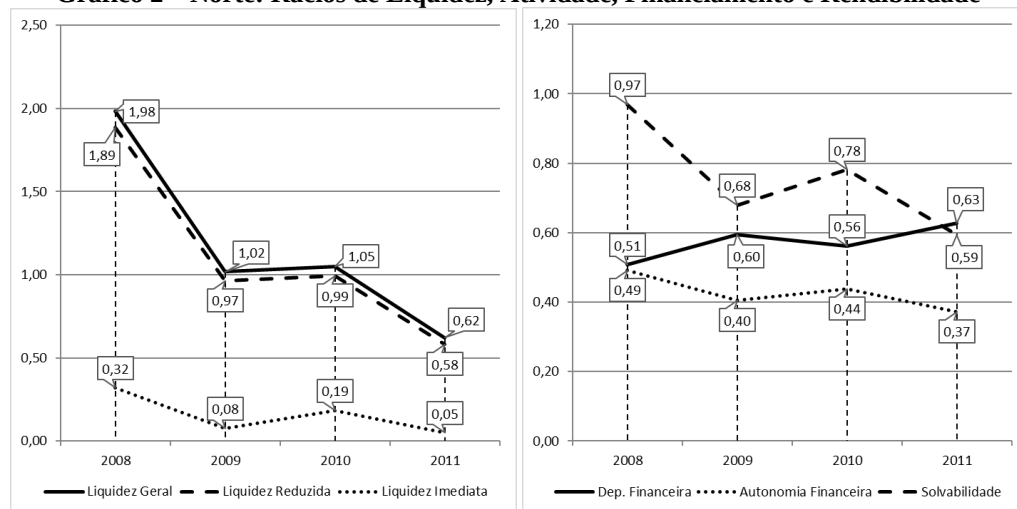


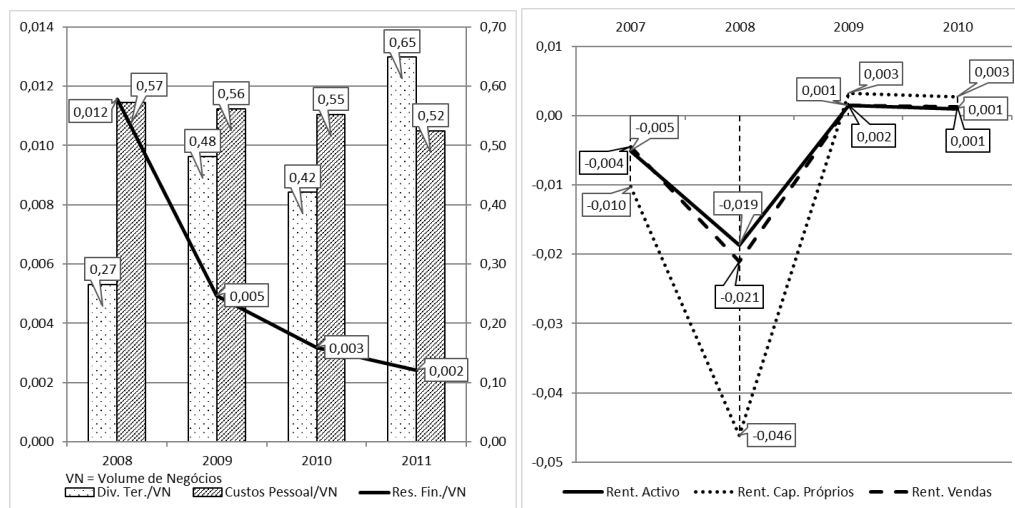
das a fornecedores.

Em termos de rendibilidade, o conjunto analisado apresenta uma trajetória de, primeiro perda de rendibilidade, seguida de uma recuperação e estabilização em valores próximos de

zero, denotando uma ténue e inconsistente, mas evidente recuperação do retorno dos investimentos, dos capitais próprios e de resultados.

Gráfico 2 – Norte: Rácios de Liquidez, Atividade, Financiamento e Rendibilidade





4.3 Centro

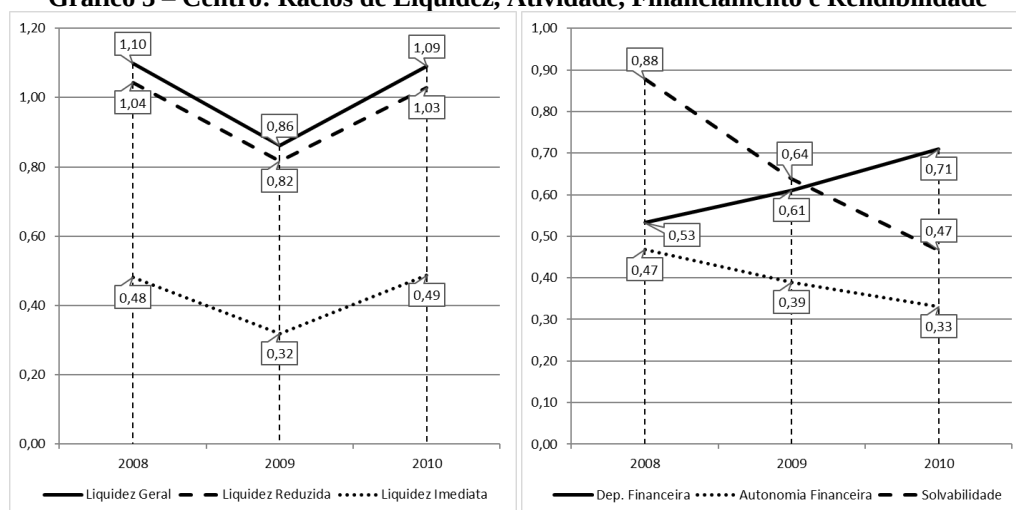
No conjunto das entidades da região Centro os rácios de liquidez, depois de uma diminuição, evidenciam uma recuperação, embora denotando a capacidade das entidades fazerem face às dívidas de curto prazo. No entanto, verifica-se uma deterioração dos rácios de autonomia financeira e solvabilidade, mostrando a falta de capacidade das entidades para satisfazer os compromissos que se vão vencendo.

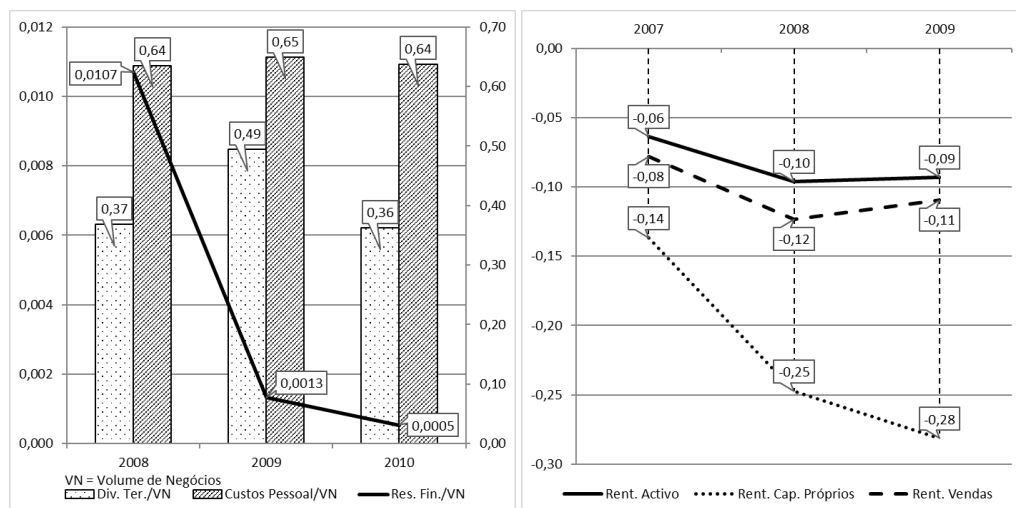
No que se refere à atividade, verifica-se a mesma tendência dos rácios relativos aos cus-

tos de pessoal e resultados financeiros que na região anterior, enquanto mostra uma situação de um nível médio de dívidas em relação às vendas e prestações de serviços significando uma média próxima dos 5 meses de atividade necessários para fazer face às dívidas de curto prazo.

Já quanto aos rácios de rendibilidade, estes evidenciam a falta de rendibilidade dos investimentos e dos capitais próprios, bem como evidenciam os prejuízos acumulados ao longo do período.

Gráfico 3 – Centro: Rácios de Liquidez, Atividade, Financiamento e Rendibilidade





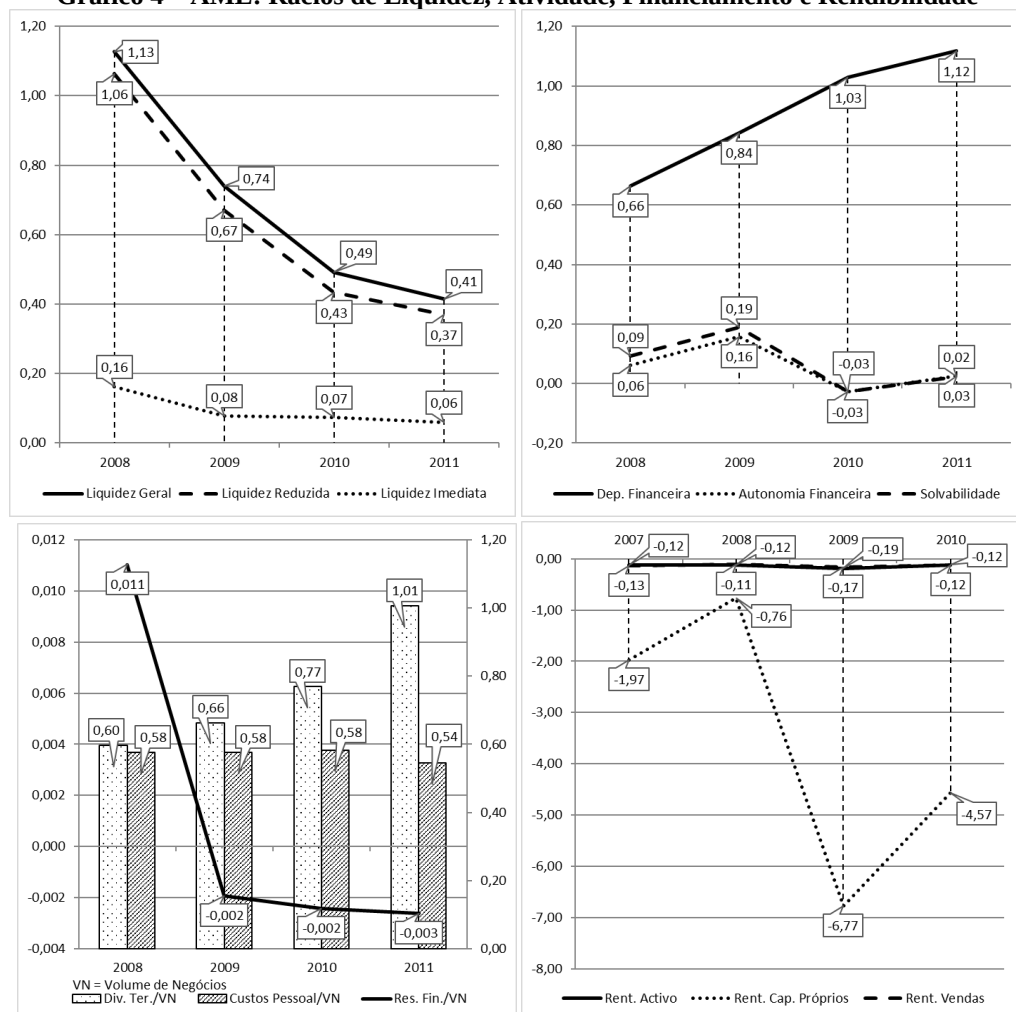
Nota: Por não ter sido possível obter dados relativos a uma entidade no último ano do período considerado, só se apresentam os resultados até 2010 do conjunto das entidades, por forma a não deturpar os resultados e a análise

4.4 Área Metropolitana de Lisboa

Na região AML, o conjunto das entidades analisadas mostram uma tendência decrescente dos rácios de liquidez para valores que deixam

antever dificuldades de tesouraria, ao mesmo tempo que apresentam baixo grau de autonomia financeira e de solvabilidade, mostrando a dificuldade em honrar os compromissos com meios próprios.

Gráfico 4 – AML: Rácios de Liquidez, Atividade, Financiamento e Rendibilidade



Quanto aos rácios de atividade mostram todos eles uma deterioração, com o nível médio de dívidas de curto prazo a apresentar um crescimento dos meses de atividade necessários para fazer face às dívidas de curto prazo de cerca de 7 meses em 2008 para cerca de 12 meses em 2011.

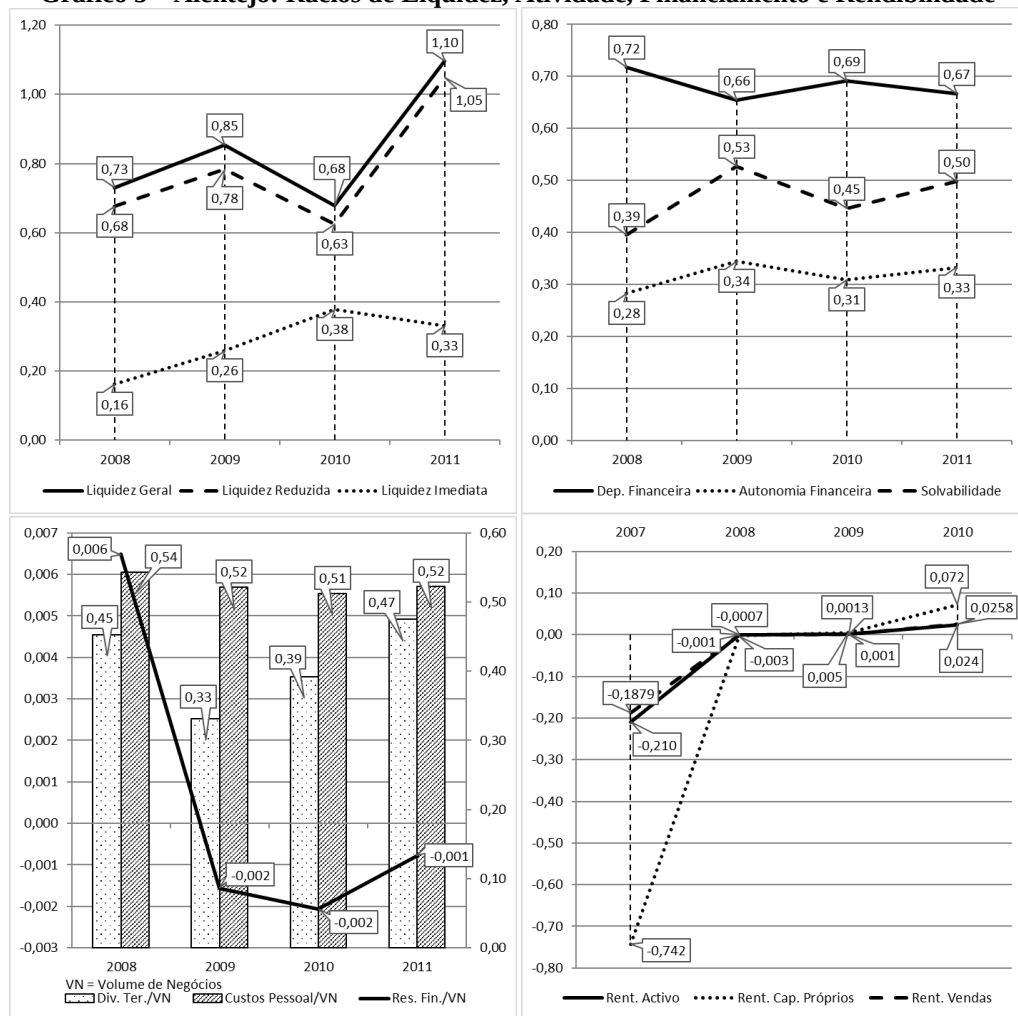
Por seu lado, os rácios de rendibilidade evidenciam a falta de rendibilidade dos investimentos, do capital próprio e a persistência de prejuízos acumulados.

4.5 Alentejo

Na região do Alentejo a entidade analisada parece não apresentar dificuldades de tesouraria para fazer face a dívidas de curto prazo, embora com baixo grau de autonomia financeira e evidenciando dificuldades para fazer face a compromissos de médio e longo prazo com meios próprios.

Quanto à atividade verifica-se uma deterioração dos rácios, com os meses de atividade

Gráfico 5 – Alentejo: Rácios de Liquidez, Atividade, Financiamento e Rendibilidade

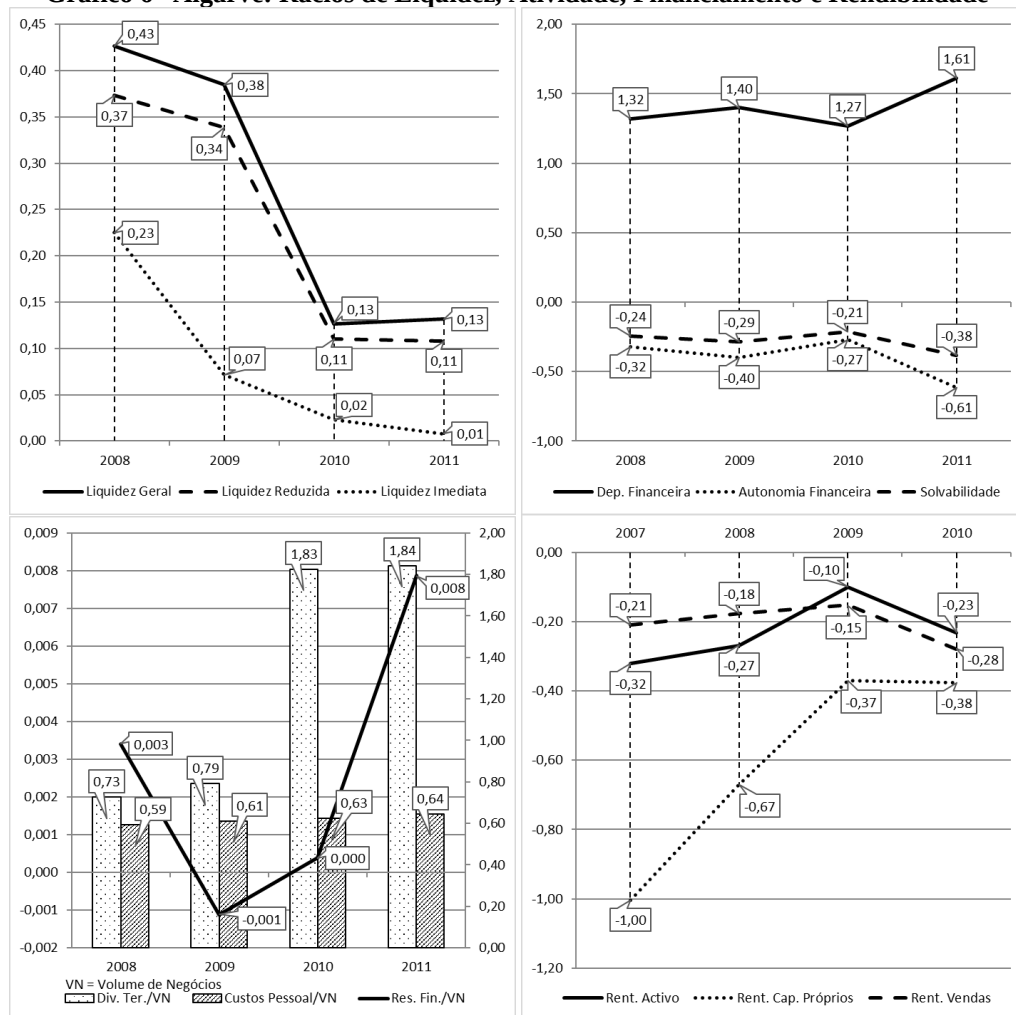


para fazer face às dívidas de curto prazo a crescer ligeiramente de uma média de 5 para 5,5 meses.

Contudo, a tendência dos rácios de rendibilidade é de crescimento para se tornarem positivos, embora próximo de zero, em 2011, evidenciando a recuperação ténue e pouco consistente, em particular dos resultados.

4.6 Algarve

Na região do Algarve, a única entidade existente e analisada apresenta uma tendência de degradação dos rácios de liquidez, deixando antever dificuldades de tesouraria, apresentando também dificuldades em honrar compromissos de médio e longo prazo evidenciado por rácios negativos e tendencialmente decrescentes de autonomia financeira e solvabilidade.

Gráfico 6– Algarve: Rácios de Liquidez, Atividade, Financiamento e Rendibilidade

Ao contrário das restantes entidades das diferentes regiões, aqui assiste-se a uma recuperação do rácio de resultados financeiros, mantendo contudo similaridades com as restantes no que respeita ao rácio de custos de pessoal em relação às vendas e prestações de serviços, denotando um decréscimo menor dos custos pessoal, em termos proporcionais, ao do volume de negócios. Já o número médio de meses de atividade necessários para fazer face às dívidas de curto prazo cresce de cerca de 9 meses para 22 meses.

Por outro lado, é notória a falta de rentabilidade, devido quer aos prejuízos acumulados, quer à deterioração do capital próprio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não sendo possível fazer uma análise mais atualizada face à inexistência de dados, este trabalho torna-se relevante, na medida em que visa, por um lado, uma abordagem do desempenho económico e financeiro dos hospitais

empresa e, por outro, uma análise com base no critério regional ainda não realizadas. Por outro lado, constitui-se como uma base para trabalhos futuros e análises comparativas de diferentes períodos, logo que a disponibilidade de dados o permita, ao mesmo tempo que permite tirar algumas conclusões.

Assim, a análise realizada permite constatar que o conjunto das entidades da região Norte apresentam, em geral, indicadores de liquidez e financiamento que se traduzem pela sua capacidade para satisfazer todos os compromissos com terceiros, embora com uma tendência decrescente, quer dos rácios de liquidez, quer de financiamento.

Já o conjunto das entidades da região Centro, região AML e a entidade analisada do Algarve apresentam indicadores de liquidez (à exceção da região Centro) e de financiamento que revelam dificuldades de tesouraria, bem como a incapacidade para solver compromissos de médio e longo com meios próprios, ao mesmo tempo que apresentam falta de rentabi-

lidade, essencialmente devido à persistência de resultados negativos.

Já a entidade analisada na região do Alentejo parece apresentar, ao longo do período considerado, uma recuperação da capacidade de tesouraria, dos resultados, bem como dos indicadores de financiamento que, no entanto, não evidenciam ainda a capacidade da entidade para solver os compromissos que se vão vencendo.

Por outro lado, quanto aos indicadores de atividade, todas as regiões apresentam uma evolução do rácio de resultados financeiros em relação às vendas e prestações de serviços que não se coadunam com a atividade das entidades. Já a evolução do rácio de custos de pessoal, apesar das políticas de redução salarial (designadamente, cortes salariais, redução dos suplementos e aumento do horário de trabalho de 35h/semana para 40h/semana) e de redução de efetivos, reflete a diminuição do volume de negócios. De facto, como referido e assumido pelas autoridades nacionais, verifica-se uma diminuição da produtividade, quando calculada através do VABfc *per capita*, que tem como principal causa a diminuição do volume de negócios (Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, 2012, 2013, 2014).

Finalmente, o rácio de dívidas de curto prazo mostra que são necessários no Norte, Centro e Alentejo cerca de 5 meses de atividade para fazer face às dívidas de curto prazo, que na sua maior parte dizem respeito a dívidas a fornecedores, enquanto no Algarve são necessários cerca de 16 meses.

Esta análise por regiões vem corroborar os resultados de Batista et al. (2015b, a), em relação à análise do processo de evolução da empresarialização dos hospitais a nível nacional e por um período mais alargado (entre 2002 e 2013), e da ERS (2012) relativamente aos grupo de CH (entre 2008 e 2009). Regionalmente verifica-se também a tendência decrescente dos rácios de liquidez, a perda de autonomia financeira e solvabilidade, traduzindo as tendencias dificuldades em honrar os compromissos, quer de curto prazo, como de médio e longo prazo, uma diminuição da rendibilidade da atividade e dos capitais investidos, e défices operacionais crescentes o que aumenta as necessidades de endividamento, revelando uma trajetória de insustentabilidade.

A persistência de défices e o nível de endividamento poderá conduzir a uma necessidade de financiamento líquido deste subsector do SNS, colocando o Estado perante as condicionantes decorrentes dos critérios do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC)²⁵, e, em particular, perante o novo quadro conceptual, SEC 2010²⁶, cuja delimitação setorial leva à inclusão dos hospitais empresa no perímetro das AP, o que conduzirá a um agravamento do défice das Administrações Públicas, na perspetiva das contas nacionais, bem como da dívida pública.

²⁵ SEC ou Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais é uma metodologia para a produção de contas nacionais na União Europeia, cujo objectivo é o estabelecimento de normas, definições, nomenclaturas e regras contabilísticas comuns a todos os Estados membros da União Europeia, visando a elaboração de contas e quadros em bases comparáveis.

²⁶ O SEC 2010, publicado no Jornal Oficial em 26 de Junho de 2013 (Regulamento nº 549/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2014) e com aplicação a partir de Setembro de 2014, sucede ao SEC 95 que entrou em vigor com a publicação do Regulamento do Conselho (EC) nº 2223/96, de 25 de Junho de 1996. Com a introdução do SEC 2010, o ano de 2011 passa a ser a referência para os dados estatísticos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Batista, V., Manso, J. R. P. e Raposo, V. Corporatization of Public Hospitals in Portugal – do we have better economic financial results? XXXV Jornadas de Economia da Saúde, 17-19/Junho, 2015a Granada.
- Batista, V., Manso, J. R. P. e Raposo, V. Empresarialização dos hospitais públicos - Como evoluíram a sua situação económica e os resultados económico-financeiros? 14ª Conferência Nacional de Economia da Saúde, 15-16/Outubro, 2015b Lisboa.
- Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (2012) Sector Empresarial do Estado - Relatório de 2012. Lisboa: Ministério das Finanças.
- Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (2013) Sector Empresarial do Estado - Relatório de 2013. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (2014) Sector Empresarial do Estado - Relatório 2014. Lisboa: Ministério das Finanças e Administração Pública.
- ERS (2012) Estudo de Avaliação dos Centros Hospitalares. Lisboa: Entidade Reguladora da Saúde.
- Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E. e Neiva, J. (2014) *Análise Financeira*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Harfouche, A. 2010. *Opções Políticas em Saúde Efeitos sobre a Eficiência Hospitalar*. PhD, Universidade Nova de Lisboa.
- INE (2015) NUTS 2013: As Novas Unidades Territoriais para Fins Estatísticos. Lisboa: INE.
- Moreira, S. (2008) "Efficiency Analysis Of Public Hospitals Transformed Into Public Corporations: An Application Of Data Envelopment Analysis". *Banco de Portugal - Economic Bulletin*, pp 119-141.
- Neves, J. C. d. (2012) *Análise e Relato Financeiro*, Lisboa, Texto Editores.
- OPSS (2006) Relatório de Primavera 2006 - Um ano de governação em Saúde: Sentidos e Significados. In: Observatório Português Dos Sistemas De Saúde (ed.) *Observatório da Saúde*. Coimbra: Mar da Palavra - Edições, Lda.
- Raposo, V. 2007. *Governança hospitalar - uma proposta conceptual e metodológica para o caso português*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Raposo, V. e Harfouche, A. (2011) Governing Public Hospitals - Portugal. In: Saltman, R. B., Durán, A. and Dubois, H. F. W. (eds.) *Governing Public Hospitals - Reform strategies and the movement towards institutional autonomy*. Copenhagen: European Observatory on Health Systems and Policies, pp 217-240.
- Rego, G. (2008) *Gestão Empresarial dos Serviços Públicos: Uma Aplicação ao Sector da Saúde*, Porto, Vida Económica.
- Rego, G., Nunes, R. e Costa, J. (2010) "The challenge of corporatisation: the experience of Portuguese public hospitals". *European Journal of Health Economics*, 11, pp 367-381.
- Silvestre, H. M. C. e Araújo, J. F. A Gestão por Resultados no Sector Público: O Caso dos Hospitais EPE. 6º Congresso Nacional da Administração Pública, 2008 Centro de Congressos de Lisboa.
- Vaz, A. M. (2010) Hospitais Públicos Portugueses. In: Simões, J. (ed.) *30 Anos do Serviço Nacional de Saúde - um percurso comentado*. Coimbra: Almedina, pp 297-353.

ANEXO 1 - RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

		Rátios de Liquidez			Rátios de Funcionamento			Rátios de Financiamento			Rátios de Rendibilidade		
NUTS II	2008 - 2011	Liquidez Geral	Liquidez Reduzida	Liquidez Imediata	DT/VN	CP/VN	RF/VN	Dep. Financeira	Autonomia Financeira	Solvabilidade	R. activo	R. Cap. Próprios	R. das vendas
Norte	08	1,983	1,885	0,320	0,265	0,573	0,012	0,508	0,492	0,970	-0,005	-0,010	-0,004
	09	1,018	0,965	0,077	0,481	0,561	0,005	0,595	0,405	0,680	-0,019	-0,046	-0,021
	10	1,051	0,992	0,185	0,421	0,552	0,003	0,561	0,439	0,781	0,001	0,003	0,002
	11	0,622	0,580	0,049	0,649	0,524	0,002	0,627	0,372	0,594	0,001	0,003	0,001
Centro	08	1,099	1,042	0,480	0,368	0,635	0,011	0,533	0,467	0,877	-0,064	-0,137	-0,078
	09	0,862	0,817	0,319	0,494	0,649	0,001	0,611	0,389	0,637	-0,096	-0,247	-0,123
	10	1,089	1,029	0,487	0,362	0,638	0,001	0,710	0,331	0,467	-0,093	-0,281	-0,109
	11												
AML	08	1,126	1,062	0,163	0,596	0,576	0,011	0,664	0,061	0,092	-0,120	-1,972	-0,134
	09	0,741	0,670	0,077	0,663	0,575	-0,002	0,842	0,158	0,188	-0,121	-0,764	-0,114
	10	0,492	0,433	0,073	0,769	0,583	-0,002	1,028	-0,028	-0,027	-0,191	-6,772	-0,168
	11	0,415	0,369	0,060	1,006	0,545	-0,003	1,117	0,026	0,023	-0,119	-4,571	-0,118
Alentejo	08	0,730	0,677	0,161	0,453	0,543	0,006	0,717	0,283	0,395	-0,210	-0,742	-0,188
	09	0,854	0,783	0,258	0,332	0,522	-0,002	0,655	0,345	0,527	-0,001	-0,003	-0,001
	10	0,680	0,625	0,378	0,392	0,512	-0,002	0,691	0,309	0,447	0,001	0,005	0,001
	11	1,096	1,049	0,331	0,475	0,522	-0,001	0,667	0,333	0,499	0,024	0,072	0,026
Algarve	08	0,426	0,373	0,225	0,727	0,592	0,003	1,321	-0,321	-0,243	-0,322	-1,003	-0,210
	09	0,385	0,339	0,071	0,791	0,612	-0,001	1,400	-0,400	-0,286	-0,268	-0,671	-0,176
	10	0,127	0,110	0,023	1,826	0,625	0,000	1,269	-0,269	-0,212	-0,100	-0,371	-0,153
	11	0,132	0,108	0,008	1,843	0,645	0,008	1,614	-0,614	-0,380	-0,232	-0,377	-0,279
Nacional	08	1,045	0,967	0,475	0,407	0,585	0,008	1,9198	0,3423	0,5209	-	-	-
	09	0,727	0,650	0,231	0,598	0,583	0,001	2,4600	0,2890	0,4065	0,0543	0,1881	0,0588
	10	0,490	0,448	0,106	0,817	0,579	0,000	3,6548	0,2148	0,2736	0,0547	0,2545	0,0681
	11	0,451	0,415	0,061	1,087	0,558	0,000	5,9989	0,1429	0,1667	0,0625	0,4373	0,0923

NORMAS PARA OS ARTIGOS A SUBMETER À REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

A. Normas respeitantes à aceitação e avaliação dos artigos

1. Embora a Revista Portuguesa de Estudos Regionais (RPER) não seja membro do Committee on Publication Ethics (COPE), a sua Direção Editorial decidiu declarar a sua adesão aos princípios do Código de Conduta do COPE, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012

(<http://publicationethics.org/files/Code%20of%20conduct%20for%20journal%20editors4.pdf>).

2. Só serão em princípio aceites para avaliação na RPER artigos que nunca tenham sido publicados em nenhum suporte (outra revista ou livro, incluindo livros de Atas). Excetua-se a divulgação anterior em séries do tipo “working papers” (eletrónicas ou em papel). Outras exceções pontuais podem ser aceites pela Direção Editorial, se os direitos de reprodução estiverem salvaguardados.

3. Ao enviar uma proposta de artigo para a Revista, os autores devem renunciar explicitamente a submetê-la para publicação a qualquer outra revista ou livro até à conclusão do processo de avaliação. Para o efeito deverão sempre enviar, juntamente com o artigo que submetem, uma declaração assinada neste sentido. No caso de recusa do artigo pela Direção Editorial, os autores ficarão livres para o publicar noutra parte.

4. Os artigos submetidos à Direção Editorial para publicação serão sempre avaliados (anonimamente) por dois especialistas na área, convidados para o efeito pela Direção Editorial. Os dois avaliadores farão os comentários que entenderem ao artigo e classificá-lo-ão de acordo com critérios definidos pela Direção Editorial. Os critérios de avaliação procurarão refletir a originalidade, a consistência, a legibilidade e a correção formal do artigo. No prazo máximo de 16 semanas após a submissão do artigo, os seus autores serão contactados pela Direção Editorial, sendo-lhes comunicado o resultado da avaliação feita.

O processo de avaliação tem três desenlaces possíveis:

(1) O artigo é admitido para publicação tal como está (ou com meras alterações de pormenor) e é inserido no plano editorial da revista. Neste caso, a data previsível de publicação será de imediato comunicada aos autores.

(2) O artigo é considerado aceitável mas sob condição de serem efetuadas alterações significativas na sua forma ou nos seus conteúdos. Neste caso, os autores disporão de um máximo de 6 semanas para, se quiserem, procederem aos ajustamentos propostos e para voltarem a submeter o artigo, iniciando-se, após a receção da versão corrigida, um novo processo de avaliação.

(3) O artigo é recusado.

5. A RPER poderá organizar números especiais de natureza temática, na sequência de conferências, *workshops* ou outros eventos relevantes na sua área de interesse. Embora nestes casos o processo de avaliação dos artigos possa ser simplificado, a RPER manterá ainda assim, escrupulosamente, o princípio de revisão pelos pares de todos os artigos.

6. Excecionalmente a RPER poderá contudo publicar artigos “por convite”, ou seja não sujeitos ao crivo de revisores. A singularidade destes artigos será sempre assinalada, de forma transparente, na sua primeira página.

7. A RPER reconhece o direito dos membros da sua Direção Editorial (incluindo o seu Diretor) a submeterem artigos para publicação. Sempre que um membro da Direção Editorial é autor ou coautor de um artigo, então é necessariamente excluído do processo de revisão, em todos os seus passos, incluindo a decisão final.

8. A RPER reconhece o direito de recurso de qualquer sua decisão relativa à aceitação de um artigo para publicação. Esse recurso é endereçado ao Diretor que deverá informar toda a Direção Editorial. Os termos do recurso serão enviados aos revisores, que terão um prazo máximo de 30 dias para se pronunciarem em definitivo. No caso de não haver acordo entre os dois *referees*, a Direção Editorial tem obrigatoriamente de indicar um terceiro especialista. Não existe novo recurso, para uma segunda decisão que decorra deste processo.

9. A RPER encoraja a publicação de críticas relevantes, por outros autores, a artigos publicados nas suas páginas. Os autores criticados têm sempre a possibilidade de resposta.

10. Os *referees* estão sujeitos ao dever de confidencialidade, quer quanto ao conteúdo dos artigos que apreciam, quer quantos aos seus próprios comentários, devendo mais em geral garantir que todo o material que lhes é submetido é tratado em confiança. Será sempre enviada aos revisores a informação sobre os princípios do Código de Conduta referido em 1.

11. Uma vez o artigo aceite, e feito o trabalho de formatação gráfica prévio à sua publicação na revista, serão enviadas ao autor as respetivas provas tipográficas para revisão. As eventuais correções que este quiser fazer terão de ser devolvidas à Direção Editorial no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da sua receção. Só serão aceites correções de forma.

12. Ao autor e a cada um dos coautores de cada artigo aceite será oferecido um exemplar do número da Revista em que o artigo foi publicado.

13. Os originais, depois de formatados de acordo com as presentes normas, não poderão exceder as 30 páginas, incluindo a página de título, a página de resumo, as notas, os quadros, gráficos e mapas e as referências bibliográficas.

14. As propostas de artigo deverão ser enviadas por e-mail para rper.geral@gmail.com, ou pelo correio, para o Secretariado da RPER: APDR - Universidade dos Açores, Rua Capitão João d'Ávila 9700-042 Angra do Heroísmo – PORTUGAL. Para comunicação posterior o contacto com o Secretariado far-se-á pelo: e-mail: rper.geral@gmail.com.

B. Normas respeitantes à estrutura dos artigos

1. Os autores deverão enviar o artigo completo (conforme os pontos seguintes), por e-mail ou em CD-rom, para o os contactos referidos no ponto 14 das Normas A.

2. Os textos deverão ser processados em Microsoft Word for Windows (versão 97 ou posterior). O texto deverá ser integralmente a preto e branco.

3. Na publicação os gráficos, mapas, diagramas, etc. serão designados por “figuras” e as tabelas por “quadros”.

4. As eventuais figuras e quadros deverão ser disponibilizados de duas formas distintas: por um lado devem ser colocados no texto, com o aspeto pretendido pelos autores. Para além disso, deverão ser disponibilizados em ficheiros separados: os quadros, tabelas e gráficos serão entregues em Microsoft Excel for Windows, versão 97 ou posterior (no caso dos gráficos deverá ser enviado tanto o gráfico final como toda a série de dados que lhe está na origem, de preferência no mesmo ficheiro e um por worksheet); para os mapas deverá usar-se um formato vetorial em Corel Draw (versão 9 ou posterior).

5. As expressões matemáticas deverão ser tão simples quanto possível. Serão apresentadas numa linha (entre duas marcas de parágrafo) e numeradas sequencialmente na margem direita com numeração entre parêntesis curvos. A aplicação para a construção das expressões deverá ser ou o Equation Editor (Microsoft) ou o MathType.

6. Salvo casos excecionais, que exigem justificação adequada a submeter à Direção Editorial, o número máximo de coautores das propostas de artigo é quatro. Só deverão ser considerados autores os que contribuíram direta e efetivamente para a pesquisa refletida no trabalho.

7. O texto deve ser processado em página A4, com utilização do tipo de letra Times New Roman 12, a um espaço e meio, com um espaço após parágrafo de 6 pt. As margens superior, inferior, esquerda e direita devem ter 2,5 cm.

8. A primeira página conterá exclusivamente o título do artigo, em português e em inglês, bem como o nome, morada, telefone, fax e e-mail do autor, com indicação das funções exercidas e da instituição a que pertence. No caso de vários autores deverá aí indicar-se qual o contacto para toda a correspondência da Revista. Deve ser também incluída na primeira página uma nota sobre as instituições financiadoras da investigação que conduziu ao artigo. Este nota é obrigatória quando pertinente.

9. A segunda página conterá unicamente o título e dois resumos do artigo, um em português e outro inglês, com um máximo de 800 caracteres cada, seguidos de um parágrafo com

indicação, em português e inglês, de palavras-chave até ao limite de 5, e ainda 2 a 5 códigos do Journal of Economic Literature (JEL) apropriados à temática do artigo, a 3 dígitos, como por exemplo R11. Os títulos, os resumos, as palavras-chave e os códigos JEL são obrigatórios.

10. Na terceira página começará o texto do artigo, sendo as suas eventuais secções ou capítulos numerados sequencialmente utilizando apenas algarismos (não deverão utilizar-se nem letras nem numeração romana).

11. Cada uma das figuras e quadros deverá conter uma indicação clara da fonte e ser, tanto quanto possível, compreensível sem ser necessário recorrer ao texto. Todos deverão ter um título e, se aplicável, uma legenda descritiva.

12. A forma final das figuras e quadros será da responsabilidade da Direção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

C. Normas respeitantes às referências bibliográficas

1. A “Bibliografia” a apresentar no final de cada artigo deverá conter exclusivamente as citações e referências bibliográficas efetivamente feitas no texto.

2. Para garantir o anonimato dos artigos, o número máximo de citações de obras do autor do artigo (ou de cada um dos seus coautores) é três e não são permitidas expressões que possam denunciar a autoria tais como, por exemplo, “conforme afirmámos em trabalhos anteriores (cfr. Silva (1998:3))”.

3. O estrito cumprimento das normas à frente só é obrigatório na versão final dos artigos, após aceitação. Ainda assim, recomenda-se

fortemente a sua adoção em todas as versões submetidas.

4. Os autores citados ao longo do texto serão indicados pelo apelido seguido, entre parêntesis curvos, do ano da publicação, de “:” e da(s) página(s) em que se encontra a citação. Por exemplo: ao citar-se “Silva (2003: 390-93)”: está-se a referir a obra escrita em 2003 pelo autor “Silva”, nas páginas 390 a 393. Deverá usar-se “Silva (2003: 390-93)” e não “SILVA (2003: 390-93)”. No caso de uma mera referência do autor bastará indicar “Silva (2003)”.

5. No caso de o mesmo autor ter mais de um trabalho do mesmo ano citado no artigo, indicar-se-á a ordem da citação, por exemplo: Silva (2003a: 240) e Silva (2003b: 232).

6. As referências bibliográficas serão listadas por ordem alfabética dos apelidos dos respetivos autores no fim do manuscrito. O nome será seguido do ano da obra entre parêntesis, e da descrição conforme com a seguinte regra geral:

Monografias: Silva, Hermenegildo (2007a), *A Teoria dos Legumes*, Coimbra, Editora Agrícola

Coletâneas: Sousa, João (2002), “Herbicidas e estrumes” in Cunha, Maria (coord.), *Teoria e Prática Hortícola*, Lisboa, Quintal Editora, pp. 222-244

Artigos de Revista: Martins, Vicente (2009), “Leguminosas Gostosas”, *Revista Agrícola*, Vol. 32, nº 3, pp. 234-275

7. A forma final das referências bibliográficas será da responsabilidade da Direção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

NORMS FOR THE SUBMISSION OF PAPERS TO THE PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES

A. Norms concerning papers submission and evaluation

1. Although the Portuguese Review of Regional Studies (RPER) is not a member of the Committee on Publication Ethics (COPE), its Editorial Board decided to adhere to the principles of the COPE Code of Conduct, from January 1st 2012 onwards:

(<http://publicationethics.org/files/Code%20of%20conduct%20for%20journal%20editors4.pdf>).

2. In principle, only papers that have never been published (in another journal or book, including conference Proceedings) can be considered for publication in RPER. The previous publication in a series of “working papers” (electronic or paper format) is an exception to this rule. The Editorial Board may agree with other sporadic exceptions, when copyrights are secured.

3. When a paper is submitted to RPER, authors must explicitly state that it will not be submitted for publication in any other journal or book until the reviewing process is completed. For this purpose, a signed declaration must be sent along with the paper. If the paper is rejected by the Editorial Board, the authors are free to publish it anywhere else.

4. Papers submitted for publication will always be reviewed (anonymously) by two experts in the area, invited by the Editorial Board. Both referees will offer their comments and classify it in accordance with the criteria defined by the Editorial Board. The reviewing criteria include originality, consistency, readability and the paper’s formal correction. The authors will be informed by the Editorial Board of the results of the evaluation within 16 weeks of its receipt. The assessment has three possible outcomes:

(1) The paper is accepted for publication just as it is (or with minor changes) and it is included in the editorial plan. In this case, the authors are immediately informed of the expected publication date.

(2) The paper is considered acceptable provided that major changes are made to its form

or contents. In this case, authors will have a maximum of six weeks to make such changes and to submit the paper again. Once the revised version is received, a new assessment process starts.

(3) The paper is refused.

5. RPER may organize special issues on specific themes, following conferences, workshops, or other events relevant in its area of interest. Although, in these cases, a simplifying shorter reviewing process may be adopted, the principle of peer-review selection will always be preserved.

6. Exceptionally, RPER may publish articles “by invitation”, meaning that they are not subject to the reviewing process. These outstanding articles, however, are always clearly signaled as such in their front page.

7. RPER acknowledges the right of the members of its Editorial Board (including its Director) to submit papers to the journal. When an author or co-author is also a member of the Editorial Board, he/she is excluded from the reviewing process in all its stages, including the final decision.

8. RPER acknowledges the authors’ right of appeal on any publishing decision of the Editorial Board. That appeal is made to the Director of RPER that will inform the Editorial Board. The new arguments will be sent to the reviewers, asking for a final judgment within a 30-day term. In case of disagreement between the two referees, the Editorial Board is compelled to appoint a third reviewer. There is no further appeal for a second decision ensuing this process.

9. RPER positively welcomes cogent criticism on the works it publishes. Authors of criticized material will have the opportunity to respond.

10. Reviewers are required to preserve the confidentiality on the contents of the papers and on their comments, and requested, more generally, to handle all the submitted material in confidence. Proper information on the principles of the Code of Conduct referred in 1. will always be provided to the reviewers.

11. Once the paper has been accepted and formatted for publishing, it will be sent to the

author for graphics checking and revision. Any corrections the author might want to make must be sent to RPER within five days. Only formal corrections will be accepted.

12. Each author and co-author of accepted papers will be offered a number of the published issue

13. Articles cannot exceed 30 pages after being formatted according to the present norms, including the title page, the summary page, notes, tables, graphics, maps and references.

14. Papers must be sent, by e-mail to rper.geral@gmail.com or by normal mail, to the Secretariat of RPER: APDR - Universidade dos Açores, Rua Capitão João d'Ávila, 9700-042 Angra do Heroísmo – PORTUGAL. For future contact please use the e-mail address: rper.geral@gmail.com.

B. Norms concerning papers structure

1. The authors must send a complete version of the paper by e-mail or on a CD-Rom by mail, in the original Microsoft Word file, to the contacts specified in point 14 of Norms (A).

2. Texts must be processed in Microsoft Word for Windows (97 or later version). All written text must be black.

3. Graphics, maps, diagrams, etc. shall be referred to as “Figures” and tables shall be referred to as “Tables”.

4. Figures and Tables must be delivered in two different forms: inserted in the text, according to the author's choice, and in a separate file. Tables and graphics must be delivered in Microsoft Excel for Windows 97 or later. Graphics must be sent in both the final form and accompanied by the original data, preferably in the same file (each graphic in a different worksheet). Maps must be sent in a vector format, like Corel Draw or Windows Metafile Applications.

5. Mathematical expressions must be as simple as possible. They will be presented on one line (between two paragraph marks) and numbered sequentially at the right margin, with numeration inside round brackets. Equation Editor (Microsoft) or Math Type are the accepted Applications for original format files.

6. The paper must have no more than four co-authors. Exceptions may be accepted when

a reasonable explanation is presented to the Editorial Board. Authorship must be limited to actual and direct contributors to the conducted research.

7. Text must be processed in A4 format, Times New Roman font, size 12, line space 1.5 and 6 pt space between paragraphs. The upper, lower, left and right margins must be set to 2.5 cm.

8. The first page shall contain only the paper's title, the author's name, address, phone and fax numbers and e-mail, and the author's affiliation. In the case of several authors, please indicate the contact person for correspondence. A remark on funding institutions of the research or related work leading to the article – that is compulsory when it applies – must be placed as well in this first page.

9. Second page shall contain the title and the abstract of the paper, in English and, if possible, in Portuguese as well, with no more than 800 characters, followed by two lines, one with the keywords to a limit of 5, and the other with the proper Journal of Economic Literature (JEL) codes describing the paper. JEL codes must be from 2 up to 5, with three digits, as for example R11. The title, the abstract, the keywords and the JEL codes area all compulsory, at least in English.

10. Text starts on the third page. Sections or chapters are numbered sequentially using Arabic numbers only (letters or Roman numeration must not be used).

11. Figures and Tables must contain a clear source reference. These shall be as clear as possible. Each must have a title and, if applicable, a legend.

12. The final format of Figures and Tables will be of the responsibility of the Editorial Board, who will allow some adjustments, whenever necessary.

C. Norms concerning bibliographic references

1. The references listed at the end of each paper shall only contain citations and references actually mentioned in the text.

2. To ensure the anonymity of papers, each author's self references are limited to three and no expressions that might betray the authorship are allowed (for example, “as we affirmed in previous works (cfr. Silva (1998:3))”).

3. Although their meeting in preliminary versions is recommendable, the bibliographic norms below are mandatory for the final (accepted) version only.

4. Authors cited in the text must be indicated by his/her surname followed, within round brackets, by year of publication, by “:” and by the relevant page number(s). For example, the citation “Silva (2003: 390-93)”, refers to the work written in 2003 by the author Silva, on pages 390 to 393. If the author is merely mentioned, indication of “Silva (2003)” is sufficient.

5. In case an author has more than one work from the same year cited in the paper, citation must be ordered. For example: Silva (2003a: 240) and Silva (2003b: 232).

6. References must be listed alphabetically by authors' surnames, at the end of the manuscript. The name will be followed by year of publication inside round brackets and the description, thus:

Monographs: Silva, Hermenegildo (2007a), *The Vegetables Theory*, Cambridge, Agriculture Press

Collection: Sousa, João (2002), “Weed Killers and Manure” in Cunha, Maria (coord.), *Farming - Theories and Practices*, London, Grassland Publishing Company, pp. 222-244

Journal Papers: Martins, Vicente (2009), Tasty Broccoli, *Farmer Review*, Vol. 32, nº 3, pp. 234-275

7. The final format of the references will be the responsibility of the Editorial Board, who will allow adjustments whenever necessary

ÍNDICE

- 5** Creative Minds and Commercial Spirits Innovation and Rents from Natural Resources in Remote Maritime Regions
Tomaz Ponce Dentinho
Adriana Ressurreição
Ricardo Serrão Santos
- 21** Perceived Impacts of the European Youth Capital 2012
Paula Remoaldo
Eduardo Duque
J. Cadima Ribeiro
- 35** Geographic and Demographic Determinants of Regional Growth and Convergence: a Network Approach
João Carlos Lopes
Tanya Araújo
- 51** Os Parques Industriais do Quadrilátero Urbano Segundo a Visão dos Empresários
Fernando P. Fonseca
Rui A. R. Ramos
António Nelson R. da Silva
- 69** Contributos Para a Assumpção Identitária do Património Judaico em Portugal - O caso de Belmonte
Ana Paula Malheiros
Paulo Cravo Lourenço
António Sérgio Araújo de Almeida
- 89** Desempenho Económico e Financeiro dos Hospitais Empresarializados – Uma Análise Regional no Período entre 2007 e 2011
Vítor Batista
Vítor Raposo

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS
2016 3º Quadrimestre | nº 43 | Avulso €15

ISSN 1645-586X



9 771645 586006